

RELATÓRIO VOLUNTÁRIO LOCAL DA MAIA 2025



O primeiro Relatório Voluntário Local da Maia foi aprovado pela Câmara Municipal em 23-12-2025 e pela Assembleia Municipal em 9-02-2026.

O documento está disponível para consulta no website do Município da Maia e foi partilhado com as Nações Unidas, no âmbito da adesão à comunidade SDG-Cities, Área Metropolitana do Porto, Associação Nacional de Municípios Portugueses, CESOP Local, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Comissão Nacional de Acompanhamento dos ODS (via ANMP), Eurocities e ODSlocal.

FICHA TÉCNICA

PRESIDENTE DA CÂMARA | António Domingos da Silva Tiago

COORDENAÇÃO E CONTEÚDOS | Gabinete de Apoio ao Investimento e Relações Internacionais | Flávio Ramos e Maria João Barros

DESIGN | Tânia Ramos / CMMAIA

FOTOGRAFIA | Mário Santos / CMMAIA

Gabinete de Apoio ao Investimento e Relações Internacionais

internacional.office@cm-maia.pt

JUNHO 2026

CONTEÚDO

Visão Maia 2030	5
Resumo executivo	6
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	8
Município da Maia	12
Estratégia de desenvolvimento do RVL	23
Progressos registados na ação para os ODS	30
ODS 1 Erradicar a Pobreza	35
ODS 2 Erradicar a Fome	42
ODS 3 Saúde de Qualidade	48
ODS 4 Educação de Qualidade	56
ODS 5 Igualdade de Género	63
ODS 6 Água Potável e Saneamento	70
ODS 7 Energias Renováveis e Acessíveis	77
ODS 8 Trabalho Digno e Crescimento Económico	82
ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestruturas	88
ODS 10 Reduzir as Desigualdades	94
ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis	100
ODS 12 Produção e Consumos Sustentáveis	109
ODS 13 Ação Climática	116
ODS 14 Proteger a Vida Marinha	124
ODS 15 Proteger a Vida Terrestre	128
ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes	136
ODS 17 Parcerias para a Implementação dos Objetivos	145
Conclusões e próximos passos	152
Fontes	153
Anexos	155



Parque de Quires

**«Estamos a construir
uma cidade inclusiva,
resiliente
e sustentável, que
assegura a qualidade
de vida
para gerações atuais e
futuras».**

VISÃO MAIA 2030

A Maia assume um compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e está a responder ativamente ao apelo para a «Década da Ação» do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres. Reconhecemos o papel crítico das cidades para o sucesso da Agenda 2030, e estamos ao lado das Nações Unidas, União Europeia e Governo de Portugal na concretização dos 17 ODS. Ao longo dos últimos 10 anos, a Maia cresceu 7% em termos de população e mobilizou mais de 880 milhões de euros para transformar a nossa comunidade e melhorar os serviços públicos de educação, habitação, mobilidade, proteção social e saúde, sem deixar ninguém para trás. Assumimos a vontade de ser um laboratório vivo de inovação pública, com especial atenção ao ambiente e ação climática, competitividade económica, democracia, justiça social e intergeracional, resiliência e segurança humana.

Destaco os progressos registados ao nível do acesso a direitos políticos, culturais, sociais e económicos, com as dinâmicas de participação pública na revisão do Plano Diretor Municipal, Plano Estratégico da Água e políticas de juventude; a modernização do parque escolar e aposta no sucesso escolar e competências do futuro; a construção de 641 novos fogos de habitação pública; a expansão da rede de cuidados de saúde; os projetos de inclusão ativa de comunidades desfavorecidas; e a nossa agenda cultural. Na adaptação e mitigação das alterações climáticas, proteção e restauração da natureza e biodiversidade e transição para uma economia circular, relevo o impacto do



projeto intermunicipal do Corredor Verde do Leça, a proteção das áreas verdes e rústicas, a criação de hortas comunitárias e a recolha, tratamento e valorização de resíduos urbanos. A Maia criou planos municipais de adaptação às alterações climáticas, educação ambiental, igualdade de género e não-discriminação, neutralidade carbónica, integrou as iniciativas Cidades Amigas das Crianças da UNICEF, Cidades Resilientes 2030 das Nações Unidas e o Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia. Recebemos os títulos de Capital Portuguesa do Voluntariado 2025 e Capital Europeia do Voluntariado 2026 e o Prémio Portugal Smart Cities – António Almeida Henriques 2024 na categoria de Reabilitação Urbana Sustentável e Inteligente. Temos em desenvolvimento projetos com financiamento nacional e europeu no âmbito das cidades inteligentes, construção de novas linhas de metro, comboio de alta velocidade, mobilidade suave, e energia positiva.

No ciclo 2026-2030, certamente que a Maia saberá aproveitar o primeiro Relatório Voluntário Local para reforçar a integração dos ODS nas práticas de governação, a mobilização da comunidade, a atração de investimento europeu e privado, e a ligação ao universo das Nações Unidas.

António Domingos da Silva Tiago
Presidente da Câmara Municipal da Maia

RESUMO EXECUTIVO

O «Compromisso da Maia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável» foi aprovado em 2024 e afirma a vontade política de contribuir para a concretização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criar o primeiro Relatório Voluntário Local (RVL) da Maia e promover a adesão à SDG-Cities até ao final de 2025.

Este primeiro RVL da Maia avança uma perspetiva global dos progressos registados nos 17 ODS e tendências até 2030 para sustentar a ação no ciclo 2026-2030. No geral, são apresentados 274 indicadores, referentes a 114 metas, e 51 boas práticas, que nos últimos 10 anos mobilizaram um valor superior a 880 milhões de euros, incluindo 87 milhões de euros de fundos europeus (aproximadamente 10% da despesa executada).

O documento foi criado entre novembro de 2024 e setembro de 2025, com o envolvimento do universo municipal e da comunidade local. O processo resulta da participação do Município em redes e grupos de trabalho nacionais e internacionais e reforça esse trabalho.

Em termos de progressos, destaque para os resultados atingidos até ao momento ao nível dos ODS 6 Água Potável e Saneamento, 7 Energias Renováveis e Acessíveis, e 9 Indústria, Inovação e Infraestruturas. Os ODS 2 Erradicar a Fome, 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis e 15 Proteger a Vida Terrestre apresentam áreas com maior potencial para melhoria



No global, o RVL permite observar uma forte dinâmica de transformação da Maia, que evoluiu de uma comunidade rural e agrícola em 1974, para um concelho industrial nos anos de 1990-2000 e afirma-se agora como cidade europeia, resiliente e sustentável.

Como lições aprendidas, a construção do RVL recomenda:

- o reforço da integração dos ODS nas práticas de governação.
- o desenvolvimento da capacidade de recolha, análise e partilha de dados (abertos).
- o reforço da formação interna.
- a comunicação e mobilização das empresas e sociedade civil.
- a mobilização de investimento privado, nacional e europeu.
- uma maior interligação ao universo das Nações Unidas.
- a atualização do RVL em 2028 e 2030.



Um especial agradecimento a todos os que contribuíram para este documento, começando pelos decisores políticos, dirigentes e técnicos do universo municipal e atores locais que partilharam informação e contributos. A Associação Nacional de Municípios Portugueses – Secção de Municípios para os ODS partilhou experiências entre cidades portuguesas e disponibilizou informação ao longo de 2023-2025. A ODSlocal apoiou no acesso a dados, contactos, partilha de experiências municipais e dinamização do Laboratório de Sustentabilidade. Os municípios de Barcelona, Braga e Matosinhos partilharam os processos de construção dos RVL. Cascais disponibilizou-se para apresentar dinâmicas de integração dos ODS nas práticas de orçamento e contratação pública.

A UN Habitat e plataforma ODSlocal avançaram importantes contributos no âmbito da revisão de pares. As Nações Unidas estenderam o convite à participação da Maia no Fórum Político de Alto-Nível 2025, em Nova Iorque.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUST

O plano de ação «Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável» (Resolução A/RES/70/1) foi aprovado por unanimidade nas Nações Unidas em 2015, criando um roteiro para a construção da paz, parcerias e prosperidade para pessoas e planeta, assente em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas e 232 indicadores. A agenda dá expressão e continuidade ao Acordo de Paris (2015) e Conferências das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP), Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000), Cimeira da Terra (Rio de Janeiro, 1992) e Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), afirmando a complementaridade das dimensões ambiental, económica e social na perspetiva do desenvolvimento sustentável.

A declaração política da Cimeira dos ODS 2019 reafirma a importância de se impulsionar a ação local. A localização dos ODS reconhece que «a batalha dos ODS vai ser ganha ou perdida nas cidades», conforme expressou o Secretário-Geral-Adjunto das Nações Unidas, Jan Eliasson, na abertura do Fórum de Presidentes de Câmara da Cimeira Mundial de Cidades 2015. Em 2050, 70% da população mundial viverá em cidades, que acolhem já 75% da população na União Europeia. Os governos locais são indispensáveis para a concretização de pelo menos 62% das metas 2030. Em consonância, a UN-Habitat apresentou a Nova Agenda Urbana em 2016 e lançou a iniciativa SDG Cities em 2020, para

sustentar a capacidade de planeamento, ação e colaboração dos governos locais, incluindo ao nível da elaboração e comparação de RVL. O Relatório Mundial de Cidades 2024 – Cidades e Ação Climática reafirma a responsabilidade dos líderes locais.

Em 2020, o Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU), António Guterres, lançou a Década de Ação para apelar ao redobrar de esforços. A União Europeia assumiu um papel de liderança para o desenvolvimento sustentável e publicou o primeiro Relatório Voluntário da UE (RVUE) em 2023. Contudo, não obstante os progressos registados na Agenda 2030, o Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2025 das Nações Unidas releva que apenas 35% das metas apresentam progressos satisfatórios e apela à responsabilidade e maior ambição na ação climática, educação, emprego digno, energia, proteção da biodiversidade, proteção social e transformação digital. Até ao momento, nenhum país atingiu a totalidade das metas 2030.

Relatório Voluntário Nacional

Portugal apresentou o primeiro Relatório Voluntário Nacional em 2017 e o segundo em 2023. O desempenho nacional destaca-se na 20.^a posição do ranking das Nações Unidas de 2025, com relevo para o desempenho positivo nos ODS 1 Erradicação da Pobreza e 7 Energias Renováveis e Acessíveis. Contudo, observam-se espaços para melhoria nos ODS 2 Erradicar a Fome, 4 Educação de Qualidade, 10 Reduzir as Desigualdades, 12 Produção e Consumos Sustentáveis, 14 Proteger a Vida Marinha, 15 Proteger a Vida Terrestre e 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Em 2023, o Governo Português estabeleceu um novo modelo de governação e acompanhamento dos ODS, que identifica o membro do Governo responsável pela Presidência do Conselho de Ministros como responsável pela coordenação política e a ambição de reforçar a ação local e da sociedade civil. A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) passou a integrar a Comissão de Acompanhamento dos ODS, assegurando a representação do poder local (Resolução do Conselho de Ministros 5/2023).

Desempenho de Portugal 2025



SDG Dashboards and Trends

Click on a goal to view more information.



Fonte: OCDE, [Relatório de Desenvolvimento Sustentável](#)



Estação de Metro: Parque Maia e Torre Lidador

Relatório Voluntário Local

O Relatório Voluntário Local é um instrumento de monitorização e reporte de progressos, com vista a melhorar a qualidade de vida, resiliência e sustentabilidade dos territórios para as atuais e futuras gerações. O RVL permite aos municípios:

- definir e apresentar uma visão de longo prazo, em consonância com objetivos de políticas das Nações Unidas, União Europeia e Portugal;
- identificar progressos, tendências, desafios, lacunas e fatores de sucesso para apoiar o processo de decisão das políticas públicas;
- mobilizar recursos e parcerias para a implementação de respostas coletivas;
- coordenar a ação horizontal e multinível.

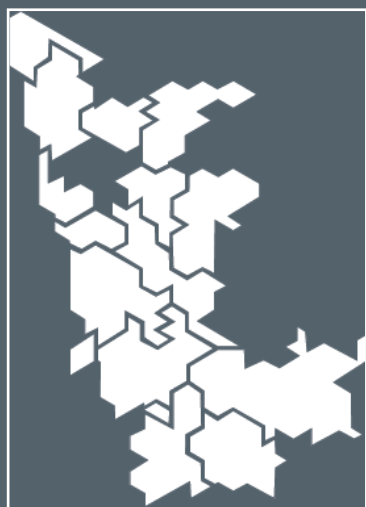
Em 2020, as Nações Unidas e a União Europeia apresentaram linhas orientadoras para a construção de RVL. Seguiram-se contributos da UN-Habitat e United Cities and Local Governments (UCLG) ao nível da comparação de RVL (2020), ligação local-nacional (2021) e orientação para a ação 2024. Em 2025, a UCLG apresentou o 9.º Relatório de Localização dos ODS no Fórum Político de Alto-Nível das Nações Unidas, onde destaca o impacto da ação local. A SDG-Cities identifica 274 RVL a nível global, incluindo de seis municípios portugueses: Braga, Cascais, Lagos, Mafra, Matosinhos e Porto. A nível nacional, a ODSlocal produziu os documentos «Relatórios Locais Voluntários – Linhas Orientadoras para a sua Elaboração» (2022) e «Integração da Agenda 2030 na Orgânica Autárquica» (2025). A ANMP apresentou a «Proposta de Relatório – Relatórios Voluntários Locais» (2023).

No geral, o RVL deve ser um processo aberto, inclusivo, participativo e transparente, centrado nas pessoas, direitos humanos e igualdade de género, com especial atenção às pessoas mais vulneráveis ou em risco. Deve assentar em plataformas e processos existentes e responder às prioridades, capacidades e contexto locais, e à sua evolução. O RVL deve ser rigoroso e assente em evidências, possibilitando análises quantitativas e qualitativas de progressos, a comparabilidade, e a partilha de boas práticas, lições aprendidas e próximos passos.

MUNICÍPIO DA MAIA

A Maia é um município resiliente e sustentável, localizado na Área Metropolitana do Porto, Região Norte de Portugal, Costa Oeste da Europa (41°13'59"N 8°37'21"W) e integra um território urbano de 83 km², com 144.664 habitantes (2,2 milhões na AMP), posicionando-se entre os 20 maiores municípios portugueses (densidade populacional de 1.689 habitantes/km²). Portugal é um país livre e democrático, membro da União Europeia (UE), Conselho da Europa (CdE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), destacando-se como 7.º país mais seguro do mundo e um desempenho de 0,89 no Índice de Desenvolvimento Humano.

A nível político, o artigo 235.º da Constituição da República Portuguesa consagra os municípios como pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos e que visam a prossecução dos interesses próprios da respetiva população. Os órgãos representativos são democraticamente eleitos, compostos pela Assembleia Municipal (órgão deliberativo) e Câmara Municipal (órgão executivo), com atribuições e competências definidas na Lei 75/2013. O Executivo da Maia integra 11 vereadores, incluindo seis com pelouros atribuídos, sendo governada pelo atual Presidente da Câmara desde 2017. A Assembleia Municipal é pluripartidária e integra 33 deputados e os dez presidentes das juntas de freguesia. A Maia compreende uma divisão administrativa em dez freguesias – Águas Santas, Castelo da Maia, Cidade da Maia, Folgosa, Milheirós, Moreira, Nogueira e Silva Escura, Pedrouços, São Pedro Fins, Vila Nova da Telha. O Município integra o Conselho Metropolitano do Porto e o Conselho Regional do Norte.



Em termos económicos, a Maia apresenta um forte desenvolvimento desde o cariz rural e agrícola de 1974, à transformação industrial de 1990-2000 e atual afirmação como cidade europeia, resiliente e sustentável. O concelho acolhe 18.452 empresas, 14 áreas de acolhimento industrial, um Parque de Ciência e Tecnologia, um Centro de Incubação e Aceleração e a Universidade e Politécnico da Maia. A forte dinâmica empresarial, assim como a ligação privilegiada a infraestruturas aeroportuárias, incluindo um aeroporto internacional, um aeródromo municipal, acesso rápido a porto marítimo, e ligações ferroviárias e rodoviárias, colocam a Maia como 7.º maior exportador nacional, com níveis de emprego de 92% e salário médio mensal de 1.367 euros (acima da média nacional). A Maia insere-se no Norte de Portugal, região menos desenvolvida com PIB per capita inferior a 75% da média da União Europeia.

A nível social, destaque para os 14,5% de população jovem (acima dos 10% da média nacional) e 20% de população com mais de 65 anos, com um índice de renovação da população de 77. Entre 2015-2023, registou-se um aumento da população imigrante de 2,9% para 12,3%, com realce para as comunidades brasileira (62%), angolana (5%), cabo-verdiana (4%), ucraniana (3%), chinesa e são-tomense (2%), britânica e guineense (1%). O índice de desigualdade é de 35%, abaixo do valor nacional (36,3%). A Maia apresenta níveis de 89,9% de acesso à educação pré-

primária, e 93,7% de taxa de conclusão do ensino secundário. Relevo para os 14,8% de população com formação superior e 0,7% de doutorados (acima das médias nacionais de 11,7% e 0,5%, respetivamente).

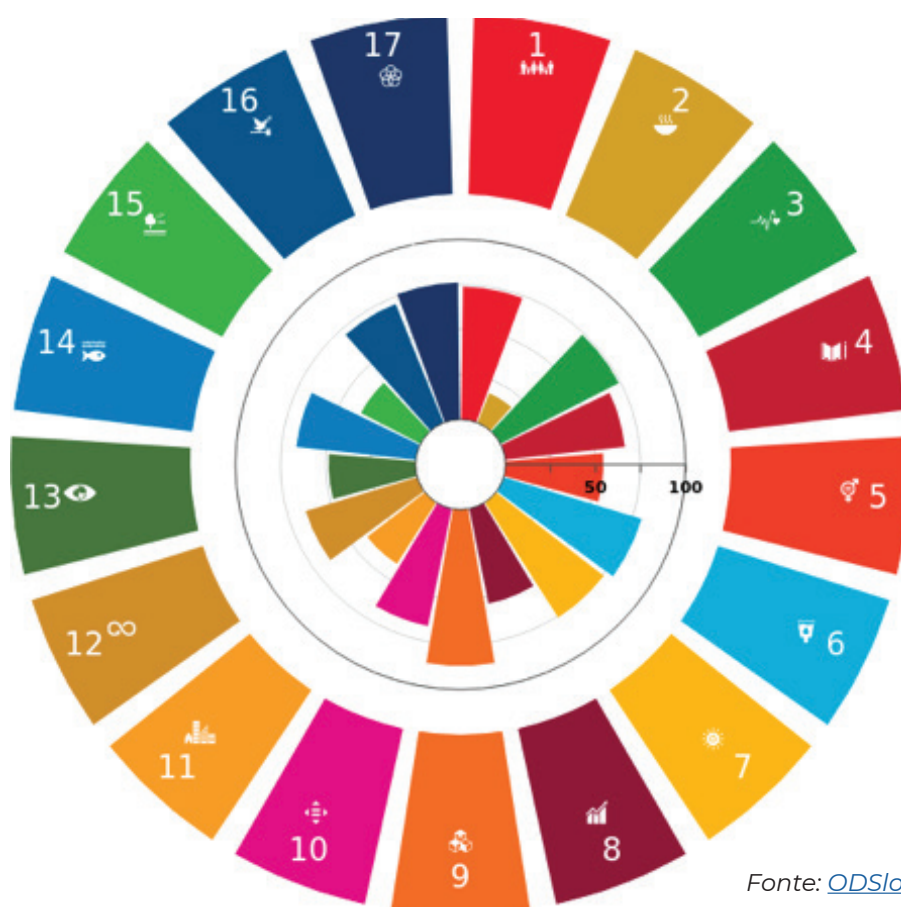
No âmbito tecnológico, a Maia está a desenvolver projetos-piloto de cidades inteligentes financiados pela União Europeia (Horizonte Europa, Plano de Recuperação e Resiliência e URBACT). Em 2024, a Maia recebeu o Prémio Portugal Smart Cities – António Almeida Henriques 2024 na categoria de Reabilitação Urbana Sustentável e Inteligente.

O ambiente e ação climática são assumidos como prioridades políticas. A Maia foi pioneira nas políticas de gestão de resíduos, integra 216 hectares de espaços verdes, incluindo o segundo maior parque de cidade da Área Metropolitana do Porto, e está a desenvolver projetos financiados pela União Europeia (LIFE, Norte 2030 e PRR) nas áreas da adaptação e mitigação das alterações climáticas, proteção e restauração da natureza e biodiversidade e transição para uma economia circular, com destaque para os projetos do Corredor Verde do Leça, energia positiva, hortas comunitárias, mobilidade suave e construção de novas linhas de metro e comboio de alta velocidade. O Município criou planos municipais de adaptação às alterações climáticas, educação ambiental, neutralidade carbónica e aderiu ao Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia e à iniciativa de Cidades Resilientes das Nações Unidas.

A nível administrativo, a Câmara da Maia integra 1513 trabalhadores, distribuídos entre 47 unidades orgânicas, três empresas municipais e uma fundação. Destaque para a paridade de género, com a participação de 50% de mulheres no Executivo (com Pelouros atribuídos), 42% entre os deputados à Assembleia Municipal, 61% entre os dirigentes autárquicos, e 73% no total de trabalhadores. O Município integra 92 trabalhadores com deficiência (6%).

A Câmara está certificada pelas ISO 9001 e 14001, recebeu os títulos de Capital Europeia do Voluntariado 2026, Capital Portuguesa do Voluntariado 2025, Município Sustentável ECOXXI (2006-2025) e Cidade Europeia do Desporto 2014.

Desempenho da Maia 2025



Fonte: [ODSlocal](#)¹

1. Com base nos 155 indicadores identificados para a Maia pela Plataforma ODSlocal. O comprimento do raio relativo a cada ODS corresponde ao valor médio aritmético do progresso cumulativo dos indicadores de referência desse ODS, correspondendo a sua magnitude ao posicionamento do último valor observado em relação aos respetivos valor-base e valor-meta.

Histórico na localização dos ODS

O Município tem experiência na comunicação, capacitação e mobilização da comunidade, tendo começado a promover atividades de informação pública para a cidadania global e desenvolvimento sustentável em 2013. Em 2015, foi criado um grupo de contacto interno para os ODS e, em 2018, foram desenvolvidas ações de capacitação técnica especializada com o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e a AIDGLOBAL – Ação e Integração para o Desenvolvimento Global.

Em 2022, o Município aderiu à plataforma ODSlocal e, em 2023, à Secção de Municípios para os ODS da ANMP. No mesmo ano, a Maia participou na elaboração do relatório-sombra produzido pela Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD) ao RNV 2023 e colaborou com os municípios de Loures e Seixal na criação de um relatório para a comunicação dos ODS a nível municipal dirigido à ANMP. Em 2024, o Município participou na conferência «ODS: Concretizar Objetivos e Atingir Metas - Como Fazer!» na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-NORTE) e, em 2025, no webinar «Como envolver melhor os concelhos locais e regionais nos Relatórios Voluntários Nacionais» do Conselho de Municípios e Regiões da Europa. Ao nível das atividades de informação pública e capacitação desenvolvidas entre 2015-2025, relevam-se o Plano Municipal de Educação Ambiental e Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta, exposição World Press

Photo (associada aos ODS), Laboratório ODS «A Cidade Educadora como laboratório de aprendizagens, cidadania e transformação social» no âmbito do Dia da Cidade Educadora 2024, projeto Exploradores ODS, exposição tODxS em parceria com o IMVF, Aeroporto Internacional do Porto e Universidade da Maia, concursos de artes «Todos Iguais na Diferença» e «Rumo a 2030», projeto People & Planet: Common Destiny (com a RICD), entre outras iniciativas com escolas e sociedade civil.



Formação aos técnicos municipais



Exposição World Press Photo 2024



Em dezembro de 2024, o «Compromisso da Maia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável» foi aprovado por unanimidade na Reunião do Executivo de 19 de dezembro e por maioria na sessão da Assembleia Municipal de 30 de dezembro. Este documento afirma a vontade política em concretizar os 17 ODS, integrando o desenvolvimento sustentável como princípio e objetivo transversal a todas as áreas de política, define um modelo de governação assente na liderança política do Presidente da Câmara, cria um coordenador técnico responsável pela ação, comunicação e monitorização dos ODS, afirma a disponibilização de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, e o interesse em mobilizar a comunidade e a colaboração institucional. A Câmara comprometeu-se a criar o primeiro RVL da Maia e promover a adesão à SDG-Cities até 30-12-2025.

Os ODS nas políticas locais

O Compromisso da Maia com os ODS assume uma visão integrada da sustentabilidade ambiental, económica e social como princípio e objetivo transversal a todas as políticas e programas municipais. A ação municipal tem também como princípio orientador «não deixar ninguém para trás», assegurando uma governação democrática, o acesso aos direitos humanos e da criança, a não-discriminação e igualdade de género e a especial atenção a grupos vulneráveis.

Entre 2015-2025, a Maia foi pioneira nas políticas locais de ambiente, habitação social, desenvolvimento urbano e espaço público, desporto e gestão de resíduos urbanos, promoveu processos participativos na revisão do Plano Diretor Municipal, planos estratégicos da água, desporto, turismo, e políticas de juventude, aprovou planos municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, Educação Ambiental, Igualdade de Género e Não-Discriminação, Iluminação Pública, Mobilidade Urbana Sustentável, e Neutralidade Carbónica.

Está a mobilizar 120 milhões de euros para a construção e reabilitação de habitação pública ao abrigo do programa 1.º Direito e 42 milhões de euros para modernizar escolas e reforçar a rede de saúde primária, lançou projetos inovadores de promoção do sucesso escolar, inclusão ativa, neutralidade carbónica, eficiência energética, energia positiva e mobilidade suave, cidades inteligentes, hortas comunitárias, assegurou

o acesso à oferta e criação cultural, e colaborou com os municípios vizinhos no projeto intermunicipal de proteção e restauração do rio Leça.

Os ODS servem de lente para a implementação e monitorização de políticas estratégicas para o desenvolvimento e qualidade de vida na Maia.

A nível de mecanismos institucionais, o Município está integrado em redes e grupos de trabalho locais, metropolitanos, regionais, nacionais e internacionais, com destaque para a articulação com as 10 freguesias, conselhos consultivos municipais, AMP, Conselho Regional do Norte, ANMP, Cidades pelo Clima, Rede de Autarquias Participativas, Eurocities, Eixo Atlântico, Cidades Educadoras, Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia, Observatório Internacional de Democracia Participativa.

AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

COMPETITIVIDADE ECONÓMICA

DEMOCRACIA

JUSTIÇA SOCIAL E INTERGERACIONAL

RESILIÊNCIA E SEGURANÇA HUMANA



No âmbito dos ODS, a Maia participa na Secção de Municípios para os ODS da ANMP, que potencia o acesso a informação, a partilha de experiências e reflexão sobre governação local. A ANMP integra a Comissão Nacional de Acompanhamento dos ODS, estabelecendo um mecanismo de articulação entre as políticas locais e o RVN. A adesão à ODSlocal assegurou um acompanhamento personalizado e o contacto com um grupo de municípios com trabalho relevante na ação e monitorização da Agenda 2030: Cascais, Loulé, Matosinhos, Odemira, Oeiras e Seixal.

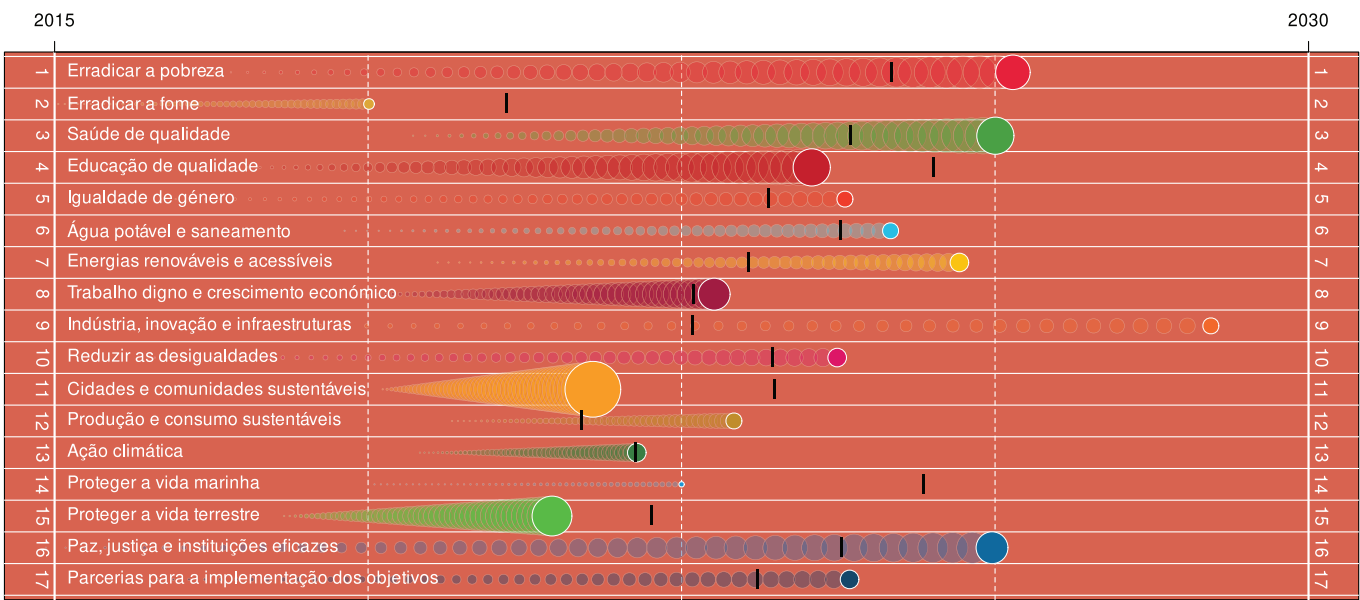
Na ligação ao universo das Nações Unidas, a Maia integra os programas de Cidades Amigas das Crianças da UNICEF, onde está a desenvolver o diagnóstico local e plano de ação para 2025-2028; a iniciativa de Cidades Resilientes MCR2030, onde obteve a classificação máxima no roteiro de resiliência local; as Cidades Amigas das Pessoas Idosas da Organização Mundial da Saúde. Em junho, a Maia estabeleceu contacto com a

UN-Habitat para iniciar o processo de adesão à SDG-Cities. Considera-se existir espaço para reforçar a interligação entre as políticas locais da Maia e o universo das Nações Unidas.

Releva-se a capacidade municipal para articular as políticas de desenvolvimento sustentável com as prioridades políticas europeias, assegurando a mobilização de financiamento da União Europeia de 87 milhões de euros para projetos de ambiente, desenvolvimento urbano, educação, energia, habitação, inclusão, juventude, mobilidade, proteção civil, saúde, entre 2015-2025.

O Município pode ainda reforçar o envolvimento em programas de gestão direta da Comissão Europeia, com vista a reforçar ações para a Agenda 2030: CERV, Corpo Europeu de Solidariedade, EEA Grants, Erasmus+, Europa Criativa, Horizonte Europa, Iniciativa Urbana Europeia, LIFE, NORTE 2030, URBACT.

Progresso atual da Maia em relação aos ODS



Fonte: [ODSlocal](#)²

²Com base nos 155 indicadores identificados para a Maia pela Plataforma ODSlocal. A base é inspirada numa pista de corrida em que cada faixa mostra o progresso em cada um dos 17 ODS, desde o ano de lançamento da Agenda 2030 (2015) até à meta definida para 2030 (distância da posição do círculo até à linha de meta), a evolução (comprimento da “cauda” do ODS) e a confiança do resultado (tamanho do círculo proporcional ao número de indicadores que monitorizam o progresso desse ODS). Barras pretas indicam o progresso médio dos 308 municípios de Portugal.

Documentos municipais de referência

- Balanço Social (2024)
- Carta Educativa (2021 – em revisão)
- Código de Ética dos Funcionários da Câmara Municipal da Maia (2007)
- Código de Ética e Conduta dos SMAS (2024)
- Diagnóstico Social do Município da Maia (2014)
- Estratégia e Plano de Ação para a Transição Digital (em processo de conclusão)
- Estratégia Local de Habitação para o Município da Maia (2019)
- Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia (2017)
- Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (2016)
- Plano de Ação para a Energia Sustentável (2020)
- Plano de Ação para a Regeneração Urbana (2016)
- Plano de Ação para o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2022-2030
- Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Concelho da Maia (2022 – em revisão)
- Plano de Transporte Escolar 2025-2026 (2025)
- Plano Diretor de Iluminação Pública da Maia (2021)
- Plano Diretor Municipal (PDM) (2025)
- Plano Diretor do Saneamento (2025)
- Plano Educativo Municipal (2020)

- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (2016)
- Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (2020)
- Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios da Maia (2022-2031) (2020)
- Plano Municipal de Educação Ambiental (2020)
- Plano Municipal de Emergência Proteção Civil da Maia (2014, com revisão a 2015 – em revisão)
- Plano Municipal de Juventude (2023)
- Plano Municipal de Poupança de Energia (2023)
- Plano Municipal para a Igualdade de Género e Não-Discriminação – Maia Equal+ (2022)
- Programa Estratégico para o Desenvolvimento do Aeródromo da Maia (2023)
- Regulamento de Serviços dos Sistemas Público e Prediais de Distribuição de Água e de Recolha, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais dos Serviços Municipalizados da Maia (2015)
- Relatório de Avaliação e Planeamento de Gestão dos Riscos CMM 2024/2025 (2025)
- Roteiro para a Neutralidade Carbónica Maia 2030 (2024)
- Sistema de Gestão Ambiental de acordo com o normativo NP EN ISO 14001:2015 nos SMAS (em processo de conclusão)
- Sistema de Gestão de Qualidade de acordo com o normativo NP EN ISO 9001:2015 (desde 2011)

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO RVL

O primeiro Relatório Voluntário Local da Maia foi desenvolvido entre novembro de 2024 e outubro de 2025, tendo como referência as linhas orientadoras das Nações Unidas, UE, ANMP e ODSlocal, os exemplos do RVUE,

RVN e RVL de Almada, Amesterdão, Barcelona, Braga, Cascais, Gante, Grândola, Fundão, Helsínquia, Mafra, Matosinhos, Melbourne, Nova Iorque, Porto, São Paulo e Torres Vedras.

Princípio orientador de “não deixar ninguém para trás”

O Município da Maia assume como princípio orientador da ação para o desenvolvimento sustentável «não deixar ninguém para trás», assegurando processos abertos, inclusivos e colaborativos, com especial atenção às pessoas mais vulneráveis ou em risco. Em termos práticos, este princípio reflete-se nas

dimensões de recursos investidos, processos participativos e representativos, políticas promotoras da justiça social e intergeracional, e nos impactos criados na qualidade de vida de crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, entre outros grupos de interesse.

Compromisso da Maia com os ODS

O primeiro passo para a elaboração do RVL foi a aprovação do «Compromisso da Maia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável», em dezembro de 2024, estabelecendo um marco político e público com a ação para a Agenda 2030. Na elaboração do RVL, a coordenação política foi partilhada entre o Presidente da Câmara, António Domingos da Silva Tiago, e o Vereador das Relações Internacionais, Mário Nuno Neves.

A coordenação técnica foi assumida pelo Gabinete de Apoio ao Investimento e Relações Internacionais (GAIRI). A Divisão de Qualidade e Sistemas de Informação assegurou apoio técnico na recolha, tratamento e interoperabilidade de dados entre a ODSlocal e indicadores monitorizados na ISO 37120.

Visão geral dos 17 ODS

Sendo este o primeiro RVL da Maia, optou-se por incluir uma visão geral dos progressos registados nos 17 ODS e 169 metas das Nações Unidas. O RVL identifica dados para 17 objetivos, 114 metas e 274 indicadores, sendo que 55 metas e 163 indicadores das Nações Unidas não foram incluídos por não se adequarem à realidade local (59) ou por

falta de dados ao nível local (104). Foram acrescentados (ou resultaram da adaptação de indicadores das Nações Unidas) 57 indicadores específicos. Foram incluídos 77 indicadores com dados da ODSlocal, 25 indicadores monitorizados na ISO 37120, 93 indicadores com dados internos do município e 64 indicadores com dados de outras fontes.

Atividades desenvolvidas

Em janeiro de 2025, foi iniciada a fase de planeamento, que incluiu a pesquisa e análise de documentação orientadora – Nações Unidas, ANMP, ODSlocal – e relatórios voluntários – União Europeia, Portugal, Almada, Amesterdão, Barcelona, Braga, Cascais, Gante, Grândola, Fundão, Helsínquia, Mafra, Matosinhos, Melbourne, Nova Iorque, Porto, São Paulo, Torres Vedras –; reuniões técnicas com a ODSlocal para apresentação do portal (11-03); com os municípios de Cascais, Loulé e Seixal para reflexão sobre indicadores municipais (10-04); e com os municípios de Braga (30-04), Matosinhos (07-05) e Barcelona (16-05), para partilha de experiências na elaboração dos RVL. A proposta de roteiro para a criação do RVL foi validada pelo Executivo em abril e integrada no plano de atividades 2025 do GAIRI. Seguiu-se o envolvimento do universo municipal, com o Vereador Mário Nuno Neves

a comunicar a criação do RVL a todos os dirigentes municipais e solicitar a identificação de pivôs para as diversas áreas de política (02-05). No decurso, foram realizadas 27 reuniões presenciais com dirigentes e técnicos dos serviços e empresas municipais (abrangendo 86% do total) para apresentar o projeto – ODS, RVL e Compromisso da Maia. Entre maio e julho de 2025, foram organizadas duas sessões digitais para apresentação do portal ODSlocal com os pivôs do universo municipal e sistematizada a recolha de informação sobre políticas e impactos. Paralelamente, a equipa de projeto avançou a análise de conteúdos do website e documentos internos para identificar políticas e programas municipais, apoiou o preenchimento acompanhado do portal, partilhou informação e esclareceu dúvidas, através de email, telefone, canal colaborativo digital e presencialmente.



Laboratório de Sustentabilidade

A dinamização do Laboratório de Sustentabilidade (18-06) lançou uma segunda fase do processo, aberta à participação da sociedade civil. Esta atividade de sete horas de trabalho juntou 26 participantes, incluindo 17 pivôs do universo municipal e 9 representantes de organizações locais para apresentar o projeto RVL e o portal ODSlocal, promover a reflexão sobre desenvolvimento sustentável, incluindo compromissos e impactos diretos e indiretos, e identificar projetos municipais e locais. Os participantes da sociedade civil foram convidados por email, considerando o limite máximo de 40 participantes na atividade e o interesse em alargar a representatividade, incluindo empresas, cooperativas, fundações, escolas, instituições de ensino superior, organizações sem fins lucrativos.

No seguimento, a equipa de projeto contactou 290 organizações locais por email ou telefone; realizou reuniões com a Escola Básica 2/3 de Gueifães, LIPOR, Politécnico da Maia, Sonae e Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia; apresentou o projeto no conselho local de ação social (06-08); estabeleceu contacto com o TECMAIA com vista à apresentação do projeto às 36 empresas alojadas no Parque de Ciência e Tecnologia e enviou email a 51 empresas locais; assegurou o preenchimento acompanhado, revisão e validação de projetos locais no portal ODSlocal. Ao longo de onze meses de trabalho, foram envolvidas 76 pessoas, 33 unidades orgânicas do município, três empresas municipais, uma fundação, três empresas, cinco instituições de ensino, sete organizações sem-fins lucrativos e quatro entidades públicas.

O Município da Maia utilizou o portal ODSlocal (odslocal.pt) para documentação e análise de indicadores e projetos municipais e locais. O portal recolhe dados oficiais e independentes do Instituto Nacional de Estatística, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção-Geral do Território, Direção-Geral de Energia e Geologia e Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, permitindo a análise de 77 indicadores de referência para a Maia. Paralelamente, foram também incorporados 35 indicadores específicos a partir da ISO 37120, que têm como fontes o INE, para complementar e aprofundar a análise.

Foram ainda recolhidos um total de 58 indicadores específicos a partir do portal Educação em Números, INE, Pordata e outras fontes públicas, além de dados internos de ambiente, planeamento territorial, recursos humanos, saúde, educação, energia e finanças para complementar e aprofundar a análise. Ao nível dos projetos municipais foi atribuída autorização para edição de conteúdos a 38 técnicos municipais. A Maia evoluiu de cinco projetos municipais e dois projetos locais visíveis em janeiro de 2025 para 133 projetos municipais e 18 projetos locais divulgados em outubro de 2025. Os dados referentes a indicadores e projetos municipais e locais são abertos a novas atualizações e estão disponíveis para consulta pública no portal ODSlocal.



Monumento à Comunidade Maiata

Com vista a reforçar a integração dos ODS na governação municipal, foi estabelecido contacto com o Município de Cascais com vista a agendar uma sessão de esclarecimento sobre a integração dos ODS nos processos de orçamento e contratação pública. A equipa de projeto candidatou-se à formação de construção de RVL da Eurocities Academy e estabeleceu contacto entre a Eurocities, ANMP e Plataforma ODSlocal com vista a aferirem a viabilidade de se organizar uma edição dedicada aos municípios portugueses.

Em julho de 2025, a equipa de projeto começou também a preparar, com a Divisão de Recursos Humanos, a dinamização de uma sessão interna da formação «Agenda 2030 da Estratégia à Ação: Integrar os ODS com os Planos de Gestão», do Instituto Nacional de Administração.

O RVL foi redigido entre julho e outubro de 2025 e contou com o apoio da UN-Habitat e Plataforma ODSlocal ao nível de revisão de pares.



	2024		2025											
	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O		
Compromisso Maia ODS	X	X												
Roteiro criação RVL			X	X	X	X								
Contratação ODSlocal	X	X	X	X	X									
Partilha experiências: RVL						X	X							
Partilha experiências: indicadores municipais						X								
Reuniões com universo municipal							X	X	X					
Apresentação interna portal ODSlocal							X	X						
Laboratório de Sustentabilidade								X						
Contactos com agentes locais								X	X					
Contacto com UN-Habitat								X	X					
Recolha e análise dados								X	X					
Redação RVL									X	X	X			
Revisão pares RVL										X	X			
Apresentação CLAS										X				
Aprovação RVL													X	
Adesão SDG-Cities											X	X		

Principais contributos do RVL

No geral, considera-se que a criação do primeiro RVL da Maia contribuiu para:

- dar visibilidade política e pública à Agenda 2030.
- melhorar o conhecimento sobre a ação institucional e impactos para a qualidade de vida.
- mobilizar agentes municipais e locais para ação.
- divulgar projetos locais.
- monitorizar progressos, tendências e espaços de melhoria para as políticas locais.
- reforçar a interligação entre as políticas locais e o universo das Nações Unidas.

Principais desafios na elaboração do RVL

Como contributo para a elaboração de futuros RVL, identificam-se os seguintes desafios:

- capacidade operacional para gerir o volume de informação.
- acesso a dados desagregados por território (município e freguesias) e por públicos-alvo (mulheres, crianças, seniores, pessoas com deficiência).
- quantificação do investimento (orçamento e contratação pública).
- literacia institucional para os ODS e integração nas práticas de governação local.
- comunicação com e mobilização da sociedade civil.



Torre Lidador - Cidade da Maia



PROGRESSOS REGISTADOS NA AÇÃO PARA OS ODS

O primeiro RVL da Maia documenta progressos ao nível dos 17 ODS e o contributo da Maia para metas nacionais, europeias e das Nações Unidas. Com base nos dados da ODSlocal, destaque para o desempenho da Maia ao nível dos ODS 6 Água potável e saneamento, 7 Energias renováveis e acessíveis, e 9 Indústria, inovação e infraestruturas, que apresentam tendências superiores às metas 2030.

No sentido inverso, a tendência dos ODS 2 Erradicar a fome, 11 Cidades e comunidades sustentáveis e 15 Proteger a vida terrestre recomenda um reforço da ação local para assegurar a concretização das metas. Em termos de progressos assinala-se ainda a evolução positiva nos indicadores de acesso a educação pré-escolar e da conclusão dos vários níveis de escolaridade, eficiência energética de infraestruturas municipais, despesa em investigação e desenvolvimento das instituições e empresas, resíduos urbanos recolhidos seletivamente e dívida da Câmara Municipal no ciclo 2015-2025³.

³A integração de novos indicadores específicos ou identificação de fontes adicionais para recolha de dados pode influenciar os resultados de análise do desempenho da Maia na ação para a Agenda 2030.

17 OBJETIVOS





Boas Práticas

1 ERRADICAR A POBREZA



1. PROGRAMA MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL
2. GABINETES DE ATENDIMENTO INTEGRADO LOCAL
3. PARQUE DE HABITAÇÃO SOCIAL

2 ERRADICAR A FOME



4. PROGRAMA DE REFEIÇÕES NAS CANTINAS ESCOLARES
5. APOIO ALIMENTAR A PESSOAS CARENCIADAS
6. REDE DE HORTAS COMUNITÁRIAS

3 SAÚDE DE QUALIDADE



7. REFORÇO DA REDE DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS
8. PROGRAMAS MUNICIPAIS DE ENVELHECIMENTO ATIVO
9. PROGRAMAS MUNICIPAIS DE SAÚDE JOVEM

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



10. REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR
11. CENTRO DE INOVAÇÃO CARLOS FIOLHAIS
12. UNIVERSIDADE E POLITÉCNICO DA MAIA

5 IGUALDADE DE GÊNERO



13. PLANOMUNICIPALPARAAIGUALDADEENÃODISCRIMINAÇÃO “MAIA EQUAL+”
14. WIT KIDS
15. GABINETE DE APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



16. GESTÃO DA EFICIÊNCIA HÍDRICA
17. LABORATÓRIOS PARTICIPATIVOS PELA GESTÃO DA ÁGUA
18. CORREDOR DO RIO LEÇA

7 ENERGIAS
RENOVÁVEIS
E ACESSÍVEIS



- 19. MAIA POSITIVE CITY
- 20. ESTAÇÕES DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA
- 21. ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

8 TRABALHO DIGNO
E CRESCIMENTO
ECONÓMICO



- 22. DINAMISMO EMPRESARIAL DA MAIA
- 23. PROGRAMAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL
- 24. CENTRO DE INCUBAÇÃO E ACELERAÇÃO DA MAIA

9 INDÚSTRIA,
INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURAS



- 25. PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA – TECMAIA
- 26. AEROPORTO INTERNACIONAL E AERÓDROMO MUNICIPAL DE VILAR DE LUZ
- 27. MAIA CIDADE INTELIGENTE

10 REDUZIR AS
DESIGUALDADES



- 28. BALCÃO DA INCLUSÃO
- 29. CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES
- 30. PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIOTERRITORIAL

11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



- 31. REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DO SOBREIRO
- 32. ZONAS VERDES, PARQUES E JARDINS
- 33. REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS E MODOS SUAVES
- 34. DIFUSÃO CULTURAL

12 PRODUÇÃO
E CONSUMO
SUSTENTÁVEIS



- 35. POLÍTICA DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS
- 36. PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
- 37. COMBATE AO DESPERDÍCIO ALIMENTAR

13 AÇÃO CLIMÁTICA



- 38. ROTEIRO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA
- 39. MAIA CIDADE RESILIENTE 2030
- 40. SONAE CAMPUS MAIA – LOCAL DE TRABALHO SUSTENTÁVEL

14 PROTEGER A VIDA MARINHA



- 41. MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E SANEAMENTO
- 42. RECOLHA SELETIVA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS

15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE



- 43. PROTEÇÃO FLORESTAL E REFLORESTAÇÃO
- 44. AUMENTO DO SOLO RÚSTICO NO PDM E RESTRIÇÃO À EDIFICABILIDADE
- 45. ZOO DA MAIA

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



- 46. MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
- 47. SAÚDE FINANCEIRA MUNICIPAL
- 48. POLÍCIA MUNICIPAL

17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS



- 49. COMPROMISSUM – CENTRO DE VOLUNTARIADO
- 50. CIDADE AMIGA DAS CRIANÇAS UNICEF
- 51. ESTRATÉGIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ODS 1

ERRADICAR A POBREZA



OBJETIVOS MAIA 2030

Garantir condições de vida dignas e inclusivas para todos.

«A redução da pobreza global está praticamente estagnada. Cerca de 9% da população mundial vivia em extrema pobreza em 2022. A pobreza laboral afetava 244 milhões de trabalhadores em 2024. Embora o marco de metade da população mundial com proteção social já tenha sido alcançado, os países de baixos rendimentos praticamente não apresentam melhorias desde 2015. A desigualdade dentro e entre países continua a dificultar a redução da pobreza, e os mais pobres são frequentemente deixados para trás em períodos de recuperação. O crescimento económico inclusivo e sustentado, particularmente em países de baixos rendimentos e em ambientes de fragilidade, continua a ser fundamental para reverter as tendências atuais. Acelerar o progresso rumo a um mundo sem pobreza exigirá o fortalecimento dos sistemas de proteção social e a mobilização de maiores recursos internacionais para ajudar os países a recuperarem da estagnação dos últimos anos».⁴

⁴Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

Progressos

A Maia tem reforçado os programas de proteção social e o trabalho em rede com organismos públicos e do terceiro setor para diminuir vulnerabilidades e melhorar a resposta a crises. O Município respondeu positivamente à população durante a pandemia COVID-19. O Município aumentou em 37% a oferta de habitação pública em regime de arrendamento acessível. A população sem-abrigo encontra-se abaixo dos 0,1%.

Oportunidades de melhoria

Em linha com os resultados nacionais, é ainda possível reforçar esforços para atingir as metas 2030 na redução de pessoas a viver abaixo do limiar nacional de pobreza, num esforço conjugado com a Administração Central e Instituições de Solidariedade Social, com especial atenção às crianças e idosos. O Município pode melhorar o acesso a dados para consolidar a monitorização anual de progressos. Existe espaço para colaborar com o setor privado no estímulo de ações que visem reforçar os programas de emprego local e investir na capacitação de pessoas em contexto de vulnerabilidade.

Metas 2030



1.1. Até 2030, erradicar a pobreza extrema (pessoas que vivem com <1,25 dólares/dia).

1.2. Até 2030, reduzir 50% o número de homens, mulheres e crianças, que vivem na pobreza.

1.3. Implementar medidas e sistemas de proteção social até 2030.

1.4. Até 2030, garantir que todas as pessoas têm acesso a recursos económicos, serviços básicos, propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias e serviços financeiros.

1.5. Até 2030, aumentar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade dos mais pobres a fenómenos extremos e desastres.

1.a. Garantir a mobilização de recursos para os países em desenvolvimento

1.b. Criar enquadramentos políticos sólidos para o desenvolvimento e igualdade de género.

Indicadores		2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
1.1.1	População abaixo limiar internacional pobreza (%) ⁵	0	0	0	0	→	0
1.2.1	População abaixo limiar nacional pobreza (%) ⁶	23,0	22,0	---	12	↑	19,7
1.3.1	População beneficiária da segurança social (%) ⁷	40,8	48,7	---	---	↕	50,4
	População com proteção social: rendimento social inserção (%) ⁸	3,96	2,96	1,76	1,61	↑	2,88
	População com proteção social: subsídio doença (%) ⁸	9,8	13,4	16,9	4,6	↓	11,9
1.4.1	População que habita em alojamentos inadequados (%) ⁹	1,47	---	---	---	---	---
1.4.2	Pessoas sem abrigo (N/100 mil hab.) ¹⁰	33	51	---	---	↕	---
	População a viver em habitações acessíveis (%) ¹⁰	94,7	95,3	---	---	↑	---
1.5.1	Mortes, pessoas desaparecidas e afetadas por catástrofes (N) ¹¹	0	0	0	0	→	9 ¹²
1.5.2	Perdas económicas resultantes de desastres / PIB (%) ¹¹	0	0	---	---	↔	---
1.5.3	Estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com Quadro de Sendai (N) ¹¹	1	1	---	---	↔	---
1.5.4	Estratégias de redução de risco adotadas e implementadas (N) ¹¹	1	1	1	1	→	---
1.a.1.	Ajuda pública ao desenvolvimento para redução da pobreza/PIB (%) ¹¹	0	0	---	---	↔	---
1.a.2.	Despesa com serviços de educação (%) ¹¹	9,70	19,88	---	---	↑	---
	Despesa com serviços de saúde (%) ¹¹	0,00	1,88	---	---	↑	---
	Despesa com serviços de proteção social (%) ¹¹	1,89	3,38	---	---	↑	---
1.b.1.	Investimento municipal no combate à pobreza (mil €) ¹¹	447,8	712,9	---	---	↑	---
	Investimento municipal em habitação social (milhões €) ¹³	2,3	30,6	165	---	↑	---

5 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2015 e 2023).

6 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2018 e 2023).

7 Fonte: [PORDATA](#) (dados 2015 e 2024).

8 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2022).

9 Fonte: Portal da Habitação (ISO 37120) (dados 2018).

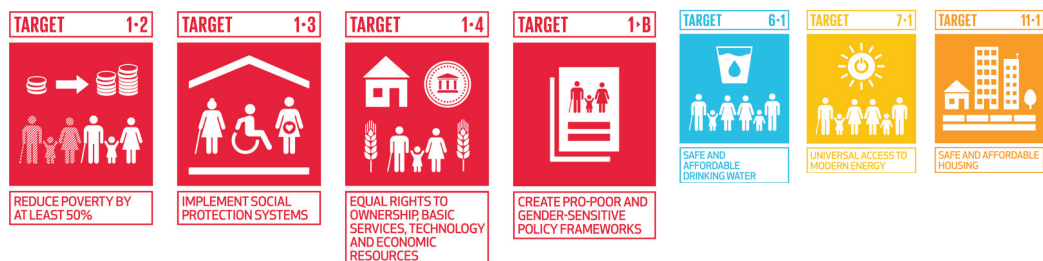
10 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2018 e 2022).

11 Fonte: Município da Maia (dados 2015 e 2024).

12 Fonte: AON 2025 Relatório da Perceção de Clima e Catástrofes (dados 2024).

13 Fonte: Espaço Municipal (dados 2015 e projeção para 2025).

1. PROGRAMA MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL



O Programa Municipal de Emergência Social assegura uma resposta imediata à vulnerabilidade socioeconómica, para mitigar situações graves de carência e prevenir a exclusão. Os apoios são uma intervenção financeira excepcional, pontual e temporária, com o objetivo claro de manter o acesso a habitação (apoio à renda ou prestação bancária), assegurar serviços essenciais (custos de água, eletricidade e gás), e o acesso a medicamentos, meios complementares de diagnóstico ou outras despesas de saúde.

Responsável: Município da Maia.

Recursos investidos: 146 mil euros em 2024.

Impactos: 242 famílias apoiadas em 2024.

Indicadores ODS: 1.2.1, 1.2.2, 1.3.1, 1.4.2, 1.b.1, 6.1.1, 7.1.1, 11.1.1.



Jardins do Sobreiro - Cidade da Maia



2. GABINETES DE ATENDIMENTO INTEGRADO LOCAL - SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (GAIL-SAAS)



Os Gabinetes de Atendimento Integrado Local – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (GAIL-SAAS) são um serviço pioneiro que assegura uma resposta de proximidade na prevenção e mitigação da vulnerabilidade social. Os GAIL-SAAS atuam como «porta de entrada» para o sistema de proteção social, oferecendo informação, encaminhamento e resposta direta a situações de vulnerabilidade alimentar, deficiência, dependências e necessidades da terceira idade. O sucesso do modelo GAIL-SAAS assenta na abrangência e trabalho em rede, com 16 pontos de atendimento que garantem a cobertura total do território, e parcerias que otimizam recursos e valorizam o conhecimento local.

Responsável: Município da Maia.

Parceiros: 10 Juntas de Freguesia, ULS São João, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Maia, Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia, Santa Casa da Misericórdia da Maia.

Recursos investidos: 949 mil euros em 2025 – financiado pelo Fundo de Financiamento da Descentralização de Competências da Ação Social.

Impactos: 2.889 famílias acompanhadas em 2024.

Indicadores ODS: 1.2.1, 1.2.2, 1.3.1, 2.2.2, 3.5.2, 17.17.1.

3. PARQUE DE HABITAÇÃO SOCIAL



A 30 de junho de 2025, o parque de habitação pública da Maia era constituído por 1.971 habitações, correspondentes a cerca de 50 empreendimentos integrados em diferentes contextos urbanos do território. A capacidade de resposta a 93% das necessidades previstas na Estratégia Local de Habitação da Maia beneficiou das 35 candidaturas já aprovadas, de um total de 44 candidaturas municipais submetidas, no âmbito do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (PRR), correspondentes a um total de 734 soluções habitacionais (638 soluções de construção de raiz, 82 soluções de reabilitação e 14 fogos adquiridos). Além de expandir a oferta de habitação pública, com 641 novas soluções habitacionais, a Maia também aproveitou fundos para melhorar a eficiência energética das habitações, a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, e a valorização dos espaços públicos. Destaque para o projeto participativo de nova habitação pública e integração comunitária em Anta, Ardegães e Lagielas, que recebeu os Prémios de Melhor Prática Inclusiva 2024 e Menção Honrosa de Boa Prática Participativa 2024 da Rede de Autarquias Participativas.

Responsável: Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A..

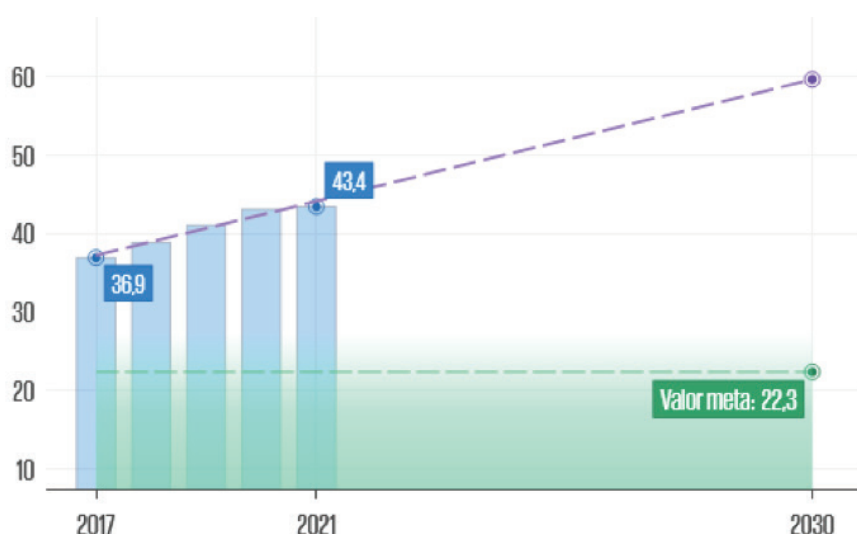
Parceiros: Município da Maia, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Recursos investidos: 120 milhões de euros (90,5 milhões já contratualizados) – financiado pela União Europeia (PRR).

Impactos: Aumento superior a 37% da oferta de habitação pública, em regime de arrendamento. Melhoria das condições de vida, garantindo acesso a habitação digna e acessível. Redução da taxa de esforço, combate à exclusão e fixação de população.

Indicadores ODS: 1.2.1, 1.4.2, 1.b.1, 7.3.1, 11.1.1.

RÁCIO ENTRE VALORES DE ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO E RENDIMENTO



ODS 2

ERRADICAR A FOME



OBJETIVOS MAIA 2030

Erradicar a fome e garantir que todas as crianças têm acesso a uma refeição completa, variada e equilibrada por dia.

«A fome global aumentou acentuadamente desde 2019 e permanece persistentemente alta. Quase 1 em cada 11 pessoas em todo o mundo enfrentaram a fome em 2023, enquanto mais de 2 mil milhões experimentaram insegurança alimentar moderada a grave. Milhões de crianças e mulheres são afetadas pela desnutrição. O número de países nos quais os preços dos alimentos estão moderadamente a anormalmente altos permanece bem acima dos níveis pré-pandémicos. Para avançar no caminho certo em relação ao Objetivo 2, são necessárias ações urgentes para fortalecer os sistemas alimentares, apoiar os pequenos produtores, melhorar os serviços e garantir o acesso a dietas saudáveis e acessíveis. A transição dos sistemas alimentares para torná-los mais sustentáveis, inclusivos e resilientes impulsionará o progresso em direção aos Objetivos».¹⁴

¹⁴ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

Progressos

A Maia tem promovido iniciativas de apoio alimentar a pessoas carenciadas em parceria com empresas e terceiro setor, reforçado a alimentação saudável e o combate ao desperdício nas escolas. 14.334 crianças e jovens têm diariamente acesso a almoço e leite nas escolas públicas. Em simultâneo, tem reforçado a aposta em hortas urbanas para promover a agricultura biológica, economia circular e consumo local.

Oportunidades de melhoria

O Município pode reforçar o planeamento estratégico no âmbito da segurança alimentar. Em simultâneo, existe espaço para apoiar o reforço da produção local, incentivando a agricultura periurbana e hortas comunitárias nas freguesias, promovendo a compostagem doméstica para agricultura urbana, privilegiando a produção local para as refeições escolares, sempre que possível, e nos circuitos de apoio social.

Metas 2030



2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso a uma alimentação de qualidade.

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de malnutrição e atender às necessidades nutricionais de crianças, adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e das pessoas idosas.

2.3 Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e o rendimento de pequenos produtores.

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos.

2.a Aumentar o investimento nas infraestruturas rurais, investigação e serviços agrícolas para aumentar a capacidade de produção nos países em desenvolvimento.

Indicadores	2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
2.1.1 Alunos ensino público com acesso a refeições saudáveis (%) ¹⁵	100	100	100	100	➡	---
2.2.2 População com peso excessivo (%) ¹⁶	---	38,5	---	---	↔	---
2.3.1 Valor acrescentado bruto por trabalhador agrícola (€) ¹⁷	6655	10022	12694	15143	⬆	12386
2.4.1 Espaço agrícola (ha) ¹⁵	1739	1734	---	---	⬇	---
Área agricultura biológica (km ²) ¹⁵	0,16	24,3	---	---	⬆	---
Área agrícola candidata a apoios de agricultura biológica (%) ¹⁷	0,11	0,19	0,33	25	⬆	4
Produtores biológicos (N) ¹⁸	6	70	---	---	⬆	16927
2.a.1 Despesa com agricultura (%) ¹⁹	0	0,1	---	---	⬆	---
Ajuda pública ao desenvolvimento para setor agrícola (€) ¹⁹	0	0	---	---	↔	---

¹⁵ Fonte: Município da Maia.

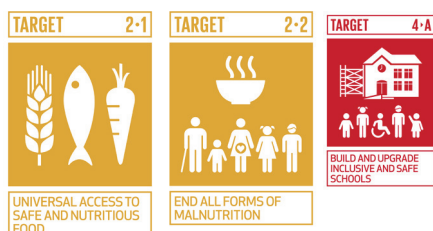
¹⁶ Fonte: Município da Maia (dados 2021).

¹⁷ Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2022).

¹⁸ Fonte: [Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural](#) (dados 2015 e 2024).

¹⁹ Fonte: Município da Maia (dados 2015 e 2024).

4. PROGRAMA DE REFEIÇÕES NAS CANTINAS ESCOLARES



A Maia garante a todos os alunos do ensino público uma refeição diária completa, equilibrada e variada. O Município comparticipa todas as refeições da rede pública de educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, assegurando a gratuidade para crianças de escalão A, desconto de 50% para escalão B e, por iniciativa municipal, desconto de 25% para o escalão C. As crianças do pré-escolar e 1.º CEB inscritas em programas de apoio à família têm ainda acesso às cantinas escolares durante as pausas letivas. O fornecimento diário de leite (animal, sem lactose ou vegetal) ao pré-escolar e 1.º CEB é comparticipado uma vez por semana pelo Município. As refeições das escolas públicas são auditadas com vista a assegurar a qualidade e melhoria contínua do serviço. Estas respostas são complementadas com ações de educação para a saúde alimentar.

Responsável: Município da Maia.

Parceiros: 45 escolas da rede de ensino público.

Recursos investidos: 3,2 milhões de euros em refeições escolares e leite no primeiro semestre de 2025.

Impactos: 14.334 crianças e jovens beneficiaram de refeições escolares em 2024-2025, reduzindo desigualdades e potenciando o desempenho escolar.

Indicadores ODS: 2.1.1, 2.1.2, 2.2.1, 2.2.2, 4.a.1.



Horta Pedagógica e Social



Refeitório escolar do Centro Escolar da Maia



Il no Complexo Ambiental da Quinta da Gruta

5. APOIO ALIMENTAR A PESSOAS CARENCIADAS



O Município da Maia apoia financeiramente a Santa Casa da Misericórdia da Maia, a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia e as Conferências S. Vicente Paulo, para a aquisição de géneros alimentares e sua distribuição a famílias referenciadas pelos GAIL – SAAS. Nesse seguimento, a Santa Casa da Misericórdia da Maia promove duas respostas de combate à fome, à pobreza e à exclusão social. A intervenção complementa a assistência imediata através da distribuição (direta, através de cabazes, e indireta, através de cartões) de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade com acompanhamento e capacitação para a prática da alimentação saudável, da gestão dos alimentos e combate ao desperdício.

Responsável: Município da Maia e Santa Casa da Misericórdia da Maia.

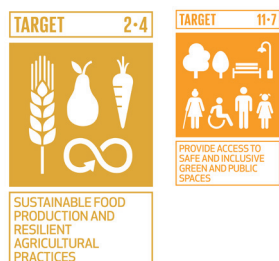
Parceiros: Cruz Vermelha Portuguesa e Conferências de S. Vicente Paulo.

Recursos investidos: Município da Maia: 150 mil euros em 2025. SCMM: 247 mil euros – financiado a 90% pela União Europeia (FSE+).

Impactos: segurança alimentar de 1.265 pessoas (em 2025).

Indicadores ODS: 2.2.2, 1.2.1, 12.3.1., 17.17.1.

6. REDE DE HORTAS COMUNITÁRIAS



A Maia tem vindo a alargar a rede de hortas urbanas, alicerçada no projeto Horta à Porta, que promove a produção biológica, disponibilizando gratuitamente talhões a munícipes interessados. Ao receber o talhão de terreno, os utilizadores recebem também formação sobre agricultura biológica e compostagem caseira. Os produtos são para consumo próprio e os produtores e família beneficiam ainda do acesso a espaços verdes e contacto com a natureza. Este projeto comunitário potencia também o convívio, diálogo intergeracional e ocupação saudável de tempos livres.

Responsável: Município da Maia, LIPOR, Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A..

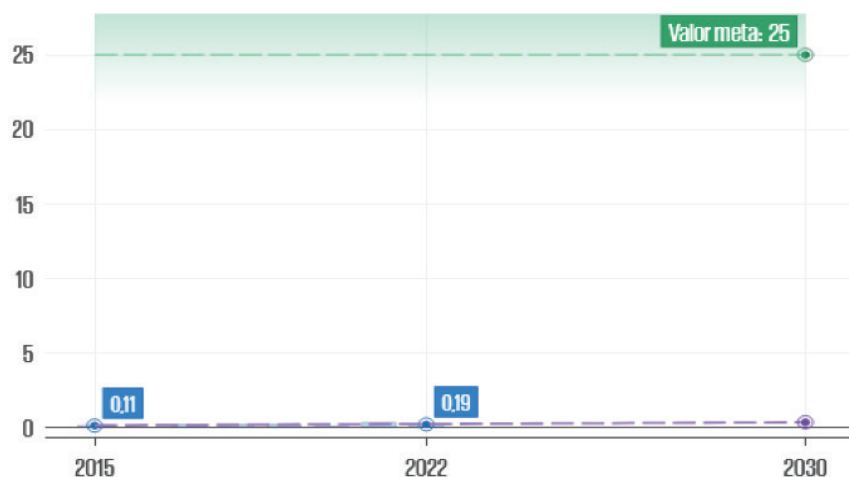
Parceiros: Juntas de Freguesia, Maiambiente, população em geral.

Recursos investidos: 300 mil euros.

Impactos: 377 famílias envolvidas. Redução da pegada carbónica em 26,6 toneladas de CO₂eq/ano, valorização de 126,67 toneladas de biorresíduos.

Indicadores ODS: 2.4.1, 11.7.1.

PROPORÇÃO DE SUPERFÍCIE AGRÍCOLA CANDIDATA A APOIOS PARA AGRICULTURA BIOLÓGICA (%)



Fonte: ODSlocal

ODS 3

SAÚDE DE QUALIDADE



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Assegurar o acesso equitativo a serviços de saúde próximos e de qualidade.

«Os dados mais recentes mostram resultados mistos em todos os indicadores de saúde. Embora a mortalidade materna tenha diminuído, o ritmo de melhoria está muito aquém do necessário para atingir as metas para 2030. As taxas de mortalidade de menores de 5 anos e neonatais melhoraram significativamente desde 2000, oferecendo o potencial de salvar milhões de vidas se o progresso for acelerado. As mortes relacionadas ao HIV caíram para metade desde 2010, mas milhões de pessoas ainda não recebem tratamento, e as tendências globais positivas escondem dados que mostram que as taxas de novas infeções estão a aumentar em várias regiões. As doenças tropicais negligenciadas afetam quase 1,5 mil milhões de pessoas em todo o mundo. Alcançar a cobertura universal de saúde exige um compromisso reforçado para alcançar os mais desfavorecidos».²⁰

²⁰ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

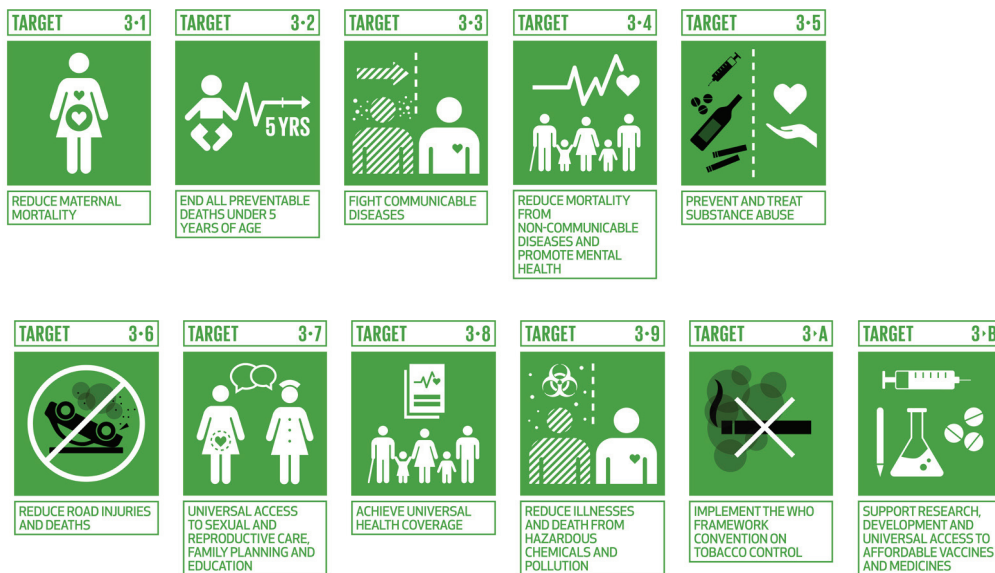
Progressos

A Maia está a reforçar a rede de cuidados de saúde para assegurar o acesso a infraestruturas e serviços de qualidade. As políticas locais têm contribuído para o bem-estar e qualidade de vida, através de diversos programas de desporto, saúde mental, prevenção de comportamentos de riscos, saúde jovem e envelhecimento ativo. A mortalidade materna global tem-se mantido nula e a mortalidade por VIH e por diabetes tem diminuído, estando abaixo da média nacional e devendo superar as metas definidas para 2030.

Oportunidades de melhoria

Existe espaço para melhorar os dados de saúde ao nível de segmentos e do território (freguesias e zonas mais carenciadas). Considera-se útil uma melhor informação sobre os tempos de espera e a expansão da oferta em saúde mental e envelhecimento ativo. O Município pode melhorar a monitorização anual de indicadores de saúde e bem-estar.

Metas 2030



3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global.

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças <5 anos.

3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose, malária e doenças tropicais, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis.

3.4 Até 2030, reduzir num terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis e promover a saúde mental e o bem-estar.

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias.

3.6 Até 2020, reduzir para metade, os mortos e feridos de acidentes rodoviários.

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual.

3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e a medicamentos e vacinas.

3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças devido a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo.

3.a Fortalecer a implementação da Convenção Quadro para o Controlo do Tabaco.

3.b Apoiar a pesquisa e desenvolvimento e o acesso a vacinas e medicamentos a preços acessíveis.



Final da Taça do Mundo de Ginástica Artística

Indicadores	2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
3.1.1 Óbitos devido a complicações da gravidez, parto e puerpério (N) ²¹	0	0	0	0	→	15
3.1.2 Nascimentos assistidos por profissionais qualificados (%) ²²	99,8	100	100	100	↑	99,9
3.2.1 Mortalidade crianças (<5) (‰) ²³	2,3	2,2	2	0	↑	3,4
3.2.2 Mortalidade neonatal (‰ em 5 anos) ²⁴	1,3	1,3	---	---	→	1,8
3.3.1 Mortalidade VIH (% em 5 anos/100 mil hab.) ²⁵	2,8	1,1	0	0	↑	2,2
3.3.2 Mortalidade tuberculose (% em 5 anos/100 mil hab.) ²³	1,3	1,6	2	0	↓	1,6
3.3.4 Mortalidade hepatite viral (% em 5 anos/100 mil hab.) ²³	0,59	0,43	0,51	0	↑	0,86
3.4.1 Mortalidade doenças aparelho circulatório (N) ²³	283	285	---	---	↓	32.996
Mortalidade tumores malignos (‰ em 5 anos) ²³	1,8	2,2	2,9	1,8	↓	2,7
Mortalidade diabetes (% em 5 anos/100 mil hab.) ²³	27,9	21,8	16,2	27,1	↑	37,3
Mortalidade doenças respiratórias (% em 5 anos/100 mil hab.) ²³	70,4	90,4	123,2	81,9	↓	113,5
3.4.2 Mortalidade suicídios e lesões autoprovocadas (% em 5 anos/100 mil hab.) ²³	5,6	4,9	2,9	2	↑	9,3
3.6.1 Índice gravidade acidentes rodoviários (%) ²⁶	0,5	1,0	1,0	1,4	↓	1,7
3.7.2 Nados-vivos mães adolescentes (10-14) (N) ²⁷	1	0	---	---	↑	20
Nados-vivos mães adolescentes (15-19) (N) ²⁷	10	11	---	---	↓	1528
3.8.1 Médicos (N)/1000 habitantes) ²⁸	6,8	7,4	---	---	↑	6
3.9.3 Mortalidade envenenamento acidental (% em 5 anos/100 mil hab.) ²⁹	1	1,4	2,8	0	↓	1,2
3.a.1 Fumadores (>15) (%) ³⁰	---	15,7	---	---	→	---
3.b.2 Ajuda pública desenvolvimento para investigação médica e saúde (€) ³⁰	0	0	---	---	→	---

21 Fonte: [INE](#) (dados 2015 e 2022).

22 Fonte: [INE](#) (dados 2021 e 2024).

23 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2022).

24 Fonte: [INE](#) (dados 2015-2019 e 2018-2022)

25 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2022).

26 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2023).

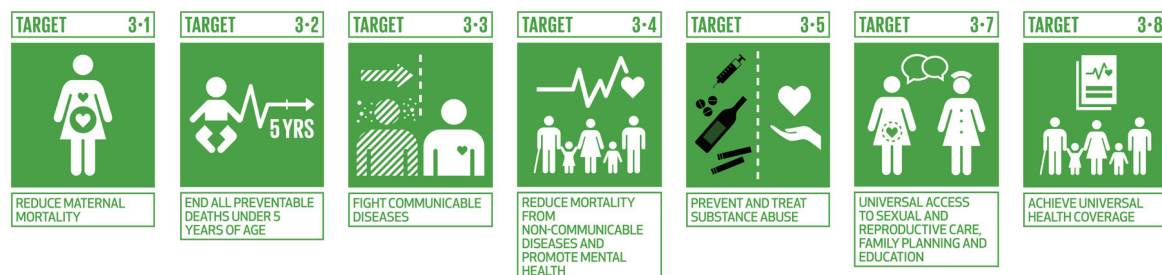
27 Fonte: [INE](#) (dados 2021 e 2024).

28 Fonte: [INE](#) (dados 2021 e 2024).

29 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2019 e 2022).

30 Fonte: Município da Maia (dados 2021).

7. REFORÇO DA REDE DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS



A Maia está a concretizar o maior investimento de sempre na saúde – cerca de 20 milhões de euros – para garantir o acesso universal a serviços de qualidade e proximidade. O objetivo é expandir e modernizar a rede de cuidados de saúde primários, aumentando a capacidade de resposta para mais de 58 mil utentes. A âncora desta estratégia é o novo Parque de Saúde e Bem-Estar da Maia – investimento superior a 13 milhões de euros, com inauguração prevista para 2026 –, que disponibilizará serviços integrados de diagnóstico, análises, urgência, reabilitação, nutrição, psicologia e cuidados continuados. Estão também a ser construídas duas novas unidades de saúde – UCSP Milheirós e USF Pedras Rubras – e outras três já existentes estão a ser modernizadas – Águas Santas, Pedrouços e Vermoim.

Responsável: Município da Maia.

Recursos investidos: 1,7 milhões de euros já executados (valor total estimado em 19,9 milhões de euros) – financiado a 100% pela União Europeia (PRR).

Impactos: Acesso de 138.000 utentes a cuidados de saúde primários de qualidade, reforçando a prevenção, diagnóstico atempado e tratamento.

Indicadores ODS: 3.1.1., 3.2.1, 3.2.2, 3.3.1, 3.3.2, 3.3.4, 3.4.1, 3.4.2, 3.5.1, 3.5.2, 3.7.2, 3.8.1, 3.8.2.

8. PROGRAMAS MUNICIPAIS DE ENVELHECIMENTO ATIVO



A Maia investe em serviços integrados de envelhecimento ativo, bem-estar, diálogo intergeracional e combate ao isolamento da população idosa. O Clube Maia Sénior oferece onze modalidades desportivas gratuitas adaptadas, com seguro de saúde incluído. O Programa Municipal de Saúde Sénior 60+ promove a alimentação saudável, saúde mental e segurança. O projeto Maia Mentalmente Ativa explora o potencial da realidade virtual para promover a inclusão. Maia Cuida+ apoia cuidadores informais. A Maia integra a rede de Cidades Amigas das Pessoas Idosas da Organização Mundial da Saúde.

Responsável: Município da Maia.

Parceiros: Escola Superior de Saúde de Santa Maria, Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, Hospital Escola da Universidade Fernando Pessoa, Universidade da Maia.

Recursos investidos: 1,15 milhões de euros – Maia Mentalmente Ativa e Maia Cuida+ – financiado pela União Europeia (PRR).

Impactos: Redução do isolamento e risco de depressão em mais de 6.400 idosos. Apoio a mais de 100 cuidadores informais e famílias.

Indicadores ODS: 3.4.1.

9. PROGRAMAS MUNICIPAIS DE SAÚDE JOVEM



A Maia investe na saúde física e mental das crianças e jovens. O Programa de Saúde Escolar já envolveu mais de 100 mil crianças em ações de saúde e bem-estar, desde 2005. Este projeto de aprendizagem entre pares reforça competências para escolhas informadas e saudáveis. O Gabinete de Acompanhamento Psicológico e Pedagógico é uma resposta orientada para a saúde mental e sucesso escolar dos jovens, que disponibiliza consultas individuais e familiares e intervenções de grupo. O programa Férias Desportivas disponibiliza mais de 20 modalidades desportivas e oficinas lúdicas durante as pausas letivas para reforçar competências pessoais e sociais e estilos de vida saudáveis.

Responsável: Município da Maia.

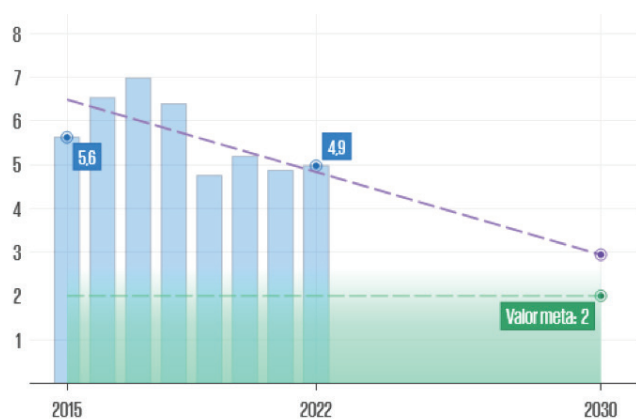
Parceiros: Agrupamento de Centros de Saúde Maia/Valongo, Centro Hospitalar Universitário de São João, Escola Superior de Saúde Santa Maria, Instituto Nacional de Emergência Médica, Instituto Português do Sangue e da Transplantação, Liga Portuguesa Contra o Cancro, Politécnico do Porto, Universidade da Maia, Universidade do Porto.

Recursos investidos: 57,5 mil euros (orçamento do Programa de Saúde Escolar em 2025).

Impactos: Reforço da literacia para a saúde, hábitos saudáveis e prevenção de doenças em mais de 100 mil crianças.

Indicadores ODS: 3.4.2, 3.5.1, 3.5.2, 3.6.1, 3.7.2, 3.a.1.

MORTALIDADE POR SUICÍDIOS E LESÕES AUTOPROVOCADAS VOLUNTARIAMENTE (TAXA QUINQUENAL POR 100 MIL HABITANTES)



Fonte: ODSlocal



Unidade de Cuidados Continuados da Cruz Vermelha Portuguesa

ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Promover as competências de futuro envolvendo toda a comunidade educativa.

«O Objetivo 4 continua a ser um facilitador crucial para o desenvolvimento sustentável, mas o progresso está aquém das metas. As melhorias nas taxas de conclusão do ensino médio diminuíram, enquanto os resultados de aprendizagem em muitos países estão em declínio. Existem disparidades regionais preocupantes no desenvolvimento da primeira infância, e a África Subsaariana está em particular desvantagem. Apesar das modestas melhorias na alfabetização, centenas de milhões de pessoas continuam analfabetas e as mulheres são desproporcionalmente afetadas. Os desafios de qualificação de professores persistem e houve uma melhoria mínima desde 2015. A ascensão das sociedades digitais exige a integração da tecnologia na educação, a fim de garantir que os jovens e as gerações futuras tenham acesso a conteúdo relevante e de alta qualidade que os prepare para a procura de um mercado de trabalho em rápida evolução. A aceleração dos progressos no ODS 4 deve ser priorizada, devido ao efeito catalisador na concretização da Agenda 2030».³¹

³¹ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

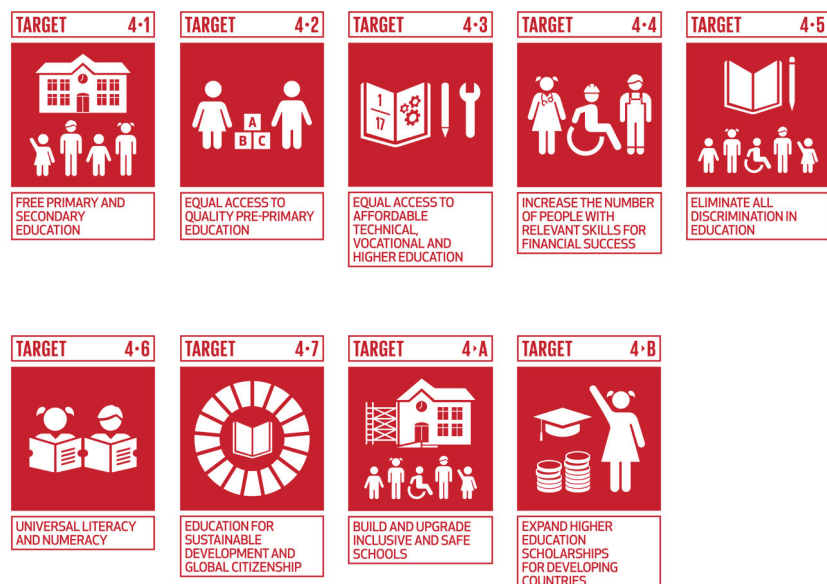
Progressos

A Maia está a investir intensamente na modernização das infraestruturas escolares inclusivas e seguras e em programas de sucesso escolar, competências transversais e competências do futuro. Regista-se uma melhoria no acesso ao ensino pré-escolar, a conclusão do ensino secundário está nos 94%. Observa-se a igualdade de oportunidades entre rapazes e raparigas, e as escolas públicas promovem conteúdos de cidadania e educação ambiental. A política educativa fomenta um modelo articulador e dinâmico de aprendizagem ativa, em parceria com as comunidades educativas, famílias, associações e empresas.

Oportunidades de melhoria

Pode ser melhorada a informação sobre literacia, sucesso escolar e medidas dedicadas a alunos com necessidades especiais e jovens que não estão a estudar, em formação ou a trabalhar. A ação futura pode melhorar a partilha de dados sobre projetos e impactos da sustentabilidade nas escolas. O Município deve continuar a aposta em competências pessoais, sociais, empreendedoras e digitais e a articulação entre escolas e empresas. A modernização das escolas é uma oportunidade para repensar espaços públicos de aprendizagem, contacto com a natureza, convívio, desporto e lazer.

Metas 2030



- 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completam o ensino secundário.
- 4.2 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos têm acesso a educação pré-escolar.
- 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para homens e mulheres à educação profissional e ensino superior.
- 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que têm habilitações relevantes para emprego digno e empreendedorismo.
- 4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a pessoas com deficiência e crianças em situação de vulnerabilidade.
- 4.6 Até 2030, garantir literacia e aptidões numéricas a todos os jovens e a uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres.
- 4.7 Até 2030 garantir que todos os alunos adquirem competências para o desenvolvimento sustentável.
- 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, inclusivas, seguras e eficazes.
- 4.b Até 2020, ampliar as bolsas de estudo de ensino superior para países em desenvolvimento.

Indicadores		2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
4.1.1	Alunos 1.º CEB (%) ³²	88,9	94,0	---	100	↑	100
	Alunos 2.º CEB (%) ³²	84,1	89,4	---	100	↑	94,7
	Alunos 3.º CEB (%) ³²	82,0	87,8	---	100	↑	94,2
	Alunos ensino secundário (%) ³²	57,2	67,8	---	100	↑	90,0
4.1.2	Conclusão 1.º CEB (%) ³²	97,8	99,6	---	100	↑	98,1
	Conclusão 2.º CEB (%) ³²	93,4	97,9	---	100	↑	96,1
	Conclusão 3.º CEB (%) ³²	89,7	96,1	---	100	↑	93,8
	Conclusão ensino secundário (%) ³²	81,4	93,7	---	100	↑	90,4
4.2.2	Pré-escolarização (%) ³²	82,5	89,9	---	100	↑	94,5
	Pré-escolarização: raparigas (%) ³²	81,0	89,4	---	100	↑	95,0
4.3.1	Jovens e adultos em formação nos últimos 12 meses (%) ³²	16,0	20,0	---	---	↕	35,0
	Alunos ensino profissional (%) ³²	19,5	17,5	---	---	↕	28,9
	Jovens (15-29) ensino superior (%) ³²	23,9	---	---	---	---	21,2
4.4.1	Alunos por computador com internet (N) ³³	5,2	1,2	-4	1,5	↑	1
	População (25-34) licenciada (%) ³⁴	30,3	25,2	---	---	↕	21,6
	População (25-34) doutorada (%) ³⁴	0,3	0,8	---	---	↕	0,5
4.5.1	Raparigas 1.º CEB (%) ³²	47,9	49,0	49,6	---	↕	49,0
	Raparigas 2.º CEB (%) ³²	47,0	49,2	50,3	---	↕	48,7
	Raparigas 3.º CEB (%) ³²	48,4	50,1	51	---	↕	48,7
	Raparigas ensino secundário (%) ³²	48,0	47,6	47,4	---	↕	49,8
	Raparigas ensino profissional (%) ³²	15,3	9,0	5,9	---	↕	22,3
	Mulheres (15-29) ensino superior (%) ³²	28,3	---	---	---	---	26,0
4.6.1	Adultos (> 21) ensino não superior (N) ³⁵	276	516	---	---	↕	73105
	Taxa analfabetismo (%) ³⁶	2,5	1,6	---	---	↕	3,1
4.7.1	Escolas com conteúdos de educação global (%) ³⁷	100	100	100	100	→	100
	Ações de desenvolvimento sustentável (N) ³⁷	50	50	---	---	↕	---
4.a.1	Escolas modernizadas (%) ³⁷	0	50	100	---	↑	---
	Escolas com serviços básicos: refeitório/cantina (%) ³⁷	100	100	100	---	→	---
	Escolas com serviços básicos: biblioteca escolar (%) ³⁷	45,5	63,6	---	---	↕	---
	Escolas com serviços básicos: desporto escolar (%) ³⁷	100	100	100	---	→	---
	Escolas com serviços básicos: psicologia e orientação (%) ³⁷	100	100	100	---	→	---
	Ajuda pública desenvolvimento bolsas de estudo (€) ³⁷	0	0	---	---	↕	---

32 Fonte: [Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência](#) (dados 2015-2016 e 2023-2024).

33 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2022).

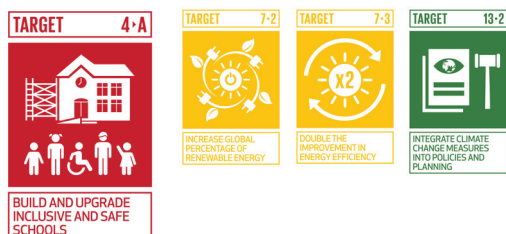
34 Fonte: [INE](#) (dados 2011 e 2021).

35 Fonte: [INE](#) (dados 2015-2016 e 2022-2023).

36 Fonte: [INE](#) (dados 2011 e 2021).

37 Fonte: [Município da Maia](#) (dados 2015 e 2024).

10. REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR



A Maia investiu mais de 20 milhões de euros na modernização do parque escolar, para assegurar escolas mais confortáveis, inclusivas e seguras e reforçar as condições de aprendizagem. As intervenções permitiram melhorar a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, criar salas multissensoriais e novos espaços de lazer e desporto, melhorar o conforto térmico e qualidade do ar e aumentar a eficiência energética. Como resultado de processos participativos, o espaço envolvente das escolas também foi intervencionado, reforçando a segurança com instalação de barreiras junto das entradas das escolas, passeadeiras com piso vermelho e antiderrapante, sinalização de limite de velocidade de 30km/h e introdução de espaços Kiss & Go.

Responsável: Município da Maia.

Parceiros: 7 agrupamentos de escolas.

Recursos investidos: 21,5 milhões de euros.

Impactos: Melhoria das condições de aprendizagem e bem-estar de 14.430 alunos.

Indicadores ODS: 4.a.1, 7.2.1, 7.3.1, 13.2.2.



Centro de Inovação Carlos Fiolhais



Escola Escola Básica do Lidador

11. CENTRO DE INOVAÇÃO CARLOS FIOLHAIS



O Centro de Inovação Carlos Fiolhais promove competências digitais, cívicas e empreendedoras.

Este projeto da área STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática) apresenta problemas reais a jovens do ensino secundário, desafiando-os a criarem respostas em ambiente colaborativo, prático («hands on») e com recurso à tecnologia. Uma das principais valências do Centro reside na capacidade de promover o contacto entre as escolas e o mundo empresarial. Ao mobilizar a comunidade escolar (alunos, professores e encarregados de educação), o Centro reforça o contacto com as competências e trabalho do futuro, reforçando a criatividade, pensamento crítico e capacidade de resolução de problemas. O projeto dedica especial atenção ao contacto e interesse das raparigas com as STEM.

Responsável: Município da Maia.

Parceiros: Centro de Cidadania Digital.

Recursos investidos: 1,9 milhões de euros – financiado a 85% pela União Europeia (NORTE 2030).

Impactos: Reforço de competências e opções de carreira para 3.000 jovens até 2029.

Indicadores ODS: 4.4.1.



Centro de Inovação Carlos Fiolhais



Centro de Inovação Carlos



Centro de Inovação Carlos Fiolhais



s Fiolhais

12. UNIVERSIDADE E POLITÉCNICO DA MAIA



A Universidade da Maia e o Instituto Politécnico da Maia asseguram o acesso de cinco mil estudantes ao ensino superior, promovem investigação científica aplicada e a transferência de conhecimento, e a integração dos diplomados no mercado de trabalho, através de 800 protocolos com o tecido empresarial para estágios curriculares e projetos. Ao nível da cooperação internacional, têm protocolos de mobilidade e projetos de investigação com 160 instituições de 35 países. O campus universitário de 70.000 m² oferece condições ímpares de aprendizagem, investigação e desporto. Destaque para o programa Healthy Campus, que promove o sucesso académico e bem-estar físico, mental e social e voluntariado da comunidade académica e foi reconhecido pela Federação Internacional de Desporto Universitário com a certificação platina em 2022.

Responsável: Maiêutica, Cooperativa de Ensino Superior CRL.

Parceiros: Município da Maia, 160 instituições de ensino superior, 800 empresas.

Impactos: 6 polos de investigação avaliados com Excelente ou Muito Bom. 5.000 estudantes. 700 estudantes estrangeiros. 800 estágios curriculares/ano. 1.500 estudantes em mobilidade internacional. 13 projetos internacionais. 69 ações Healthy Campus.

Indicadores ODS: 4.3.1, 4.7.1.

Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (%)



Fonte: ODSlocal

ODS 5

IGUALDADE DE GÉNERO



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Viver em igualdade de género.

«Trinta anos após a adoção histórica da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, a igualdade de género permanece ilusória. As barreiras legais persistem, restringindo as oportunidades de emprego às mulheres e perpetuando o casamento infantil e a violência de género. A desigualdade de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados continuam a limitar oportunidades para as mulheres, embora existam variações regionais significativas. A representação política das mulheres apresenta um crescimento alarmantemente lento, enquanto a autonomia em relação à saúde sexual e reprodutiva permanece limitada em muitas regiões. As disparidades de género na propriedade de terras, nas proteções legais e no acesso a telefones móveis demonstram ainda mais o trabalho substancial necessário para alcançar a igualdade de género até 2030».³³

³³ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

Progressos

A Maia aprovou o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação da Maia e conta com políticas de igualdade de oportunidades e efetiva participação em todos os níveis de decisão. O Município colabora com escolas e organizações locais em campanhas educativas de combate à discriminação e violência de género e na proteção de vítimas de violência doméstica. A disparidade salarial tem reduzido, a paridade das licenças parentais está a aumentar e regista-se uma maioria de mulheres com cargos dirigentes no Município.

Oportunidades de melhoria

O Município pode reforçar a partilha de dados desagregados por género, estabelecer metas de redução de disparidades de género e monitorizar progressos, além de consolidar a aposta na sensibilização, prevenção, intervenção nas camadas mais jovens e na criação de estruturas que permaneçam no futuro, como a Rede para a Intervenção na Violência.

Metas 2030



5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e raparigas.

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico, exploração sexual e outros tipos de exploração.

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas.

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestruturas e proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e família.

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades em todos os níveis de tomada de decisão política, económica e pública.

5.b Aumentar o uso de tecnologias de informação e comunicação para capacitar mulheres.

Indicadores		2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
5.1.1	Enquadramento legal de igualdade de género (N) ³⁹	0	1	1	1	↑	---
	Disparidade salarial (%) ⁴⁰	11,4	9,3	5,9	2,4	↑	8,6
	Disparidade salarial empregos altamente qualificados (%) ⁴⁰	11,5	9	3,3	0,7	↑	11,2
	Disparidade conclusão ensino secundário (%) ⁴⁰	6,8	3	-1,9	0,7	↑	2,5
5.2.1	Violência doméstica (‰) ⁴⁰	1,8	1,5	0,94	0	↑	2,4
5.3.1	Raparigas casadas (17-19) (N) ⁴¹	0	0	---	---	↔	225
	Raparigas casadas (<17) (N) ⁴¹	0	3	---	---	↔	156
5.4.1	Disparidade na duração das licenças parentais (%) ⁴⁰	20,1	30,2	43,7	100	↑	27,6
5.5.1	Mulheres eleitas Executivo Municipal (%) ⁴²	36,4	27,3	21,6	40	↓	32,8
	Mulheres eleitas Assembleia Municipal (%) ⁴³	33,3	38,9	---	---	↑	---
5.5.2	Mulheres em cargos de chefia Câmara Municipal (%) ³⁹	57,14	61,7	---	---	↑	---

39 Fonte: Município da Maia.

40 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2022).

41 Fonte: [INE](#) (dados 2015 e 2023).

42 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2013 e 2021).

43 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2017 e 2021).



O cyberbullying e a violência no namoro com o artista Jimmy P. (Plano 'Maia Equal+')

13. PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO «MAIA EQUAL+»



O Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação da Maia projeta o compromisso político com a igualdade de género, em sintonia com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação. O plano assegura uma perspetiva de governação transversal em áreas chave como a educação e proteção social. Uma das metas prioritárias é assegurar regras e uma cultura inclusivas no funcionamento da Câmara Municipal, garantindo a igualdade de oportunidades e a conciliação da vida familiar e profissional. O plano presta especial atenção à educação de crianças e jovens e combate à violência e assédio. A Maia recebeu o Prémio Autarquia Familiarmente Responsável em 2023 e 2024 e o Prémio Viver em Igualdade 2024 da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

Responsável: Município da Maia.

Parceiros: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, membros do CLAS, Associação Portuguesa para o Planeamento Familiar.

Recursos investidos: 28 mil euros.

Impactos: Promoção de uma cultura organizacional de respeito e inclusão. 10.765 pessoas capacitadas para a igualdade de género, não discriminação e combate à violência doméstica.

Indicadores ODS: 5.1.1, 5.2.1, 5.2.2.

14. WIT KIDS



Promovido pela Women in Tech Portugal, o projeto Wit Kids usa a tecnologia para trabalhar a igualdade de género e competências digitais, empreendedoras e sociais. O projeto incentiva o interesse pela área STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) junto de crianças entre os 6-10 anos de idade, através de oficinas dedicadas à programação, robótica, espaço e inovação. As atividades projetam exemplos de liderança feminina nas áreas da ciência e tecnologia para combater estereótipos de género e valorizar a opção por carreiras em áreas de elevada empregabilidade.

Responsável: Women In Tech Portugal.

Parceiros: Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A., Município da Maia, Agrupamentos de Escolas da Maia.

Impactos: Capacitação de 300 crianças (das quais 50% do género feminino) anualmente.

Indicadores ODS: 5.b.1, 4.4.1.



WIT Kids

15. GABINETE DE APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



A Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia promove o Gabinete de Apoio à Vítima Valorizar, que integra a rede nacional desde 2020. Esta estrutura presta apoio social, psicológico e jurídico a vítimas de violência doméstica, mitigando a vulnerabilidade. O foco da intervenção é a capacitação e autonomização das vítimas, melhorando o acesso a serviços essenciais e contribuindo para a prevenção da revitimação e vitimação secundária. O projeto é motor de prevenção ativa, com a realização de ações de sensibilização sobre violência doméstica, de género e no namoro junto da comunidade educativa.

Responsável: Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia.

Parceiros: Município da Maia, 8 juntas de freguesia, ACeS Maia/Valongo, Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Gondomar, Escola Secundária do Castelo da Maia, Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A., Faculdade de Medicina Dentária do Porto, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Segurança Social.

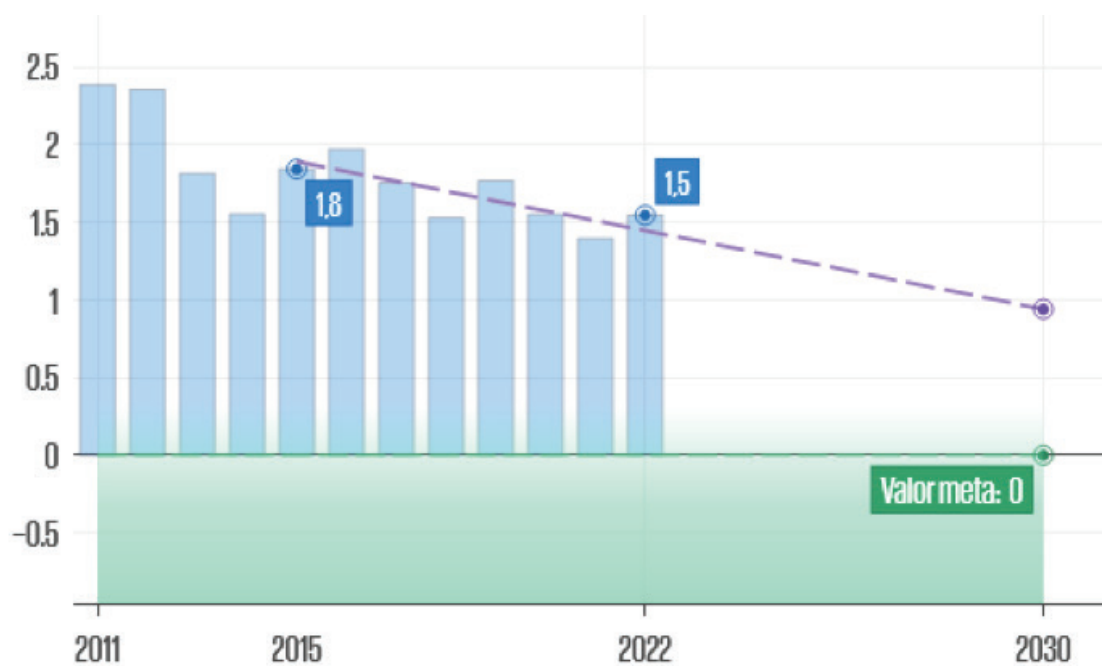
Recursos investidos: 213 mil euros (2024-2026) – financiado a 56% pela União Europeia.

Impactos: Acompanhamento de 375 vítimas de violência doméstica desde 2020.

Sensibilização de 126 jovens desde 2024.

Indicadores ODS: 5.2.1, 16.1.1, 16.2.1, 16.2.3, 17.17.1.

VIOÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CÔNJUGE OU ANÁLOGOS POR 1000 HABITANTES



Fonte: ODSlocal

ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Valorizar a água e proteger os recursos hídricos.

«Apesar de alguns progressos, mais de mil milhões de pessoas ainda não têm acesso a água potável, saneamento e higiene. A eficiência no uso da água, embora esteja a aumentar globalmente, permanece baixa na maioria dos países, e o stress hídrico continua grave em diversas regiões do mundo. A implementação da gestão integrada dos recursos hídricos avança lentamente, com a cooperação transfronteiriça em matéria de recursos hídricos a permanecer limitada, apesar do grande número de países que compartilham recursos hídricos. Alcançar o Objetivo 6 exige um compromisso global para garantir a segurança hídrica para todos, protegendo, ao mesmo tempo, os recursos hídricos do planeta».⁴⁴

⁴⁴ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

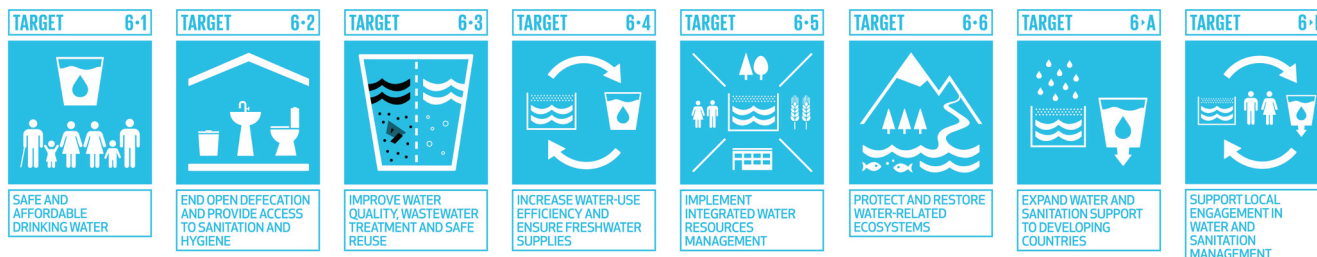
Progressos

A Maia é um município pioneiro no que se refere à água potável e saneamento, com uma taxa de cobertura próxima dos 100%, nas redes de abastecimento e de saneamento. Os SMAS garantem o abastecimento público de água e a gestão das águas residuais com vista a salvaguardar o bem-estar e segurança da população e ambiente. A Maia está a trabalhar, em conjunto com outros três municípios, para recuperar o Rio Leça, na primeira associação intermunicipal do país a ter como objetivo a recuperação de um rio.

Oportunidades de melhoria

As ações em curso vão dotar o Município de infraestruturas resilientes para mitigar o impacto das alterações climáticas e assegurar a sustentabilidade ambiental e financeira da rede de água e saneamento.

Metas 2030



6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável a preços acessíveis.

6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos.

6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando o despejo e liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo para metade a proporção de águas residuais não-tratadas, aumentando a reciclagem e reutilização.

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência no uso da água, a extração sustentável e abastecimento de água doce, e reduzir o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos, inclusive via cooperação transfronteiriça.

6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos.

6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados com a água e o saneamento, incluindo extração de água, dessalinização, eficiência no uso da água, tratamento de efluentes, reciclagem e tecnologias de reutilização.

6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Indicadores		2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
6.1.1	Alojamentos servidos de água (%) ⁴⁵	100	100	100	95	➡	95,6
	Água segura para consumo humano (%) ⁴⁶	99,8	100	100	99	⬆	98,8
6.2.1	População com saneamento básico (%) ⁴⁷	100	99	99	100	⬇	100
6.3.1	Águas residuais tratadas (%) ⁴⁶	100	100	100	100	➡	---
	Alojamentos com drenagem de águas residuais (%) ⁴⁶	99	100	100	90	⬆	80,3
	Alojamentos com tratamento de águas residuais (%) ⁴⁸	99	99	99	90	➡	76,5
6.3.2	Área de massas de água superficiais com bom estado (%) ⁴⁹	0	0	-2,1	66,8	⬇	34,4
	Índice de qualidade do serviço de tratamento a águas residuais (%) ⁵⁰	99,1	100	100	100	⬆	---
6.4.1	Perda de água (%) ⁵¹	27,3	16,52	---	---	⬆	---
	Consumo de água doméstico per capita (litros/dia) ⁵⁰	138,63	107,88	---	---	⬆	---
	Consumo de água per capita (litros/dia) ⁵⁰	138,77	153,69	---	---	⬇	---
6.5.2	Recursos hídricos intermunicipais geridas em cooperação (%) ⁵¹	100	100	100	100	➡	---
6.6.1	Alteração na extensão de ecossistemas aquáticos ao longo do tempo (km de margem) ⁵¹	---	71	---	---	---	---
6.a.1	Ajuda pública desenvolvimento para água e saneamento (€) ⁵¹	0	0	---	---	↔	---
6.b.1	Participação pública na gestão de água e saneamento (N) ⁵¹	0	1	---		⬆	---

45 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2022).

46 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2023).

47 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2019 e 2024).

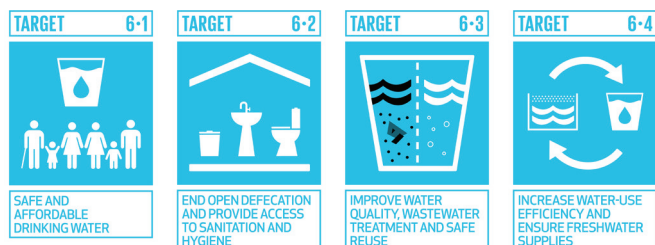
48 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2021).

49 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2024).

50 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2019 e 2024).

51 Fonte: Município da Maia.

16. GESTÃO DA EFICIÊNCIA HÍDRICA



A Maia está a melhorar a eficiência hídrica no sistema de distribuição de água. Entre 2019-2023, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia reduziram as perdas de água de 34% para 15%. Este desempenho posiciona a Maia como referência nacional em matéria de eficiência na gestão de recursos hídricos. O resultado foi impulsionado pela introdução de inovações tecnológicas, que melhoraram o sistema de telegestão, setorização e monitorização e controlo de pressão da rede, e a pesquisa ativa de fugas e fraudes. O objetivo para 2028 é reduzir as perdas para 14%. Em paralelo, os SMAS Maia têm melhorado a resiliência do saneamento com a redução de afluências indevidas à rede de águas residuais para mitigar inundações e colapsos na via pública..

Responsável: SMAS Maia.

Parceiros: Aqualevel do Grupo Indaqua, S.A., Luságua do Grupo AQUAPOR, S.A.

Recursos investidos: 4,3 milhões de euros.

Impactos: Melhoria de 645 km da rede de abastecimento e saneamento e aumento de eficiência hídrica em 19%.

Indicadores ODS: 6.1.1, 6.2.1, 6.3.1, 6.3.2, 6.4.1.

17. LABORATÓRIOS PARTICIPATIVOS PELA GESTÃO DA ÁGUA



Os Laboratórios Participativos pela Gestão da Água são um projeto de participação pública e educação cívica criado em 2025 e que envolveu 200 cidadãos das dez freguesias da Maia na criação de respostas coletivas para os desafios da água. O processo de participação incluiu 10 oficinas práticas dedicadas à ideação, prototipagem e experimentação, culminando na apresentação de projetos concretos para o uso eficiente e poupança de água e a melhoria das infraestruturas hídricas. Os cidadãos colaboraram com técnicos municipais e investigadores universitários no reforço da eficiência, resiliência e sustentabilidade do sistema de água.

Responsável: SMAS Maia.

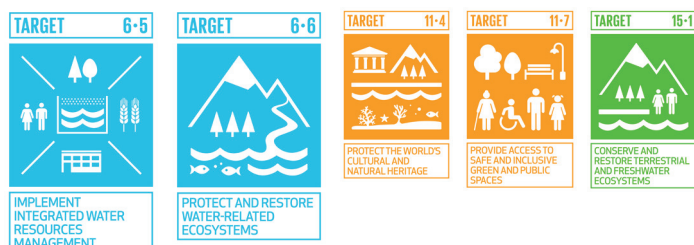
Parceiros: 10 juntas de freguesia, Universidade de Aveiro.

Recursos investidos: 15 mil euros.

Impactos: 35 propostas de ação e 10 projetos selecionados para implementação.

Indicadores ODS: 6.b.1.

18. CORREDOR DO RIO LEÇA



A Maia integra a Associação de Municípios Corredor do Rio Leça, juntamente com os municípios de Matosinhos, Santo Tirso e Valongo. Esta é a primeira associação intermunicipal do país dedicada exclusivamente à reabilitação de um rio. O projeto atua numa extensão de 71 km, criando um vasto corredor ecológico. As ações têm incluído a remoção de 250 toneladas de resíduos do rio e margens, controlo de vegetação invasora, proteção da biodiversidade com a replantação de 51 mil espécies autóctones e criação de viveiros de plantas aquáticas, a continuidade ecológica através da recuperação de açudes com rampas para peixes, aplicação de engenharia natural ao longo de 6 km para aumentar a proteção e estabilidade das margens e resiliência a cheias, secas e erosões, monitorização em tempo real da qualidade e caudal da água, e uma equipa de guarda-rios para fiscalização ativa de ocorrências, ao longo do Rio Leça e principais afluentes. Este esforço protege as margens contra a erosão e cheias, aumenta a qualidade da água e abundância nos períodos secos, transformando o Rio Leça num ecossistema mais saudável e resiliente.

Responsável: Corredor do Rio Leça – Associação de Municípios.

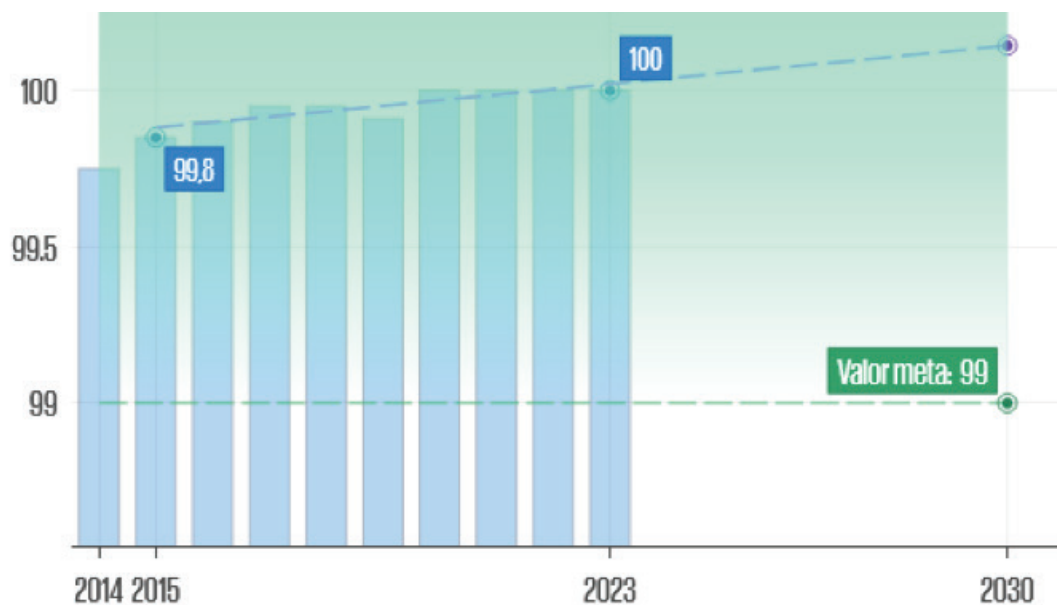
Parceiros: Municípios da Maia, Matosinhos, Santo Tirso e Valongo, Agência Portuguesa do Ambiente.

Recursos investidos: 4,5 milhões de euros – financiado pela União Europeia (LIFE, NORTE 2030 e REACT-EU).

Impactos: Reabilitação de 48 km do ecossistema fluvial.

Indicadores ODS: 6.5.1, 6.6.1, 11.4.1, 11.7.1, 15.1.2.

ÁGUA SEGURA (ÁGUA CONTROLADA E DE BOA QUALIDADE PARA CONSUMO HUMANO) (%)



Fonte: ODSlocal



Laboratórios participativos de gestão da água

ODS 7

ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Garantir a transição para a energia sustentável.

«O progresso rumo ao Objetivo 7 tem sido notável: de 2015 a 2023, o acesso global à eletricidade aumentou de 87% para 92%, o acesso a combustíveis limpos para cozinhar aumentou 16% e a eletricidade renovável continuou a crescer. No entanto, o progresso está a abrandar – as energias renováveis estão atrasadas nos setores dos transportes e do aquecimento, e os ganhos em eficiência energética estagnaram. Além disso, apenas uma pequena parte do investimento global em energia chega às áreas mais necessitadas. A concretização do Objetivo 7 exigirá um aumento significativo do investimento nas economias emergentes e em desenvolvimento, em particular na África Subsaariana, para expandir o acesso à eletricidade e à cozinha limpa, aumentar a escala das energias renováveis, melhorar a eficiência energética e reforçar os quadros políticos e regulamentares».⁵²

⁵² Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

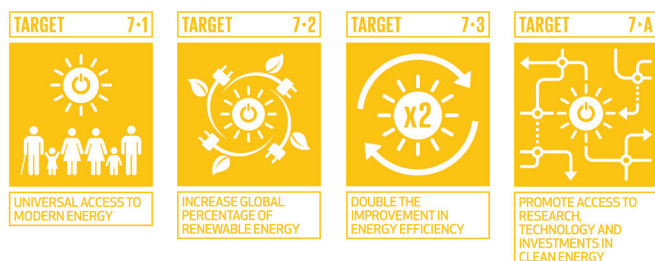
Progressos

A Maia investe em energias limpas e acessíveis através da eficiência energética dos edifícios e iluminação pública e da produção de energias renováveis e valorização energética. 98% da população tem acesso a eletricidade. Entre 2015-2025, o consumo de energia elétrica na iluminação pública diminuiu 44%.

Oportunidades de melhoria

A transição energética deverá ser catalisada para a comunidade, expandindo a participação em comunidades de energia renovável, e reforçando a eficiência energética das habitações, serviços, comércio e indústria. Os projetos de cidade inteligentes devem melhorar a capacidade de monitorização de consumos reforçando a eficiência energética.

Metas 2030



7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal a serviços de energia modernos, fiáveis e acessíveis.

7.2 Até 2030, aumentar a participação de energias renováveis na matriz energética.

7.3 Até 2030, duplicar a taxa global de eficiência energética.

7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso às tecnologias e investigação sobre energias limpas, incluindo renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas.



Estação de valorização energética da LIPOR

Indicadores	2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
7.1.1 População com eletricidade (%) ⁵³	91,7	98,4	100	100	↑	100
7.2.1 Consumo energia renovável (%) ⁵⁴	30,5	34,0	---	---	↗	---
Potência instalada de energias renováveis por área potencial (Mw/km ²) ⁵⁵	2,4	27,3	38,4	58,8	↑	34,7
7.3.1 Edifícios com certificação energética A-C (%) ⁵⁶	6,8	57	17	64	↓	38,9
Consumo energético iluminação pública (kWh/hab.) ⁵⁵	131,9	86,7	42,6	92,7	↑	86,9
Consumo energético edifícios públicos (kWh/hab.) ⁵⁵	81,9	69,3	41,8	67,8	↑	112,7
Consumo energético habitações (kWh/hab.) ⁵⁵	1322	1328	1316	942	→	1378
7.a.1 Ajuda pública ao desenvolvimento para energia (€) ⁵⁴	0	0	---	---	↗	---

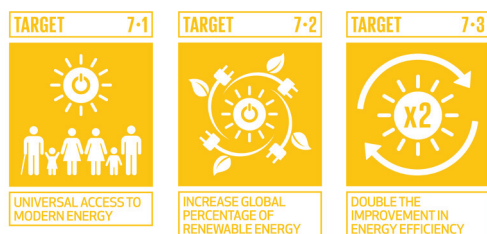
53 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2015 e 2022).

54 Fonte: Município da Maia.

55 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2023).

56 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2018).

19. MAIA POSITIVE CITY



O Município da Maia está a integrar boas práticas de conforto térmico, eficiência energética e neutralidade carbónica nas novas construções e remodelações de edifícios públicos, incluindo escolas, habitação social, unidades de saúde e outros equipamentos municipais. Destaque para o projeto Sobreiro 58, projeto-piloto de habitação social NZEB+20%, que produz a quase totalidade da energia consumida e é suscetível de replicação. A nova esquadra da Polícia Municipal da Maia está a ser construída seguindo o método de elevada eficiência energética «passive house» e almeja ser o primeiro edifício público português certificado.

Responsável: Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A., Município da Maia.

Recursos investidos: 11, 5 milhões de euros – parcialmente financiado pela União Europeia (PRR).

Impactos: Poupança energética próxima dos 75% e redução dos gases com efeito de estufa.
Indicadores ODS: 7.1.1, 7.2.1, 7.3.1.

20. ESTAÇÕES DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA



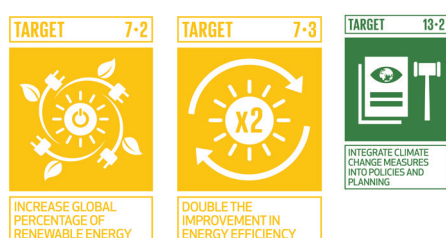
A Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Parada foi concebida na década de 1990 com princípios de economia circular, eficiência energética e sustentabilidade. Esta instalação, pioneira no setor, inclui a primeira estação de compostagem municipal implementada em Portugal, que transforma biossólidos das águas residuais no corretivo orgânico Naturanat e biogás, que confere à ETAR uma autonomia energética de 30-40%. Em paralelo, a Central de Valorização Energética da LIPOR assegura o tratamento da fração de resíduos que não pode ser reciclada ou compostada. A Central é responsável pelo tratamento de 380 mil toneladas de resíduos por ano, que produzem cerca de 170 mil MWh de eletricidade – energia limpa capaz de abastecer uma população de 150 mil habitantes.

Responsável: SMAS Maia e LIPOR.

Impactos: Valorização de 9,7 milhões de toneladas de resíduos, valorização de 100% dos biossólidos, produção de 4.673 GWh e redução de 1,68 milhões de toneladas de CO₂eq desde 2000.

Indicadores ODS: 7.2.1, 7.3.1, 12.5.1, 13.2.2.

21. ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA



A Maia está a acelerar a transição energética, priorizando a eficiência energética e produção de energia limpa. O concelho acolhe a sede da ENNO – Energias do Norte, a maior comunidade de energia renovável (CER) em Portugal, que sustenta um novo modelo intermunicipal de produção, partilha e consumo de energia limpa a partir da valorização de resíduos. O Município avançou com a instalação de unidades fotovoltaicas para autoconsumo e de sistemas solares térmicos para aquecimento de água em edifícios municipais, assegura a compra de energia elétrica verde para os edifícios municipais com maior consumo e já converteu metade da iluminação pública em luminárias LED. A Maia disponibiliza aos cidadãos o Maia Energy Hub e o Balcão de Habitação e Energia, criados em 2023 e 2024, pontos de informação e aconselhamento sobre produção descentralizada para autoconsumo e eficiência energética na habitação.

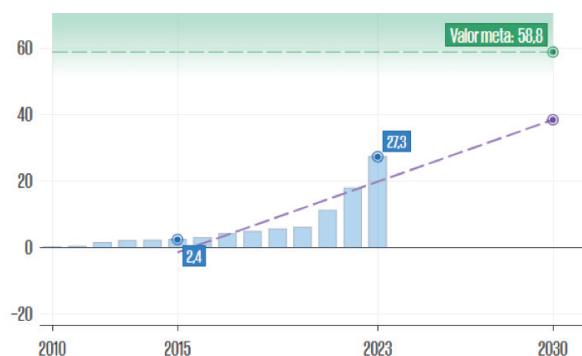
Responsável: Município da Maia.

Parceiros: Agência de Energia do Porto, DECO, ENNO, LIPOR.

Impactos: Produção de energia limpa para autoconsumo em 11 equipamentos municipais, abastecimento de 67 equipamentos com energia verde e redução de 40% nos custos da iluminação pública.

Indicadores ODS: 7.2.1, 7.3.1, 13.2.2.

POTÊNCIA INSTALADA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS POR ÁREA POTENCIAL (MW/KM2)



Fonte: ODSlocal

ODS 8

TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Atrair investimento gerador de riqueza e de oportunidades de trabalho.

«Na última década, o progresso em direção ao Objetivo 8 foi misto. Embora tenha havido ganhos importantes, em particular na redução do desemprego e expansão do acesso a financiamento, os reveses da pandemia por COVID-19 e os desafios estruturais em curso desaceleraram ou reverteram os ganhos em produtividade, emprego e proteção dos trabalhadores – em particular para grupos vulneráveis e nos países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Transições justas para o setor formal – especialmente para mulheres e jovens – apoiadas por vínculos mais fortes com os sistemas de proteção social, são essenciais para garantir meios de subsistência sustentáveis e reduzir as desigualdades. É necessário acelerar a ação para construir mercados de trabalho mais inclusivos, produtivos e resilientes, fortalecer a proteção dos trabalhadores informais e migrantes e promover iniciativas de economia verde e digital que promovam o trabalho digno».⁵⁷

⁵⁷ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

Progressos

A Maia apresenta uma relevante dinâmica empresarial. O ecossistema empresarial, proximidade a instituições académicas, e conectividade territorial fomentam uma cadeia de valor que potencia a competitividade económica e emprego digno. Entre 2015-2021, o número de trabalhadores aumentou, o ganho médio mensal está acima da média nacional e o desemprego jovem diminuiu 14%.

Oportunidades de melhoria

O trabalho em rede entre a autarquia, instituições de ensino médio e superior, empresas, Centro de Emprego da Maia e ANJE pode reforçar ainda mais a qualificação da população com vista ao trabalho do futuro, o empreendedorismo e a atração e fixação de talento.

MENTO ECONÓMICO

Metas 2030

TARGET 8-1	TARGET 8-2	TARGET 8-3	TARGET 8-5	TARGET 8-6	TARGET 8-8	TARGET 8-10	TARGET 8-B
							
SUSTAINABLE ECONOMIC GROWTH	DIVERSIFY, INNOVATE AND UPGRADE FOR ECONOMIC PRODUCTIVITY	PROMOTE POLICIES TO SUPPORT JOB CREATION AND GROWING ENTERPRISES	FULL EMPLOYMENT AND DECENT WORK WITH EQUAL PAY	PROMOTE YOUTH EMPLOYMENT, EDUCATION AND TRAINING	PROTECT LABOUR RIGHTS AND PROMOTE SAFE WORKING ENVIRONMENTS	UNIVERSAL ACCESS TO BANKING, INSURANCE AND FINANCIAL SERVICES	DEVELOP A GLOBAL YOUTH EMPLOYMENT STRATEGY

8.1 Sustentar o crescimento económico per capita de acordo com contexto nacional.

8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, setores de alto valor acrescentado e mão-de-obra intensiva.

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem atividades produtivas, criação de emprego digno, empreendedorismo, criatividade e inovação, e a criação e crescimento de micro, pequenas e médias empresas.

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, o trabalho digno para mulheres e homens, jovens e pessoas com deficiência, e a remuneração igual para trabalho igual.

8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens não empregados, que não estão em educação ou formação.

8.8 Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos, incluindo trabalhadores migrantes e precários.

8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso a serviços bancários, seguros e financeiros para todos.

8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego jovem e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Indicadores	2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
8.1.1 PIB per capita (mil €) ⁵⁸	18,11	23,71	---	---	↑	---
Poder de compra per capita ⁵⁹	113,2	105,7	---	---	↓	100
8.2.1 Taxa de sobrevivência das empresas após 2 anos (%) ⁶⁰	58,27	58,21	---	---	↔	58,95
8.3.1 Taxa de atração líquida de população empregada (%) ⁶¹	0,3	-0,6	-4,7	3,4	↓	0,05
Salário / média nacional (%) ⁶¹	107,8	105	104,4	100	↓	100
8.5.1 Ganho médio mensal homens ⁶²	1476	1644	---	---	↑	1570
Ganho médio mensal mulheres ⁶²	1201	1356	---	---	↑	1327
Ganho médio mensal representantes poder legislativo e órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos ⁶²	3469	3 698	---	---	↑	3057
Ganho médio mensal especialistas das atividades intelectuais e científicas ⁶²	2040	2175	---	---	↑	2219
Ganho médio mensal técnicos e profissões de nível intermédio ⁶²	1620	1844	---	---	↑	1837
Ganho médio mensal pessoal administrativo ⁶²	1234	1342	---	---	↑	1301
Ganho médio mensal trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores ⁶²	932	1076	---	---	↑	1077
Ganho médio mensal agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta ⁶²	947	1110	---	---	↑	1060
Ganho médio mensal trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices ⁶²	1081	1246	---	---	↑	1154
Ganho médio mensal operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem ⁶²	1043	1193	---	---	↑	1234
Ganho médio mensal trabalhadores não qualificados ⁶²	956	1046	---	---	↑	1008
8.5.2 Desemprego homens (%) ⁶³	12,80	7,67	---	---	↑	7,35
Desemprego mulheres (%) ⁶³	15,38	9,73	---	---	↑	8,92
Desemprego jovens (15-24) (%) ⁶⁴	33,26	20,89	---	---	↑	18,68
8.6.1 Jovens (15-24 anos) inscritos no Centro de Emprego (%) ⁶⁵	0,28	13	---	---	↓	3,8
8.8.1 Trabalhadores com contrato de trabalho sem termo (%) ⁶⁶	65,4	70,3	74,8	79,6	↑	68
8.10.1 Bancos (N/10 mil habitantes) ⁶⁷	4,3	2,1	-0,36	11,6	↓	3,4
Multibancos (N/10 mil habitantes) ⁶⁸	11,1	8,4	6,1	19,3	↓	11,7
8.b.1 Estratégias locais de emprego jovem (N) ⁶⁹	1	1	---	---	↔	---

58 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2015 e 2022).

59 Fonte: [INE](#) (dados 2015 e 2021).

60 Fonte: [INE](#) (dados 2015 e 2022).

61 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2018 e 2022).

62 Fonte: [INE](#) (dados 2021 e 2023).

63 Fonte: [INE](#) (dados 2011 e 2021).

64 Fonte: INE (dados [2011](#) e [2021](#)).

65 Fonte: [IEFP](#) e INE (dados 2015 e 2024).

66 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2021).

67 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2022).

68 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2023).

69 Fonte: Município da Maia.

22. DINAMISMO EMPRESARIAL DA MAIA



A Maia integra 14 áreas de acolhimento empresarial, incluindo a maior zona industrial do país. As 18.452 empresas empregam mais de 90 mil pessoas e geram um volume de negócios de 11,2 mil milhões de euros e um valor acrescentado bruto de 2,5 mil milhões de euros. O Município representa o 7.º maior exportador nacional, com 1,9 mil milhões de euros em vendas ao exterior e acolhe 35 das 1550 grandes empresas do país (7.ª posição nacional). O ecossistema de inovação inclui 40 startups, o Parque de Ciência e Tecnologia – TECMAIA e o Centro de Incubação e Aceleração da Maia. A Maia foi considerada o segundo melhor município para viver em termos de economia e emprego, em 2022⁷⁰, e recebeu o Prémio Expresso Economia CGD 2019 para município que mais contribuiu de forma sustentada para o crescimento da economia portuguesa através das suas empresas.

Responsável: 18.452 empresas localizadas na Maia.

Parceiros: Município da Maia, Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A., Associação Empresarial da Maia, Centro de Emprego da Maia, ANJE.

Impactos: 92% de taxa de emprego e poder de compra de 1.367 euros estão acima das médias nacionais e da Área Metropolitana do Porto.

Indicadores ODS: 8.1.1, 8.2.1, 8.3.1, 8.5.1, 8.5.2, 9.2.1, 9.2.2.

⁷⁰ Estudo “A Qualidade de Vida nos Melhores Municípios para Viver”, desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia Comportamental.

23. PROGRAMAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL



A Maia tem diversos programas dedicados à empregabilidade de jovens, pessoas com deficiência ou em risco de exclusão. O Centro de Emprego da Maia implementa o programa Garantia Jovem, que assegura que os jovens (<30 anos) desempregados ou inativos recebam uma oferta de emprego, estágio, formação ou educação no prazo máximo de quatro meses, promovendo a sua qualificação e inserção no mercado de trabalho. A Santa Casa da Misericórdia da Maia está a desenvolver o programa Incorpora (Fundação “La Caixa”) em rede com 52 entidades locais para apoiar a integração profissional de pessoas em risco de exclusão social. A política de recursos humanos do Município da Maia inclui medidas específicas para integrar jovens, pessoas desempregadas e com incapacidade, através de estágios curriculares, contratos emprego-inserção e emprego apoiado em mercado aberto.

Responsável: Centro de Emprego da Maia, Santa Casa da Misericórdia da Maia, Município da Maia.

Parceiros: BPI, empresas, instituições de ensino.

Impactos: 13.400 jovens sinalizados pelo Garantia Jovem, desde 2015. 93 pessoas integradas no mercado de trabalho e 264 pessoas acompanhadas no programa Incorpora, desde 2020. 1.322 estágios curriculares no Município, desde 2015.

Indicadores ODS: 8.5.2, 8.6.1, 8.b.1.

24. CENTRO DE INCUBAÇÃO E ACELERAÇÃO DA MAIA



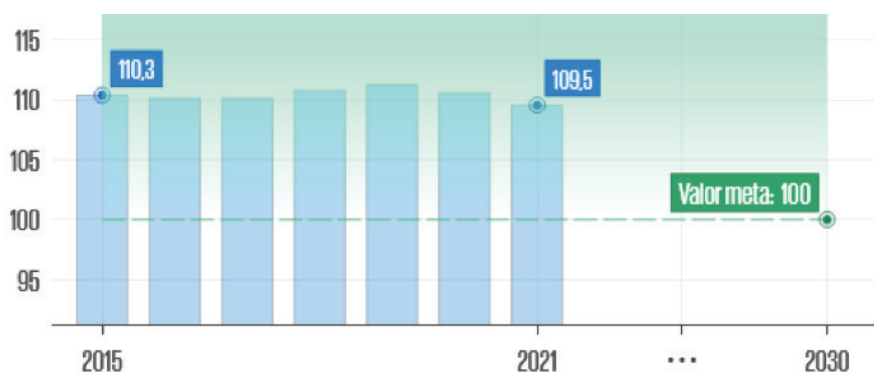
O Centro de Incubação e Aceleração da Maia é uma infraestrutura gerida pela ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários, que promove criação de novos negócios, com especial atenção ao empreendedorismo de base tecnológica. O Centro disponibiliza apoio 360°, incluindo serviços de incubação física e virtual, consultoria especializada, apoio administrativo e networking. Complementarmente, dinamiza um programa de formação, conferências e eventos empresariais que reforçam a integração no ecossistema económico local. Atualmente, o Centro acolhe 23 empresas em incubação.

Responsável: Município da Maia e ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários.

Impactos: 198 novas empresas e 300 postos de trabalho entre 2015-2025.

Indicadores ODS: 8.1.1, 8.2.1, 8.3.1, 8.6.1, 8b.1.

RENDIMENTO BRUTO DECLARADO DEDUZIDO DO IRS LIQUIDADO POR HABITANTE EM RELAÇÃO AO VALOR NACIONAL (%)



Fonte: ODSlocal

ODS 9

INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Promover a conectividade e o desenvolvimento tecnológico.

«Desde 2015, houve progressos notáveis na expansão de infraestruturas, fomentando o crescimento industrial e impulsionando a inovação. No entanto, persistem acentuadas disparidades regionais, e muitos países em desenvolvimento continuam a enfrentar barreiras sistémicas à industrialização inclusiva e sustentável. Para avançar no Objetivo 9, os países devem aumentar o investimento em infraestruturas resilientes e investigação e desenvolvimento, expandir o acesso a financiamento para pequenas empresas e reduzir a exclusão digital, priorizando sistemas de banda larga e inovação nas regiões mais pobres».⁷¹

⁷¹ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

Progressos

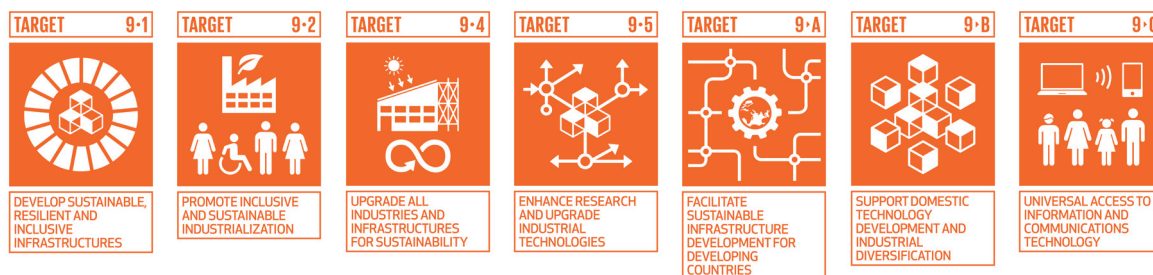
O Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, Aeródromo Municipal de Vilar de Luz e Parque de Ciência e Tecnologia TECMAIA são infraestruturas críticas para a conectividade territorial, competitividade económica e inovação. Entre 2015-2025, o valor acrescentado bruto da indústria transformadora per capita aumentou 1.766 euros e o investimento das empresas em investigação e desenvolvimento aumentou 4,1 mil euros/habitante.

Oportunidades de melhoria

A inovação continua a ser uma área estratégica com potencial de crescimento. O Município pode reforçar a articulação de estratégias de cidades inteligentes, inovação e investimento público em infraestruturas; e a mobilização do setor empresarial para a Agenda 2030.

RAESTRUTURAS

Metas 2030



9.1 Desenvolver infraestruturas de qualidade, fiáveis, sustentáveis e resilientes para o desenvolvimento económico e bem-estar humano.

9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável, até 2030, aumentando significativamente a parcela da indústria no emprego e no PIB.

9.4 Modernizar infraestruturas industriais para as tornar sustentáveis, eficientes e limpas até 2030.

9.5 Fortalecer a investigação científica e a capacidade tecnológica industrial até 2030.

9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes nos países em desenvolvimento, através de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico.

9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a investigação e a inovação.

9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e os esforços para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, até 2030.

Indicadores		2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
9.1.1	População rural que vive num raio de 2 km de acesso a estradas ⁷²	0	0	---	---	⇒	---
9.1.2	Viagens em transportes públicos per capita ⁷³	---	137,7	---	---	---	---
9.2.1	Valor acrescentado da indústria transformadora (%) ⁷⁴	31	28,6	---	---	⇩	21,2
9.2.2	Empregabilidade da indústria transformadora (%) ⁷⁴	21,7	20,7	---	---	⇩	16,5
9.5.1	Despesa I&D (mil €/hab.) ⁷⁵	2,9	7	10,7	5,2	↑	5,9
9.5.2	Investigadores (N/1000 hab.) ⁷⁵	0,19	0,82	1,3	0,37	↑	0,42
9.a.1	Ajuda pública desenvolvimento para infraestruturas (€) ⁷²	0	0	---	---	⇒	---
9.b.1	Valor acrescentado da indústria de média e alta tecnologia (%) ⁷⁴	9,6	10,2	---	---	↑	3,8
9.c.1	Acessos à Internet de banda larga em local fixo (%) ⁷⁶	32,3	41,6	52	37,4	↑	43,5

72 Fonte: Município da Maia.

73 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2019).

74 Fonte: [INE](#) (dados 2015 e 2022).

75 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2023).

76 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2023).



Parque de Ciência e Tecnologia da Maia - TECMAIA

25. PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA – TECMAIA



O TECMAIA foi criado em 1999 com o objetivo de criar uma nova centralidade dedicada à ciência e tecnologia na Área Metropolitana do Porto. Desde então, reforçou a competitividade da região, promovendo uma cultura de inovação e a ligação entre empresas e academia, acelerando a transferência de conhecimento e inovação tecnológica. O TECMAIA assumiu destaque na atração de capital humano e investimento estrangeiro. Destaque para a Academia TECMAIA, que dinamiza um programa de formação nas áreas do empreendedorismo, gestão e negociação, e o podcast “Capaz”, dedicado à inovação.

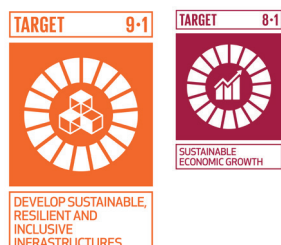
Responsável: Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A..

Recursos investidos: 3 milhões de euros (orçamento 2025).

Impactos: Instalação de 36 empresas, responsáveis por 3.500 empregos diretos.

Indicadores ODS: 9.2.2, 9.5.1, 9.5.2, 8.1.1, 8.2.1.

26. AEROPORTO INTERNACIONAL E AERÓDROMO MUNICIPAL DE VILAR DE LUZ



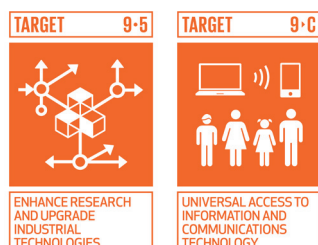
A Maia é o principal eixo de conectividade aérea do Norte de Portugal, acolhendo o Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro (ligação a 130 destinos globais e 15 milhões de passageiros anuais) e o Aeródromo Municipal de Vilar de Luz (19.497 movimentos em 2024). Esta dupla infraestrutura promove o desenvolvimento económico regional. O Aeroporto Internacional do Porto tem acumulado distinções como melhor aeroporto europeu de pequena dimensão. O Aeródromo Municipal apresentou em 2025 um programa estratégico que potencia o papel como um futuro «hub» logístico de apoio às grandes empresas da região, e centro de formação e manutenção aeronáutica. O desenvolvimento desta infraestrutura está alinhado com o Plano de Ação Energia Sustentável Maia 2030, na perspetiva de fomentar o uso de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF).

Responsável: Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro e Município da Maia.

Impactos: Mais de 15 milhões de passageiros/ano. O aeródromo é responsável pela formação de 370 pilotos e cerca de 20 mil movimentos anuais.

Indicadores ODS: 9.1.2, 8.1.1.

27. MAIA CIDADE INTELIGENTE

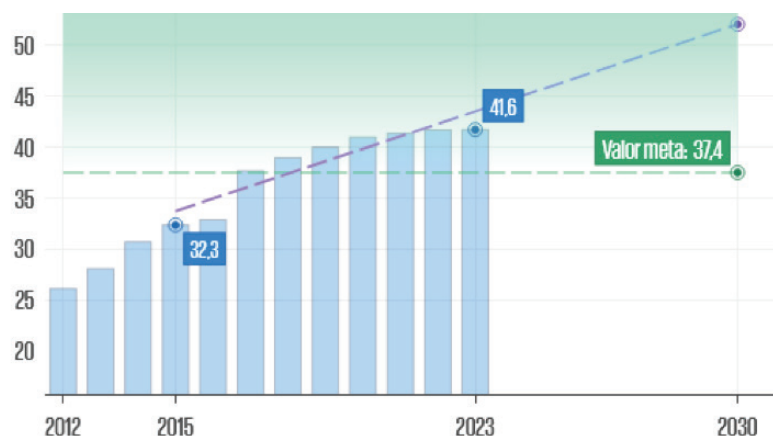


A Maia está a implementar uma estratégia de cidade inteligente, focada na transformação digital. O Município disponibiliza mais de 100 serviços municipais online (e-Gov) através de uma plataforma integrada. A acessibilidade é reforçada por soluções de inteligência artificial, como uma assistente virtual que oferece apoio contínuo e personalizado na navegação digital. Em termos de gestão urbana inteligente, a Maia desenvolveu uma plataforma interativa piloto, que disponibiliza dados do território integrados e em tempo real, incluindo ao nível da água, energia, mobilidade, qualidade do ar e resíduos. A política de governo aberto assenta na disponibilização e valorização de dados públicos, aumentando a transparência e potenciando o desenvolvimento de soluções inovadoras pela academia, empresas e sociedade civil. O Município também disponibiliza pontos de acesso à internet Wi-Fi gratuitos nos equipamentos municipais.

Responsável: Município da Maia.

Indicadores ODS: 9.5.1, 9.c.1.

ACESSOS À INTERNET DE BANDA LARGA EM LOCAL FIXO POR 100 HABITANTES (N.º)



Fonte: ODSlocal

ODS 10

REDUZIR AS DESIGUALDADES



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Promover a plena integração social dos indivíduos mais vulneráveis, combatendo a discriminação e reforçando a igualdade de oportunidades.

«A economia global apresenta dinâmicas contrastantes, com um setor bancário resiliente e a queda do rendimento do trabalho, que agravam a desigualdade. Embora a maioria dos países tenha registado crescimento favorável aos pobres, 12% ainda vivem abaixo de 50% do rendimento médio, sendo a América Latina e as Caraíbas os mais afetados. Enquanto isso, a população de refugiados aumentou para 37,8 milhões, principalmente do Afeganistão, Síria, Ucrânia e Venezuela, agravando a crise humanitária. O aumento dos custos das remessas pressiona ainda mais os trabalhadores migrantes, destacando a necessidade de políticas que aumentem o rendimento do trabalho, apoiem os refugiados e fortaleçam a resiliência financeira para um crescimento inclusivo».⁷¹

⁷¹ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

Progressos

A Maia implementa uma intervenção integrada de igualdade de oportunidades e combate à exclusão de grupos vulneráveis, que abrange ações de promoção do sucesso escolar, formação profissional, apoio a cidadãos com deficiência e promoção da coesão territorial. O ganho médio mensal está acima do valor nacional e a taxa de crescimento migratório aumentou quase 2% entre 2015-2025.

Oportunidades de melhoria

O Município está a desenvolver uma plataforma informática de acesso comum à rede social que permite partilhar o acesso a instrumentos de planeamento estratégico, designadamente o Diagnóstico Social e a Carta Social Municipal e recolher dados estatísticos relevantes em tempo real, para realocar recursos de forma mais eficiente e garantir que ninguém fica para trás.

Metas 2030



10.1 Até 2030, aumentar o ritmo de crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre face à média nacional.

10.2 Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos.

10.4 Adotar políticas fiscais, salariais e de proteção social promotoras de maior igualdade.

10.7 Facilitar a migração e mobilidade de pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável.

10.b Incentivar a ajuda pública ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior.

Indicadores		2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
10.1.1	Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado (N) ⁷⁸	3,6	3,6	2,7	2,5	↑	3,1
	Coeficiente Gini rendimento bruto por agregado (%) ⁷⁸	47,4	45,6	42,1	38,9	↑	45,7
10.2.1	Salário / média nacional (%) ⁷⁸	107,8	105	104,4	100	↓	100
10.4.2	Impacto redistributivo da política fiscal de rendimentos ⁷⁸	4,2	4,5	4,9	4,2	↑	4,6
	Coeficiente Gini rendimento bruto após impostos por sujeito (%) ⁷⁹	35,9	34,6	32,3	30,3	↑	35,7
10.5.1	Indicadores de solidez financeira: despesa (%) ⁸⁰	7,98	1,26	---	---	↑	---
	Indicadores de solidez financeira: receita (%) ⁸⁰	8,12	1,00	---	---	↓	---
	Indicadores de solidez financeira: liquidez geral (%) ⁸⁰	134,69	344,9	---	---	↑	---
	Indicadores de solidez financeira: autonomia financeira (%) ⁸⁰	71,05	90,12	---	---	↑	---
	Indicadores de solidez financeira: solvabilidade (%) ⁸⁰	245,5	912,18	---	---	↑	---
	Indicadores de solidez financeira: endividamento (%) ⁸⁰	74,25	9,88	---	---	↑	---
10.7.2	Crescimento migratório (%) ⁸¹	-0,22	1,74	3,5	---	↑	1,47
	População estrangeira que solicitou estatuto residente (%) ⁸¹	0,08	1,52	2,78	---	↑	3,11
10.b.1	Ajuda Pública ao Desenvolvimento (% RNB) ⁸⁰	0	0	0	0,7	→	0,24 ⁸²

78 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2021).

79 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2022).

80 Fonte: Município da Maia (dados 2015 e 2024).

81 Fonte: [INE](#) (dados 2015 e 2023).

82 Fonte: [OCDE](#) (dados 2024).

28. BALCÃO DA INCLUSÃO



O Balcão da Inclusão da Maia é um serviço de atendimento especializado que visa reduzir as desigualdades de acesso à informação e a serviços para cidadãos com deficiência ou incapacidade, familiares e público em geral. O serviço assegura o encaminhamento dos cidadãos, prestando apoio para o estabelecimento de contactos com organismos competentes da Administração Pública e promovendo ativamente a inclusão na sociedade de informação. As áreas de apoio incluem respostas sociais, emprego, proteção social, produtos de apoio, centros de recursos para a inclusão e formação profissional. Atua como um facilitador para a plena participação e exercício de cidadania, potenciando a autonomia, inclusão social e qualidade de vida.

Responsável: Município da Maia.

Parceiros: Instituto Nacional para a Reabilitação.

Impactos: Acompanhamento de 31 cidadãos em situação de vulnerabilidade em 2024.

Indicadores ODS: 10.1.1, 10.2.1.



Bué de Escolhas E9G

29. CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES



O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) disponibiliza atendimento personalizado para reforçar a integração na comunidade, assegurar o acesso a direitos e reduzir a vulnerabilidade de pessoas imigrantes. Os serviços incluem a regularização através de protocolo com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), educação, emprego, habitação, saúde e segurança alimentar. O Centro disponibiliza aulas de Língua Portuguesa e aborda questões de cidadania, igualdade de género e combate à violência, discursos de ódio e discriminação. O CLAIM promove o diálogo intercultural e a articulação com agentes educativos e locais.

Responsável: Socialis – IPSS.

Parceiros: AIMA, SEIVA – Associação ao Serviço da Vida, ASI: Associação de Solidariedade Internacional, Banco Alimentar Contra a Fome, ALDI, Auchan, entre outros.

Recursos: 627,7 mil euros – financiado a 75% pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração e 25% pelo Ministério da Administração Interna.

Impactos: Mais de 4.500 imigrantes acompanhados desde 2019. 39 famílias (122 pessoas) apoiadas em termos de segurança alimentar.

Indicadores ODS: 10.1.1, 10.2.1, 10.7.2, 5.2.1, 5.2.2, 16.10.1.

30. PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIOTERRITORIAL



O Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro da Santa Casa da Misericórdia desenvolve uma intervenção integrada para reduzir desigualdades económicas e sociais da população mais vulnerável. A ação assenta na capacitação social, consolidação da cidadania, formação, requalificação profissional e integração no mercado de trabalho, para reduzir a taxa próxima dos 30% de desemprego na comunidade. Em simultâneo, o Centro promove competências pessoais, sociais e de cidadania com crianças e jovens, através de atividades artísticas, culturais e desportivas, para promover a integração, sucesso escolar e igualdade de oportunidades. Presta ainda apoio a 297 idosos que vivem isolados. O projeto Bué d'Escolhas – E9G assegura uma resposta de inclusão de crianças e jovens em risco de exclusão nas freguesias de Águas Santas e Pedrouços. Criada em 2013, esta intervenção comunitária reforça competências pessoais e sociais, de cidadania e digitais, em parceria com as famílias e escolas.

Responsável: Município da Maia e Santa Casa da Misericórdia da Maia.

Parceiros: 19 entidades de diversos setores.

Impactos: Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro: acompanhamento de 1.164 pessoas em vulnerabilidade socioeconómica. Projeto Bué d'Escolhas – E9G: desenvolvimento socioemocional de 23 crianças em situação vulnerável, reforço da estabilidade familiar de 38 famílias, e melhoria do sucesso escolar. Reforço do capital social no território.

Indicadores ODS: 10.1.1, 10.2.1.

ODS 11

CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Ser um território coeso que promove a qualidade de vida dos cidadãos.

«A urbanização continua a acelerar, com mais da metade da população mundial a viver em cidades, com projeção de que esse número chegue a quase 70% até 2050. No entanto, as cidades enfrentam desafios crescentes, incluindo o aumento da pobreza urbana, o crescimento da população de bairros de lata, o transporte público inadequado e ameaças às infraestruturas causadas por desastres. Para promover o Objetivo 11, as cidades precisam de estratégias integradas de habitação acessível e inclusiva, planeamento urbano participativo, preservação do património e governação local mais forte, apoiados por evidências robustas».⁸³

⁸³ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

Progressos

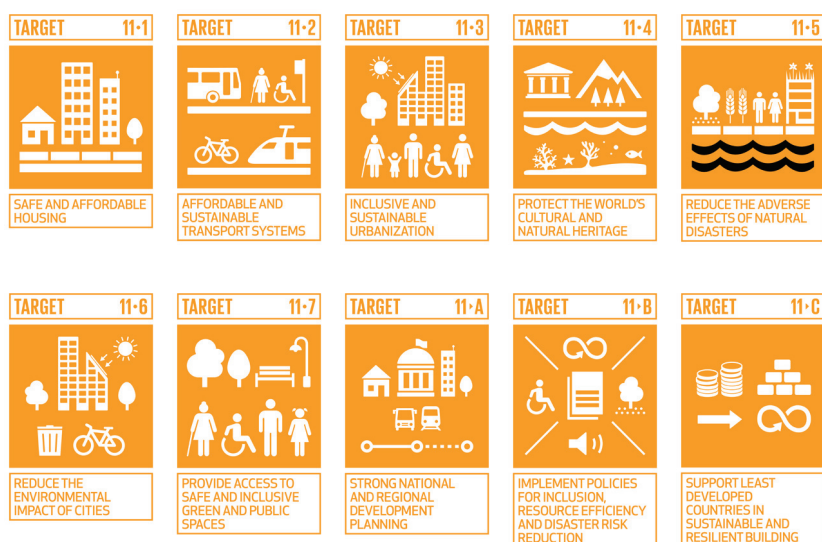
A Maia promove o planeamento urbano inclusivo e sustentado, reconhecendo a importância da regeneração urbana, acesso ao espaço público, e mobilidade sustentável. O Município integra princípios de desenvolvimento urbano sustentável nos instrumentos de planeamento territorial, com especial atenção à dimensão da participação pública, como, por exemplo, se verificou em sede do processo participativo que ocorreu durante a segunda revisão do PDM. A política cultural equilibra a preservação do património com a abertura de horizontes. A Maia é um bom exemplo de gestão de resíduos urbanos.

Oportunidades de melhoria

Existe espaço para continuar a valorizar os espaços públicos e os espaços verdes, assegurando um desenvolvimento urbano equilibrado e promotor da qualidade de vida. As políticas locais devem continuar a reforçar as medidas de adaptação e mitigação das alterações climáticas.

JUSTENTÁVEIS

Metas 2030



11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e acessível.

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis, melhorando a segurança rodoviária e a expansão dos transportes públicos.

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e o ordenamento do território participativo, integrado e sustentável.

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural.

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e pessoas afetadas por catástrofes e as perdas económicas diretas causadas por essa via.

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, incluindo a especial atenção à qualidade do ar e gestão de resíduos.

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres, crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

11.a Apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional de desenvolvimento.

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e povoaamentos humanos que adotaram e implementaram políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres, a todos os níveis.

11.c1 Proporção de apoio financeiro aos países menos desenvolvidos que é alocado para a construção e modernização de edifícios sustentáveis, resilientes e eficientes em termos de recursos, utilizando materiais locais.



Maia Symphonic

Indicadores		2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
11.1.1	População que habita em alojamentos inadequados (%) ⁸⁴	1,47	---	---	---	---	---
	População a viver em habitações acessíveis (%) ⁸⁵	94,7	95,3	---	---	⬆	---
	Pessoas sem abrigo (N/100 mil hab.) ⁸⁶	33	51	---	---	⬇	---
	Taxa de esforço habitação (%) ⁸⁷	36,9	43,4	59,6	22,3	⬇	47,1
11.2.1	Habitantes servidos por transportes públicos <500 m e <20' em alturas de pico (%) ⁸⁸	---	77,3	---	---	---	---
	Rede transportes públicos (km) ⁸⁹	346	320	---	---	⬇	---

11.3.1	Solo urbano artificializado (%) ⁹⁰	61,8	62,3	63,6	34	↓	49,4
	Solo rústico edificado (%) ⁹¹	5,8	5,9	6,2	0,05	↓	1,1
	Reconstruções concluídas por 100 construções novas (N) ⁹²	2,6	0	-,028	50	↓	2,3
	Solo rústico (ha) ⁹³	2951,5	3710	---	---	↑	---
11.3.2	Participação pública planeamento e gestão urbana (N) ⁹³	1	11	---	---	↑	---
11.4.1	Despesa instalações culturais e desportivas (% orçamento) ⁹³	---	6,68	---	---	---	---
	Despesa património cultural (€/hab.) ⁹²	1,4	0,98	0,81	13,8	↓	14,5
	Despesa proteção biodiversidade e paisagem (€/hab.) ⁸⁷	3	9	12,7	23,5	↑	16
11.5.1	Mortes desastres naturais (N/100 mil hab.) ⁹⁴	0	0	0	---	↔	---
	Mortes incêndio (N/100 mil hab.) ⁹⁴	0	0	0	---	↔	---
	Superfície ardida (%) ⁹²	1	0,12	-0,42	0,7	↑	0,49
11.5.2	Perdas económicas diretas atribuídas a desastres/PIB ⁹³	0	0	---	---	↔	---
11.5.3.	Danos em infraestruturas críticas atribuídos a desastres (N) ⁹³	0	0	---	---	↔	---
	Interrupções de serviços básicos atribuídos a desastres (N) ⁹³	0	0	---	---	↔	---
11.6.1	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%) ⁹²	31	38	40,8	25	↑	24
11.6.2	Concentração partículas suspensão (PM 2.5) ⁹²	12,2	11,2	10,5	5	↑	8,6
	Concentração partículas suspensão (PM 10) ⁹³	31,57	13,87	---	---	↑	---
11.7.1	Área verde em solo urbano (%) ⁹⁵	13,5	13,5	13,5	12,5	→	4,7
	Área verde (m²/100 mil hab.) ⁹⁶	1182	1885,9	---	---	↑	---
	Espaço público lazer (interior) (m²/per capita) ⁹⁶	0,48	0,47	---	---	↓	---
	Espaço público lazer (exterior) (m²/per capita) ⁹⁶	11,82	15,11	---	---	↑	---
11.a.1	Planos desenvolvimento urbano (N) ⁹³	5	10	---	---	↑	---
11.b.1	Estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com Quadro de Sendai (N) ⁹³	1	1	---	---	↔	---
11.b.2	Estratégias locais redução risco desastres (N) ⁹³	1	2	---	---	↑	---
11c.1	Apoio a países menos desenvolvidos para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais ⁹³	0	0	---	---	↔	---

84 Fonte: Portal da Habitação/INE (ISO 37120) (dados 2018).

85 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2018 e 2023).

86 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2018 e 2022).

87 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2021).

88 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2021).

89 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2022 e 2024).

90 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2018).

91 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2022).

92 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2023).

93 Fonte: Município da Maia.

94 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2018 e 2022).

95 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2021).

96 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2015 e 2023).

31. REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DO SOBREIRO



O Bairro do Sobreiro é um exemplo de reabilitação urbana sustentável, em linha com a Nova Bauhaus Europeia. Este complexo de habitação pública tem beneficiado de várias fases de intervenção para melhorar as condições de inclusão, resiliência e sustentabilidade. Destaque para a melhoria da eficiência energética de 11 blocos de habitação, que recebeu a menção honrosa do Prémio Nuno Teotónio Pereira 2023, a construção do edifício “Sobreiro 58” de acordo com o padrão de neutralidade carbónica NZEB+20%, a requalificação do espaço público, incluindo acessibilidades mais inclusivas e seguras e a criação de zonas verdes, espaços de vivência e hortas comunitárias. O Sobreiro é reconhecido como bairro de energia positiva e envolve os moradores, a AdEPorto e a LIPOR na construção de soluções de eficiência energética, tendo recebido o Prémio Portugal Smart Cities 2024, na categoria de reabilitação urbana sustentável e inteligente. Em simultâneo, serve de laboratório vivo de inovação social ao abrigo da participação da Maia em projetos Horizonte Europa. Releva-se a futura construção do centro comunitário de nova geração CiviBox.

Responsável: Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A..

Parceiros: AdEPorto, EDP NEW, LIPOR, Sociedade Portuguesa de Inovação.

Recursos investidos: 31 milhões de euros – financiado pela União Europeia (ON2, NORTE 2020, PRR, NORTE2030, Horizonte Europa).

Impactos: Melhoria de 2 classes energéticas em 500 fogos de habitação, aumentando o conforto térmico e reduzindo custos energéticos e a pegada de carbono.

Indicadores ODS: 11.1.1, 11.3.1, 11.7.1, 7.2.1, 7.3.1, 16.1.1, 16.1.3.

32. ZONAS VERDES, PARQUES E JARDINS



A Maia é o segundo município na Área Metropolitana do Porto com maior área verde por habitante, refletindo o compromisso com a qualidade de vida. A política de espaços verdes visa alargar, preservar e melhorar este elemento essencial da paisagem urbana. Os parques e jardins municipais estão distribuídos de forma equilibrada pelo território para garantir o acesso a ecossistemas e proteger a biodiversidade. Estes espaços cumprem também uma importante função social para prática desportiva e lazer. Destaque para o Parque de Avioso – S. Pedro, com cerca de 30 hectares, que inclui 4,5 km de percursos pedestres, e representa um dos corredores estratégicos da estrutura ecológica municipal.

Responsável: Município da Maia.

Indicadores ODS: 11.3.1, 11.4.1, 11.6.2, 11.7.1.



Jardins do Sobreiro

33. REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS E MODOS SUAVES



A Maia assegura a conectividade e resiliência da infraestrutura de transportes, através da aposta na intermodalidade. A rede é servida por três linhas do Metro do Porto, autocarros da STCP e UNIR e três linhas ferroviárias para transporte de passageiros e mercadorias, que serão reforçadas com a futura expansão de duas novas linhas de Metro e uma estação de comboio de alta velocidade no Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro. A Maia está também a investir na mobilidade suave, com a construção de 203 km de percursos pedonais e cicláveis. A Maia está a atualizar o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável.

Responsável: Município da Maia, Comboios de Portugal, Metro do Porto, STCP, UNIR.

Recursos investidos: 7,7 milhões de euros investidos nas ciclovias – parcialmente financiadas pela União Europeia (NORTE 2020, PRR, NORTE 2030) – e 133 mil euros investidos nas Pequenas Rotas já implementadas – financiadas a 42,5% pela União Europeia (FEDER).

Impactos: Posicionamento como polo económico e logístico, melhoria do ambiente urbano e promoção de estilos de vida mais saudáveis.

Indicadores ODS: 11.2.1, 11.3.1, 11.6.2, 11.a.1, 9.1.1.

34. DIFUSÃO CULTURAL



A Maia promove o acesso à cultura como instrumento de inclusão, assente numa estratégia de descentralização, diversificação da oferta e participação comunitária. A programação cultural inclui grandes eventos como o festival de verão Solstício, Maia Symphonic e Festival Internacional de Teatro Cómico e leva a arte a todas as freguesias, através de iniciativas como Música pelo Concelho e Cinema na Relva. O Fórum da Maia destaca-se como equipamento central, acolhendo eventos como as Bienais de Arte Contemporânea e a World Press Photo. A Biblioteca Municipal Doutor José Vieira de Carvalho fomenta o livro e a leitura para todos os públicos, com iniciativas abrangentes como o Festival de Leitura, o projeto comunitário Mantas dos Afetos, o apoio às bibliotecas escolares e atividades de extensão. O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia assegura a preservação e divulgação do património, incluindo as exposições permanentes “Arqueologia na Maia” e “Identidade e Território”, além de exposições temporárias. Acrescem inúmeras instituições e ações de carácter pedagógico-formativo, como o Conservatório de Música da Maia e as Oficinas de Teatro da Maia. A política cultural da Maia recebeu seis prémios de Excelência Autárquica em 2025.

Responsável: Município da Maia.

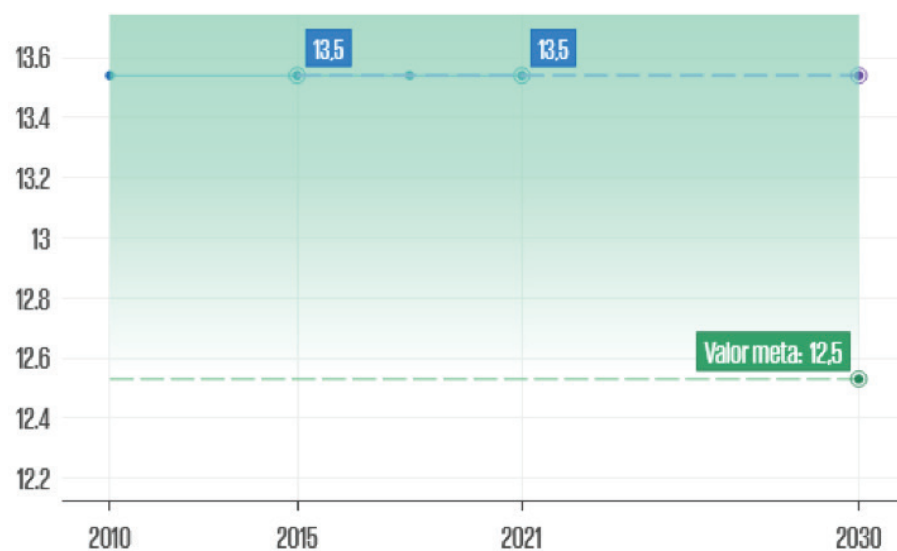
Parceiros: Casa de Arquitetura e coletividades culturais.

Recursos investidos: 19 milhões de euros (2015-2025).

Impactos: Acesso gratuito à cultura. Mais de 24 mil visitantes em eventos e exposições, 130 mil utilizadores da Biblioteca e 11,4 mil visitas ao Museu.

Indicadores ODS: 11.4.1.

PROPORÇÃO DE ESPAÇOS VERDES EM SOLO URBANO (%)



Fonte: ODSlocal

ODS 12

PRODUÇÃO E CONSUMOS SUSTENTÁVEIS



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Promover a economia circular com o contributo de todos.

«Globalmente, os esforços de sustentabilidade estão a avançar, com um número crescente de políticas que apoiam o consumo e a produção sustentáveis. O cumprimento dos acordos ambientais permanece sólido. No entanto, os desafios persistem, incluindo a baixa gestão sustentável de resíduos eletrónicos e os altos subsídios aos combustíveis fósseis. Os relatórios de sustentabilidade corporativa expandiram-se drasticamente, com a maioria das grandes empresas agora a divulgar o seu desempenho ambiental por meio de mecanismos padronizados. Essas tendências destacam o progresso e, ao mesmo tempo, ressaltam a necessidade de foco contínuo na gestão de resíduos, conservação de energia e redução de emissões».⁹⁷

97 Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

Progressos

A Maia é uma referência na recolha seletiva, reciclagem e valorização de resíduos. Destaque para várias iniciativas de educação não formal, desenvolvidas no âmbito do Plano Municipal de Educação Ambiental, que contribuem para a construção de uma sociedade mais responsável. A recolha e tratamento de pequenos resíduos perigosos assegura uma taxa de tratamento de 100% e a recolha seletiva de resíduos urbanos aumentou 7% entre 2015-2025, situando-se significativamente acima do valor nacional e das metas 2030.

Oportunidades de melhoria

A Maia deve manter a capacidade de inovação e realização das políticas de gestão de resíduos urbanos, posicionando-se como uma boa prática de nível internacional.

Metas 2030

TARGET 12-1	TARGET 12-3	TARGET 12-4	TARGET 12-5	TARGET 12-6	TARGET 12-7	TARGET 12-8
						
IMPLEMENT THE 10-YEAR SUSTAINABLE CONSUMPTION AND PRODUCTION FRAMEWORK	HALVE GLOBAL PER CAPITA FOOD WASTE	RESPONSIBLE MANAGEMENT OF CHEMICALS AND WASTE	SUBSTANTIALLY REDUCE WASTE GENERATION	ENCOURAGE COMPANIES TO ADOPT SUSTAINABLE PRACTICES AND SUSTAINABILITY REPORTING	PROMOTE SUSTAINABLE PUBLIC PROCUREMENT PRACTICES	PROMOTE UNIVERSAL UNDERSTANDING OF SUSTAINABLE LIFESTYLES

12.1 Implementar um plano decenal de produção e consumo sustentáveis.

12.3 Até 2030, reduzir para metade o desperdício de alimentos per capita.

12.4 Até 2020, alcançar a gestão ambientalmente correta dos produtos químicos e resíduos e reduzir significativamente a sua libertação para o ar, água e solo.

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.

12.6 Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade.

12.7 Promover práticas de contratação pública sustentáveis.

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas têm informação relevante para a adoção de estilos de vida sustentáveis.

Indicadores		2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
12.1.1	Instrumentos políticos promotores de produção e consumo sustentáveis (N) ⁹⁸	---	1	---	---	---	---
12.4.2	Resíduos perigosos (per capita) ⁹⁹	0,16	0,17	---	---	↘	---
	Resíduos perigosos encaminhados valorização (%) ⁹⁹	84,55	85,22	---	---	↗	---
12.5.1	Recolha resíduos urbanos (kg/hab.) ¹⁰⁰	419	424	461	364	↓	504
	Recolha seletiva resíduos urbanos (%) ¹⁰⁰	31	38	40,8	25	↑	24
	Resíduos urbanos biodegradáveis encaminhados aterro (%) ¹⁰¹	0	4,3	13,3	34,9	↓	40,9
	Resíduos urbanos encaminhados valorização energética (%) ⁹⁹	58,54	65	---	---	↗	---
	Resíduos urbanos encaminhados reutilização e reciclagem (%) ¹⁰⁰	41,4	28,6	13,8	60	↓	32,5
	Resíduos urbanos encaminhados valorização orgânica (%) ⁹⁹	10,66	12,61	---	---	↗	---
12.7.1	Procedimentos contratação pública ecológica (N) ⁹⁸	0	3	---	---	↗	---
12.7.1	Implementação de planos de ação sustentáveis: Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (%) ⁹⁸	---	30	---	---	↔	---
12.7.1	Implementação de planos de ação sustentáveis: Plano Municipal de Ação Climática (%) ⁹⁸	---	0	---	---	↔	---
12.7.1	Implementação de planos de ação sustentáveis: Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2030 (%) ¹⁰²	---	20,4	---	---	↔	---
12.8.1	Escolas com conteúdos de educação global (%) ⁹⁸	100	100	100	100	→	100
	Ações educação ambiental (N) ¹⁰²	50	50	---	---	↔	---
	Participantes ações educação ambiental (N) ¹⁰²	1252	1085	---	---	↘	---

98 Fonte: Município da Maia.

99 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2018 e 2023).

100 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2023).

101 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2020).

102 Fonte: Município da Maia (dados 2015 e 2024).

35. POLÍTICA DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS



A Maia é uma referência internacional na gestão de resíduos urbanos, com 11 prémios obtidos entre 2006-2024. As políticas locais obrigam à construção de compartimento de resíduos em todos os edifícios e promovem a recolha seletiva de 25 tipos de resíduos entre cinco ecocentros. O programa “Recicle Mais. Pague Menos” foi lançado em 2022 e representa um modelo pioneiro em Portugal, que indexa a tarifa do serviço de gestão de resíduos urbanos ao volume de lixo indiferenciado recolhido e não ao consumo de água. O objetivo é fazer com que os municípios paguem apenas pelos resíduos que não reciclam, incentivando uma mudança de comportamentos. O programa já abrange 65% da população e recebeu os prémios Município Amigo do Consumidor 2023 (DECO), PME 2022 e 2023 (Instituto Kaizen) e menção honrosa no Prémio Nacional de Sustentabilidade 2022 (Jornal de Negócios).

Responsável: Maiambiente.

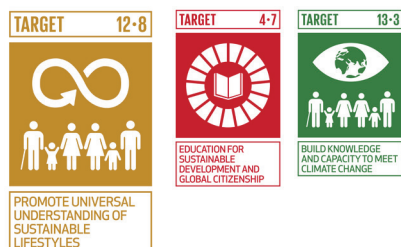
Parceiros: LIPOR.

Recursos investidos: 14,5 milhões de euros (orçamento 2025).

Impactos: Mudança positiva do comportamento cívico, reforço da economia circular, reutilização e reciclagem de 51% dos resíduos em 2024.

Indicadores ODS: 12.1.1, 12.5.1, 12.8.1, 11.6.1.

36. PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL



A educação ambiental é um vetor de sustentabilidade e cidadania ativa que é trabalhado pelo Município da Maia desde 1992. O trabalho é centralizado no Complexo Municipal de Educação Ambiental da Quinta da Gruta, equipamento dedicado à consciencialização crítica sobre as problemáticas ambientais, que incentiva a inovação social para a proteção do ambiente e adoção de comportamentos sustentáveis. A Maia participa no Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto – rede acreditada pela Universidade das Nações Unidas.

Responsável: Município da Maia.

Parceiros: LIPOR, ABAE, ICNF, Amigos Picudos, Futuro 100.000 Árvores, Escola Superior Saúde – IPP, QUERCUS, Sweet Moranguinho, Parque Biológico de Gaia.

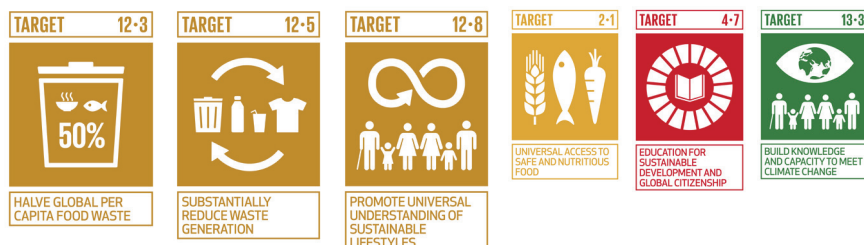
Recursos investidos: 412,6 mil euros (orçamento 2025).

Impactos: Reforço da literacia ambiental de quase 20 mil cidadãos nos últimos dez anos.

Integração da sustentabilidade no currículo de 11 escolas inscritas no Programa Eco-Escolas.

Indicadores ODS: 12.8.1, 4.7.1, 13.3.1.

37. COMBATE AO DESPERDÍCIO ALIMENTAR



O Núcleo da Maia do Centro REFOOD promove a economia circular, solidariedade social e cidadania ativa. Este projeto, assente em voluntariado, intervém no ciclo de desperdício alimentar, canalizando o excedente de comércio e restauração local para assegurar refeições dignas a pessoas em situação de vulnerabilidade. Em paralelo, a iniciativa Escola+Circular da Maiambiente implementou ações junto da comunidade escolar para fomentar a mudança de comportamentos relacionados com o combate ao desperdício alimentar, promover hábitos de correta separação dos resíduos alimentares e a participação em ações de tratamento na origem.

Responsável: Núcleo Maia Centro da REFOOD; Maiambiente.

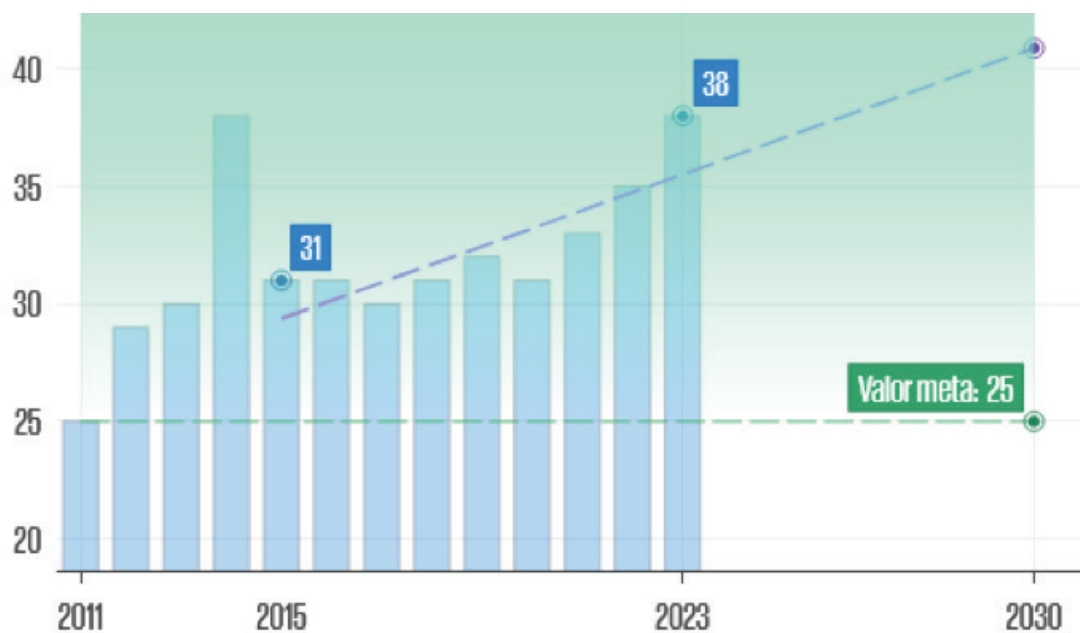
Parceiros: 25 empresas locais, cidadãos voluntários, 10 escolas, LIPOR.

Recursos investidos: Iniciativa Escola+Circular: 73 mil euros – financiada a 70% pelo Fundo Ambiental.

Impactos: REFOOD: valorização de 45 toneladas de alimentos por ano, assegurando segurança alimentar a 120 pessoas (80.000 refeições). Reforço da responsabilidade social de 25 empresas locais e 130 voluntários da sociedade civil. Iniciativa Escola + Circular: mudança de comportamento em mais de 3 mil jovens e 20 técnicos de 10 escolas locais.

Indicadores ODS: 12.5.1, 12.8.1, 2.1.1, 2.1.2, 4.7.1, 13.3.1.

PROPORÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS SELETIVAMENTE (%)



Fonte: ODSlocal



Campanha de divulgação do modelo de tarifa Recycle Mais. Pague Menos em veículo de recolha de resíduos sólidos

ODS 13

AÇÃO CLIMÁTICA



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Caminhar no sentido de ser o primeiro município português a atingir a neutralidade carbónica.

«As mudanças climáticas induzidas pelo homem atingiram níveis alarmantes em 2024, com alguns impactos já irreversíveis. As temperaturas globais quebraram recordes e ultrapassaram temporariamente o limite de 1,5°C, destacando a necessidade urgente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Eventos climáticos extremos – incluindo ciclones tropicais, inundações e secas – levaram ao maior número de novos deslocamentos em 16 anos, agravando crises alimentares e trazendo enormes perdas económicas e instabilidade social. No entanto, com ações ousadas, limitar o aquecimento global a longo prazo a 1,5°C ainda é possível. Cada fração de grau importa para reduzir riscos, diminuir custos e prevenir danos catastróficos e irreversíveis às pessoas e ao planeta».¹⁰³

¹⁰³ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

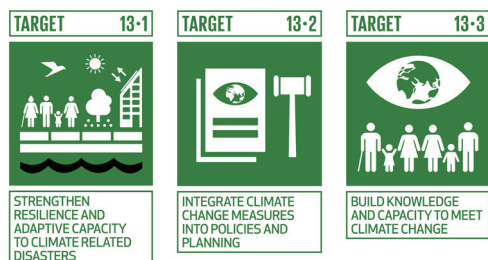
Progressos

O Município da Maia reconhece as alterações climáticas como um dos principais desafios globais. Em 2019, o Município adotou a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e, em 2020, elaborou o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, com 62 medidas. Atualmente, o Município está a concluir o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) que estabelece a estratégia e medidas necessárias para antecipar as metas nacionais e enfrentar os desafios das alterações climáticas de forma integrada e com o envolvimento de toda a comunidade.

Oportunidades de melhoria

A implementação de novos documentos estratégicos como o Roteiro para a Neutralidade Carbónica Maia 2030 deve melhorar o impacto ao nível da adaptação e mitigação às alterações climáticas.

Metas 2030



13.1 Reforçar a resiliência e capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e catástrofes naturais.

13.2 Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planos locais.

13.3 Melhorar a educação, consciencialização e capacidade humana e institucional de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce às alterações climáticas.



Cobertura verde no Sonae Campus

Indicadores		2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
13.1.1	Mortes desastres naturais (N/100 mil hab.) ¹⁰⁴	0	0	0	---	⇨	---
	Mortes incêndio (N/100 mil hab.) ¹⁰⁴	0	0	0	---	⇨	---
13.1.2	Estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com Quadro de Sendai (N) ¹⁰⁵	1	1	---	---	⇨	---
13.1.3	Estratégias locais redução risco desastres (N) ¹⁰⁵	1	2	---	---	⇧	---
	Índice Municipal de Resiliência a Incêndios Rurais ¹⁰⁶	0,9	0,92	0,96	0,99	⇧	0,95
	Despesa proteção qualidade do ar e clima (€/1000 hab.) ¹⁰⁷	55	568	---	---	⇧	1257
13.2.1	Estratégias locais de adaptação às alterações climáticas (N) ¹⁰⁵	0	2	---	---	⇧	---
13.2.2	Emissão gases efeito estufa (kt CO ₂ eq) ¹⁰⁸	789	854	1040	658	⇩	64184
13.3.1	Escolas com conteúdos de educação global (%) ¹⁰⁵	100	100	100	100	⇨	100
	Ações educação ambiental (N) ¹⁰⁹	50	50	---	---	⇨	---
	Participantes ações educação ambiental (N) ¹⁰⁹	1252	1085	---	---	⇩	---

104 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2018 e 2022).

105 Fonte: Município da Maia.

106 Fonte: [ODSlocal \(dados 2022 e 2025\)](#).

107 Fonte: [INE \(dados 2015 e 2022\)](#).

108 Fonte: [ODSlocal \(dados 2015 e 2019\)](#).

109 Fonte: Município da Maia (dados 2015 e 2024).



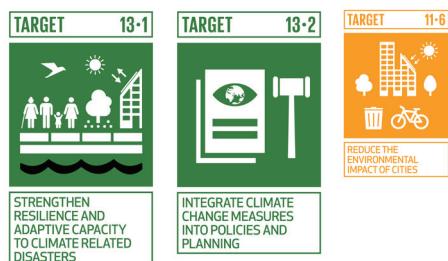
Frota municipal elétrica



Parque de carregamento de veículos elétricos num espaço de acesso público



38. ROTEIRO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA



A Maia subscreveu o Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia em 2017 e assume o compromisso de ser o primeiro município português a atingir a neutralidade carbónica. O Plano de Ação para a Energia Sustentável inclui medidas como a frota municipal de veículos elétricos, distribuição de postos de carregamento elétrico pelo território, incluindo o maior parque de carregamento de veículos elétricos do país. O Município lançou o projeto de inovação social Baze – Living Lab para envolver os cidadãos na criação de respostas de descarbonização, promoveu o concurso Maia.eMotion para sensibilizar a população jovem e criou coberturas verdes em equipamentos municipais. O Município apresentou o Roteiro para a Neutralidade Carbónica Maia 2030 em 2024 e está a desenvolver o Plano Municipal de Ação Climática.

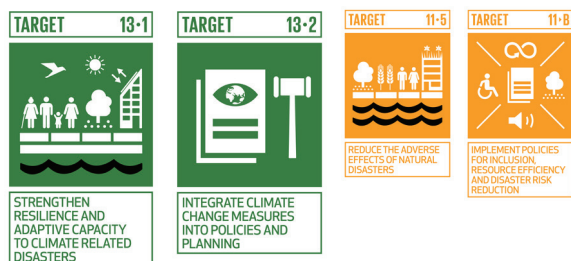
Responsável: Município da Maia, Maiaambiente e Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia.

Parceiros: EDP Comercial, Repsol.

Impactos: Redução de 60% no consumo de combustíveis fósseis e diminuição de 45% de emissões de CO₂ entre 2020-2025.

Indicadores ODS: 13.1.3, 13.2.1, 13.2.2, 11.6.2.

39. MAIA CIDADE RESILIENTE 2030



O Serviço Municipal de Proteção Civil está a reforçar a capacidade de prevenção, mitigação e resposta a emergências e desastres naturais, nomeadamente através de um enorme investimento em equipamentos, preparando o território e população para os desafios associados às alterações climáticas e eventos extremos. A melhoria da capacidade estratégica e operacional inclui a articulação com organizações de emergência locais e metropolitanas, reforço dos meios tecnológicos, ações no terreno – com realização de 38 planos de contingência, 49 simulacros, 448 ocorrências de prevenção proativa e resposta a 80 alertas de incêndio nos últimos dois anos – e informação pública. A Maia aderiu à iniciativa de Cidades Resilientes das Nações Unidas (MCR2030), onde obteve avaliação máxima.

Responsável: Município da Maia.

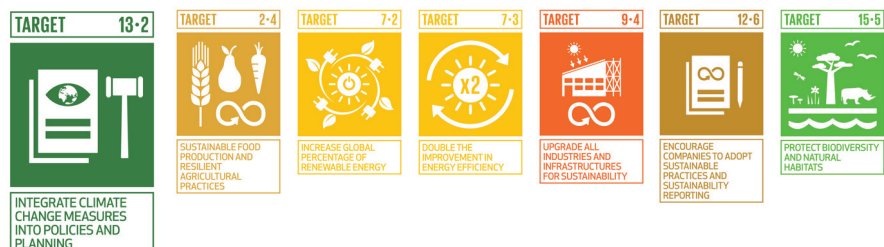
Parceiros: Autoridade Nacional de Proteção Civil, Conselho Metropolitano de Proteção Civil, corporações de bombeiros, Cruz Vermelha Portuguesa, Rede de Cidades Resilientes.

Recursos investidos: 264,9 mil euros (orçamento 2025).

Impactos: Melhoria da capacidade de prevenção e resposta a desastres.

Indicadores ODS: 13.1.1, 13.1.3, 13.2.1, 11.5.1, 11.b.2.

40. SONAE CAMPUS MAIA – LOCAL DE TRABALHO SUSTENTÁVEL



O Sonae Campus disponibiliza um conjunto de infraestruturas e serviços dedicados ao bem-estar, biodiversidade e sustentabilidade. O complexo é aberto aos trabalhadores do Grupo Sonae e à comunidade, incluindo especial atenção a escolas. Integra mais de 50 mil m2 de áreas verdes, cobertura verde com cerca de 20 mil m2, percursos pedestres, 30 mini-hortas biológicas, seis colmeias, campo de futebol, equipamentos desportivos, salas de amamentação, e mobilidade sustentável. A produção de vegetais e mel reverte para uma instituição particular de solidariedade social local. Destaque para a proteção da biodiversidade no âmbito de charcas, que acolhem plantas aquáticas nativas da região, lírios e anfíbios, incluindo o tritão-palmado – uma espécie vulnerável.

O Sonae Campus integra ainda 12.030 painéis fotovoltaicos, iluminação LED e sistemas inteligentes de energia nos edifícios. Possui paredes verdes sustentáveis e naturais, um espaço de trabalho e demonstração de projetos de inovação na área da energia (Green Energy Lab) e abriu-se à comunidade para teste de iniciativas sustentáveis em 2024 (Open Community Lab). Várias destas atividades estão enquadradas no projeto europeu PROBONO, do qual a Sonae Campus é parte integrante e no âmbito do qual incorpora o laboratório vivo estabelecido em Portugal. O Maia Business Center foi o primeiro edifício de escritórios da Península Ibérica a deter a certificação LEED Gold (em 2010). O edifício Sonae Tech Hub é o mais sustentável em Portugal e um dos 300 mais sustentáveis do mundo, com as certificações LEED Platina desde 2020 e WELL Platina desde 2023.



Cobertura verde no Sonae Campus

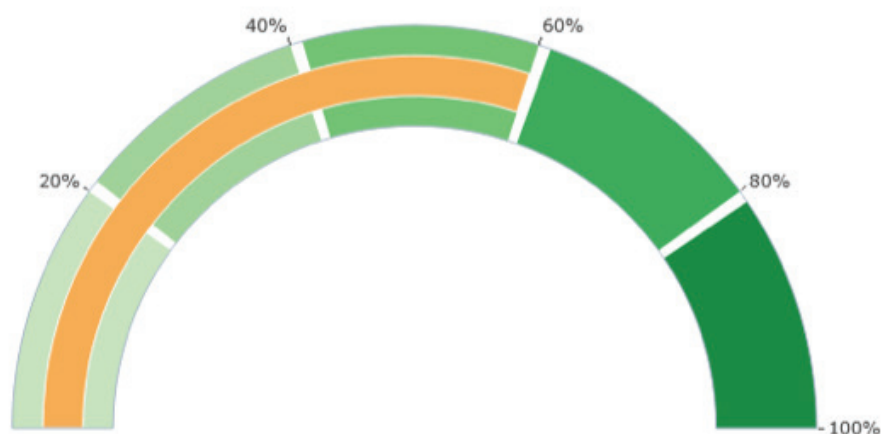
Responsável: Fundo de Investimento Imobiliário Imosede, Sierra IG, SGOIC, S.A.

Parceiros: JGS Beekeeping, Jardins al dente, CIIMAR.

Impactos: 32% de autossuficiência energética, através da produção de 5.907 MWh/ano de energia limpa, que se traduz numa redução anual de 1.631 toneladas de CO₂. Doação de 1,5 toneladas de vegetais biológicos, valorização de 520 kg de resíduos alimentares para compostagem, economia de 240 mil litros de água e duas toneladas de CO₂ em práticas agrícolas em três anos. Proteção de 5 espécies de anfíbios, apoio à polinização e à nidificação. Promoção do bem-estar de mais de quatro mil colaboradores e parceiros.

Indicadores ODS: 13.2.2, 2.4.1, 7.2.1, 7.3.1, 9.4.1, 12.6.1, 15.1.2

ÍNDICE DE AÇÃO CLIMÁTICA MUNICIPAL



Fonte: ODSlocal

ODS 14

PROTEGER A VIDA MARINHA



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Prevenir a poluição marinha.

«A economia do oceano sustenta milhões de pessoas em todo o mundo, mas enfrenta ameaças crescentes de sobrepesca, poluição e mudanças climáticas. Apesar de uma década de esforços de conservação, o aumento das emissões de CO₂ continua a impulsionar a acidificação dos oceanos e a danificar os ecossistemas marinhos. O reforço da fiscalização não tem controlado suficientemente a sobrepesca e as práticas ilegais que esgotam os stocks pesqueiros. A pesca em pequena escala ganhou apoio, mas requer proteção adicional. A proteção dos oceanos para as gerações futuras exige um aumento urgente do investimento em práticas de pesca sustentáveis, conservação marinha abrangente e cooperação internacional reforçada».¹¹⁰

¹¹⁰ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

Progressos

A Maia é um concelho sem costa marítima, pelo que o contributo para o ODS 14 Proteger a Vida Marinha é indireto. Destaca-se o compromisso do Município com o Corredor Verde do Rio Leça, o investimento em estações de tratamento de águas residuais e a recolha e o tratamento de resíduos, que se inibe que cheguem ao mar. 99% dos alojamentos são servidos por tratamento de águas residuais e o plástico recolhido por 10.000 habitantes aumentou em 85 toneladas entre 2015-2025, estando acima do valor nacional e meta 2030.

Oportunidades de melhoria

A ação local deve focar-se na proteção e recuperação dos recursos hídricos interiores, agindo como barreira de proteção para o Oceano Atlântico. Isso passa pelo trabalho em curso ao nível da educação cívica, gestão de resíduos urbanos, gestão da água e saneamento e proteção de cursos de água.

Metas 2030



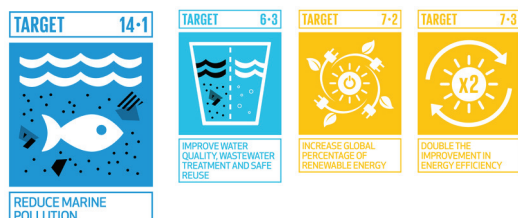
14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima, especialmente a de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e poluição por nutrientes.

Indicadores		2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
14.1.1	Alojamentos servidos por tratamento de águas residuais (%) ¹¹¹	99	99	99	90	➡	96,4
	Plástico recolhido por 10 mil habitantes (t) ¹¹²	215	302	387	185,4	⬆	156,8

111 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2020 e 2021).

112 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2023).

41. MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E SANEAMENTO



A Maia está a remodelar a ETAR de Ponte de Moreira para melhorar o desempenho operacional e ambiental, alinhando a infraestrutura com a diretiva europeia sobre águas residuais urbanas e reforçando a resiliência a fenómenos climáticos extremos. As obras contemplam o reforço da capacidade hidráulica e sanitária e a otimização do tratamento, incluindo a remoção de nutrientes e a eliminação de odores libertados no processo. O projeto é um exemplo de economia circular e sustentabilidade energética, que inclui a instalação de unidades de produção de energia para autoconsumo e uma unidade de produção de água reutilizada para autoconsumo. O tratamento das águas residuais na Maia mitiga as descargas poluentes no Oceano Atlântico.

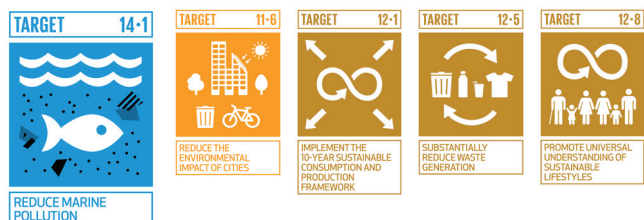
Responsável: SMAS Maia.

Recursos investidos: 6,6 milhões de euros – financiado a 70% pela União Europeia (Norte 2030).

Impactos: Melhoria da eficiência e eficácia de tratamento de águas residuais.

Indicadores ODS: 14.1.1, 6.3.1, 6.3.2, 7.2.1, 7.3.1.

42. RECOLHA SELETIVA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS



O Ecoponto em Casa foi um sistema pioneiro de recolha seletiva de lixo porta-a-porta criado em 1998. Este modelo de proximidade cobre atualmente 91% do território, assegurando elevado desempenho ambiental e comodidade para os munícipes. O resultado é uma taxa de separação seletiva de 51% em 2024, uma das maiores em Portugal, demonstrando a ativa participação da comunidade. A recolha seletiva de biorresíduos, implementada nos anos 2000, transforma lixo orgânico num composto para fertilização de solos. A partir de 2021, iniciou-se a recolha de resíduos alimentares porta-a-porta em habitações, num sistema que abrange atualmente 55% da população. Com o objetivo de ter 100% do concelho coberto por estes sistemas de recolha seletiva até 2030, a Maia garante que o lixo se torna um recurso valioso, promovendo uma cidade mais limpa, eficiente e circular.

Responsável: Maiambiente.

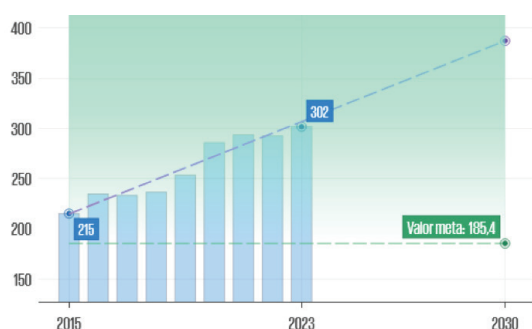
Parceiros: LIPOR.

Recursos investidos: 14,5 milhões de euros (orçamento 2025).

Impactos: Recolha seletiva e valorização de quase 37 mil toneladas de resíduos, recolha e valorização de 7 mil toneladas de biorresíduos e tratamento de 32,9 toneladas de pequenos resíduos perigosos.

Indicadores ODS: 14.1.1, 11.6.1, 12.1.1, 12.5.1, 12.8.1.

PLÁSTICO RECOLHIDO (TONELADAS POR 10.000 HABITANTES)



Fonte: ODSlocal

ODS 15

PROTEGER A VIDA TERRESTRE



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Valorizar os ecossistemas locais.

«A cobertura florestal global está a diminuir, a conservação de áreas-chave da biodiversidade estagnou e a extinção de espécies está a acelerar. A desertificação, a degradação do solo e da terra, a seca e o desmatamento ameaçam ainda mais os ecossistemas e as perspetivas de desenvolvimento. Embora mais países estejam a adotar enquadramentos legais para a biodiversidade e proteção ambiental, o progresso geral em direção ao Objetivo 15 permanece lento, com lacunas significativas na proteção de terras e ecossistemas saudáveis, vitais para a humanidade».¹¹³

¹¹³ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

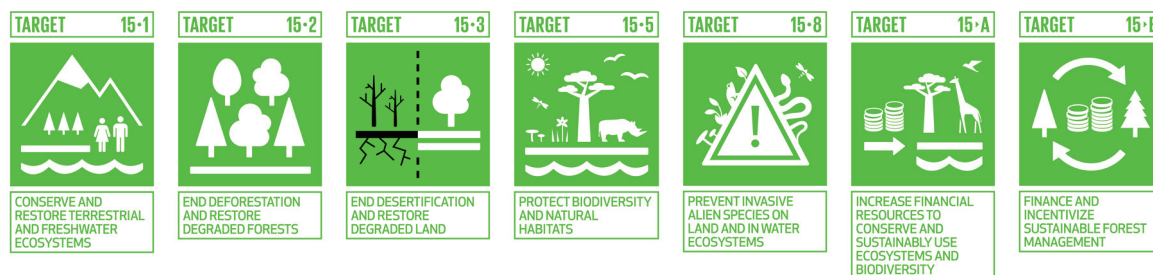
Progressos

A Maia utiliza o planeamento territorial como ferramenta de conservação e aumento da área florestal e rústica. Já foram plantados mais de 6,8 mil árvores e arbustos nativos numa área superior a 11,5 hectares. O Zoo da Maia realiza um importante trabalho de educação ambiental e conservação da biodiversidade. O Município é também ativo no combate a espécies invasoras.

Oportunidades de melhoria

A adoção de aplicações digitais e tecnologias cívicas pode reforçar a capacidade de mapeamento da biodiversidade e espécies invasoras. Existe espaço para reforçar o envolvimento da sociedade civil em ações de proteção florestal e reflorestação.

Metas 2030



15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior.

15.2 Até 2020, implementar a gestão sustentável das florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar os esforços de florestação e reflorestação.

15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e os solos degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações.

15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.

15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução, reduzir, controlar ou erradicar espécies invasoras nos ecossistemas terrestres e aquáticos.

15.a Mobilizar e aumentar significativamente os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

15.b Mobilizar recursos significativos para financiar a gestão florestal sustentável, incluindo a conservação e reflorestação.

Indicadores		2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
15.1.1	Área florestal no território (%) ¹¹⁴	19,6	24,5	---	---	⬆️	---
15.1.2	Áreas protegidas de biodiversidade terrestre e água doce (%/território) ¹¹⁴	0,6	1,14	---	---	⬆️	---
	Massas água em bom estado (%) ¹¹⁵	14,3	0	-14,3	100	⬇️	40,1
	Áreas classificadas (%) ¹¹⁶	0	0	0	50	➡️	22,6
15.2.1	Superfície ardida (%) ¹¹⁶	1	0,12	-0,42	0,7	⬆️	0,49
15.3.1	Solo degradado (%) ¹¹⁷	---	43	---	25	---	---
15.8.1	Instrumentos políticos para controlo espécies invasoras ¹¹⁴	1	1	1	---	➡️	---
	Floresta de eucalipto (%/território) ¹¹⁸	18,4	18,4	18,3	4,2	➡️	12,8
	Ninhos de vespa velutina intervencionados ¹¹⁴	186	463	---	---	⬆️	---
15.a.1	Ajuda pública desenvolvimento para conservação e biodiversidade (€) ¹¹⁴	0	0	---	---	➡️	---
15.b.1	Ajuda pública desenvolvimento para conservação e biodiversidade (€) ¹¹⁴	0	0	---	---	➡️	---

114 Fonte: Município da Maia.

115 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2024).

116 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2023).

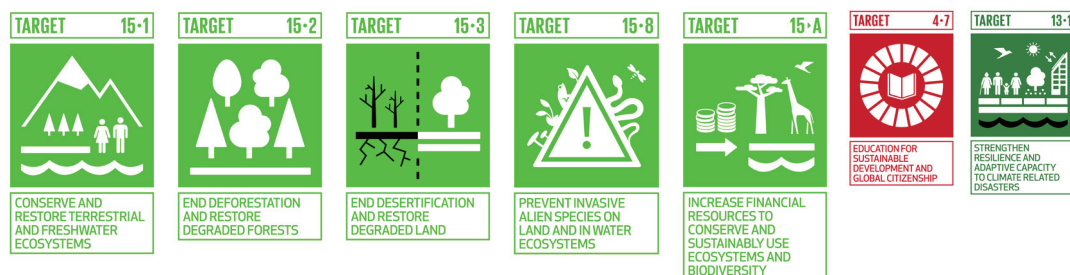
117 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015).

118 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2018).



Ação de reflorestação na Maia

43. PROTEÇÃO FLORESTAL E REFLORESTAÇÃO



A Maia tem promovido o adensamento e a reconversão florestal, realizando intervenções em clareiras, áreas de espécies invasoras e povoamentos florestais monoespecíficos, dotando-os de espécies autóctones, com o objetivo de manter a regeneração natural existente, promover a biodiversidade, a conservação do solo e dos recursos hídricos, e aumentar a resiliência aos incêndios rurais. As operações incluem a preparação do terreno, gestão do coberto vegetal e controlo de espécies invasoras. A participação cívica é fundamental, com a comunidade educativa, empresas e famílias a envolverem-se em ações de voluntariado. Iniciativas como o projeto FUTURO – 100.000 Árvores da Área Metropolitana do Porto e «Rolha a Rolha, semeie a recolha» são exemplos de sucesso.

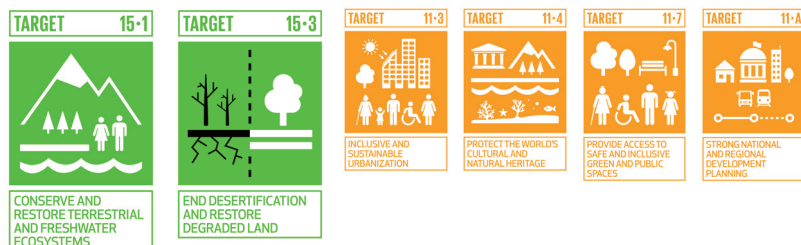
Responsável: Município da Maia e Maiambiente.

Parceiros: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, QUERCUS, Centro Regional de Excelência do Porto, LIPOR, Associação Florestal do Grande Porto.

Impactos: Mais de 6,8 mil árvores e arbustos nativos plantados numa área superior a 11,5 hectares.

Indicadores ODS: 15.1.1, 15.1.2, 15.2.1, 15.3.1, 15.8.1, 15.a.1, 4.7.1, 13.1.1.

44. AUMENTO DO SOLO RÚSTICO NO PDM E RESTRIÇÃO À EDIFICABILIDADE



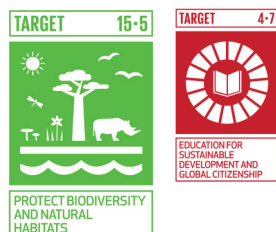
A segunda revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) da Maia, em vigor desde 2025, limitou a expansão urbana, através de uma política de colmatação e racionalização das infraestruturas existentes. Em paralelo, valoriza a ruralidade e reforça a “centralidade agrícola” do concelho, assegurando a preservação do solo rústico, nas categorias de espaço agrícola e florestal, que agora abrange uma área total de 3.710 hectares. Este aumento de área é complementado por uma salvaguarda regulamentar, com a restrição dos usos admitidos nestas categorias, protegendo a área ocupada pela agricultura, floresta e matos no total do município. Ao impulsionar uma rede de espaço público que estrutura o território e ao salvaguardar as áreas rurais, o PDM da Maia consolida a estratégia de equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a preservação dos recursos naturais essenciais.

Responsável: Município da Maia.

Impactos: Aumento de 759 ha de solo rústico, face ao anterior PDM.

Indicadores ODS: 15.1.1, 15.1.2, 15.3.1, 11.3.1, 11.4.1, 11.7.1, 11.a.1.

45. ZOO DA MAIA



O Zoo da Maia é um centro de conservação da biodiversidade e educação ambiental, que acolhe e protege animais nascidos em cativeiro e provenientes de outros zoos. O seu papel pedagógico inclui um programa educativo que visa sensibilizar e desenvolver valores e comportamentos positivos na comunidade em defesa da natureza. O Zoo incentiva o envolvimento ativo de empresas, instituições e particulares através do apadrinhamento de animais, além de acolher visitas de estudo e programas de voluntariado. A sua missão de conservação é reforçada por protocolos com departamentos científicos de universidades, tornando-o uma reserva de material genético e um centro de reprodução vital para a preservação de espécies. É reconhecido em termos de bem-estar animal e sustentabilidade. O reptilário é considerado o melhor da Península Ibérica, utilizando material isotérmico que, ao controlar temperatura e humidade, garante o conforto dos animais e a eficiência energética.

Responsável: Junta de Freguesia da Cidade da Maia.

Parceiros: Município da Maia, Auchan, Tintas Cin, Tintas 2000, 20 estabelecimentos de ensino no âmbito de estágios curriculares.

Impactos: Proteção de 105 espécies e 340 animais, incluindo 30 espécies e 98 animais em risco de extinção. Nascimento de 20 animais de 7 espécies. Mais de 100 mil visitantes em 2024, 17.491 visitantes em grupos escolares e 26 estágios curriculares, entre janeiro-setembro de 2025.

Indicadores ODS: 15.5.1, 4.7.1.

DESPESAS EM PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PAISAGEM POR HABITANTE (€/HAB.)



Fonte: ODSlocal



Tigre no Zoo da Maia

ODS 16

PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Otimizar o acesso à informação e a participação pública.

«Conflitos mais frequentes, intensos e prolongados em todo o mundo estão a destruir vidas, comunidades e o futuro das pessoas. A violência contra mulheres, crianças e grupos marginalizados continua generalizada. O número de vítimas entre crianças e mulheres em conflitos armados quadruplicou no biénio 2023-2024, em comparação com o biénio anterior. Embora tenha havido progressos no reconhecimento de instituições de direitos humanos, muitos sistemas políticos não conseguem representar plenamente as suas populações, o que leva à perda de confiança. As altas taxas de prisão preventiva e o acesso limitado à justiça evidenciam a necessidade de uma governação inclusiva e do Estado de Direito. Alcançar uma paz duradoura exige um compromisso global urgente com a boa governação, os direitos humanos, a igualdade de acesso à justiça e instituições responsáveis, com ênfase na diplomacia e no diálogo».¹¹⁹

¹¹⁹ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

Progressos

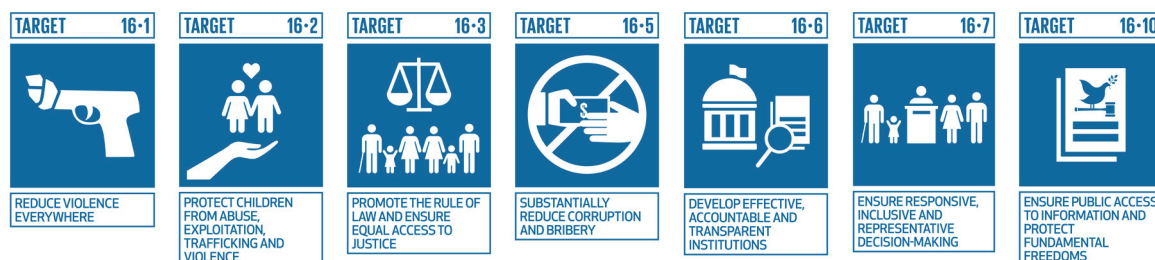
A Maia tem melhorado práticas de governação e implementado políticas de reforço da segurança pública. Em 2023, a criminalidade estava abaixo das médias nacional e metropolitana. O Município é um bom exemplo de eficiência financeira, tem vindo a alargar os mecanismos de participação pública, e as lideranças femininas.

Oportunidades de melhoria

O Município da Maia pode continuar a melhorar a participação pública e governação eletrónica, em termos de acesso a informação, valorização de dados e envolvimento em processos de decisão. O lançamento de novos projetos ao nível dos serviços digitais e a Loja do Cidadão 3.0 Maia vão reforçar o acesso a serviços públicos de qualidade.

S EFICAZES

Metas 2030



16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade.

16.2 Acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

16.3 Promover o Estado de Direito e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis.

16.7 Garantir que a tomada de decisão, a todos os níveis, é responsável, inclusiva, participativa e representativa.

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Indicadores		2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
16.1.1	Homicídios (N/100 mil hab.) ¹²⁰	0	0	0	---	↔	---
16.1.2	Mortes por conflitos (N) ¹²¹	0	0	---	---	↔	---
16.1.3	Crimes contra pessoas (N/10 mil hab.) ¹²²	65,3	60,1	45,7	42,8	↑	81,6
16.3.1	Taxa criminalidade (‰) ¹²³	34	30,4	28,6	15,3	↑	28,9
16.5.1	Condenações corrupção funcionários municipais (N/100 mil hab.) ¹²⁴	0	0	0	---	↔	---
16.6.1	Rácio dívida municipal (%) ¹²⁵	54,4	38,1	-18,1	13,1	↑	40,6
16.6.2	Satisfação com serviços públicos (escala 1-5) ¹²¹	4,7	4,3	---	---	↔	---
16.6.1	Execução orçamental Desenvolvimento Social (%) ¹²¹	77,56	49,97	---	---	↔	---
	Execução orçamental Ambiente (%) ¹²¹	75,10	62,54	---	---	↔	---
	Execução orçamental Saúde (%) ¹²¹	31,19	52,63	---	---	↑	---
	Execução orçamental Educação (%) ¹²¹	86,94	77,71	---	---	↔	---
	Execução orçamental Edifícios e Infraestruturas públicas (%) ¹²¹	70,80	23,45	---	---	↔	---
	Execução orçamental Segurança (%) ¹²¹	62,23	47,12	---	---	↔	---
	Execução orçamental Proteção Civil (%) ¹²¹	65,15	54,30	---	---	↔	---
	Execução orçamental Cultura (%) ¹²¹	74,22	75,11	---	---	↑	---
	Execução orçamental Juventude (%) ¹²¹	18,07	60,63	---	---	↑	---
	Execução orçamental Desporto (%) ¹²¹	86,90	71,86	---	---	↔	---
	Execução orçamental Habitação (%) ¹²¹	92,02	39,81	---	---	↔	---
	Execução orçamental Indústria e energia (%) ¹²¹	82,93	84,98	---	---	↑	---
	Execução orçamental Transportes e Comunicações (%) ¹²¹	40,12	50,64	---	---	↑	---
	Execução orçamental Comércio e Turismo (%) ¹²¹	65,29	66,47	---	---	↑	---
	Execução Orçamental Total ¹²¹	82,61	62,26	---	---	↔	---
16.7.1	Mulheres eleitas Executivo Municipal (%) ¹²⁶	36,4	27,3	21,6	40	↓	32,8
	Mulheres eleitas Assembleia Municipal (%) ¹²⁷	33,3	38,9	---	---	↑	---
	Mulheres em cargos de chefia Câmara Municipal (%) ¹²⁸	57,14	61,7	---	---	↑	---
16.7.2	Participação eleições autárquicas (%) ¹²⁷	56,25	52,31	---	---	↔	---
16.10.2	Índice presença municipal na internet (%) ¹²⁹	1,7	2,3	3,5	2,4	↑	1,9
	Participação dos cidadãos na internet municipal ¹³⁰	0,5	0,47	0,67	0,63	↑	0,31

120 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2015 e 2023).

121 Fonte: Município da Maia (dados 2015 e 2024).

122 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2023).

123 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2022).

124 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2019 e 2023).

125 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2019).

126 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2013 e 2021).

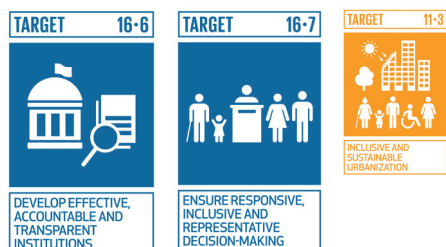
127 Fonte: INE (ISO 37120) (dados 2017 e 2021).

128 Fonte: Município da Maia.

129 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2014 e 2023).

130 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2014 e 2023).

46. MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA



O Município da Maia promove a participação pública, assegurando o acesso a informação, a consulta, e o envolvimento dos cidadãos na criação de políticas locais. Destaque para a segunda revisão do Plano Diretor Municipal, que assentou num processo de diálogo estruturado aberto a cidadãos de todas as freguesias, decisores políticos e peritos técnicos. Este mecanismo permitiu identificar expectativas, realizar um diagnóstico partilhado e criar propostas de forma colaborativa, reforçando a representatividade e legitimidade do documento final. Ao nível da participação jovem, o Município dinamiza o Conselho Municipal de Juventude, envolve jovens na cocriação do Plano Municipal de Juventude e promove o Orçamento Participativo Jovem. A iniciativa «Maia Cidade Educadora – Laboratório de Cidadania e Transformação Social» recebeu o certificado de boas práticas em políticas de juventude da Federação Nacional das Associações Juvenis em 2025. O Município é membro da Rede de Autarquias Participativas e da Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude.

Responsável: Município da Maia.

Recursos investidos: 50 mil euros/ano para Orçamento Participativo Jovem.

Impactos: 1.600 participantes no processo de revisão do PDM, com apresentação de 144 propostas da sociedade civil.

Indicadores ODS: 16.6.2, 16.7.2, 11.3.2.

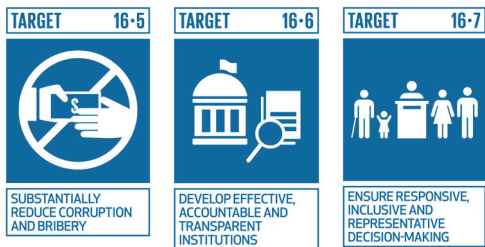


Processo participativo da segunda revisão do Plano Diretor Municipal da Maia



Processo participativo da segunda revisão do Plano Diretor Municipal da Maia

47. SAÚDE FINANCEIRA MUNICIPAL



O Município da Maia é um exemplo de eficiência financeira, com o segundo melhor desempenho entre municípios de grande dimensão a nível nacional. A saúde financeira tem beneficiado de uma trajetória de diminuição da dívida desde 2005, com relevo para a diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores para quatro dias. A robustez financeira inclui a capacidade de gerar 56% do orçamento através de receitas próprias em 2024 e mobilizar 87 milhões de euros de financiamento da União Europeia nos últimos dez anos (aproximadamente 10% da despesa executada).

Responsável: Município da Maia.

Recursos: 255 milhões de euros (orçamento 2025).

Impactos: Redução de 81% da dívida total desde 2015.

Indicadores ODS: 16.5.1, 16.6.1, 16.6.2, 16.7.2.

48. POLÍCIA MUNICIPAL



A Polícia Municipal da Maia foi criada em 2020 e atua como serviço de polícia administrativa de natureza civil na segurança, ordem pública e gestão urbana. Em 2024, realizou 5.918 ações de fiscalização rodoviária, 4.823 ações de vigilância do espaço público e edifícios, e mais de 3.100 patrulhamentos em zonas residenciais. O seu papel abrange ainda a fiscalização ambiental e urbanística, visitas a escolas e manutenção da segurança e ordem pública em eventos. O foco na proximidade e bem-estar comunitário é evidente em programas como «Polícia Municipal, Proximidade Maior», que acompanha 35 idosos em vulnerabilidade social, e «Maia, Prevenção Rodoviária começa por Ti!», de educação para crianças do 1.º ciclo do ensino básico. A relevância da intervenção é reforçada por iniciativas do contrato local de segurança no Bairro do Sobreiro.

Responsável: Município da Maia.

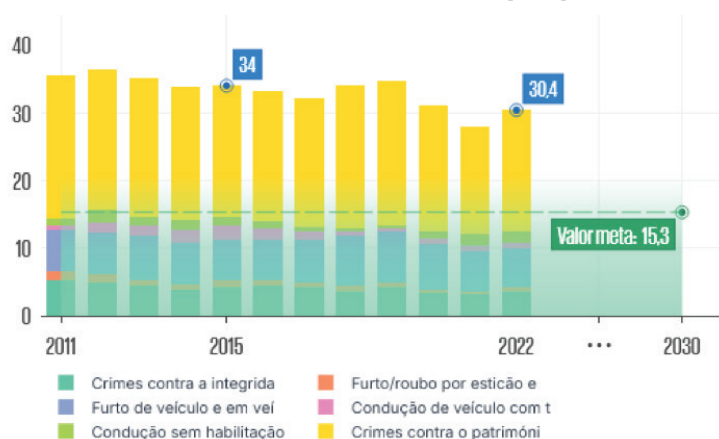
Parceiros: Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e 10 juntas de freguesia.

Recursos investidos: 1,9 milhões de euros (orçamento 2025).

Impactos: Diminuição da taxa de criminalidade em 3,6‰ entre 2015-2022; taxa de criminalidade (28‰) abaixo da média metropolitana (29,1‰) e nacional (33‰). 266 alunos do 1.º CEB envolvidos em ações de sensibilização para a segurança rodoviária.

Indicadores ODS: 16.1.1, 16.1.3, 3.6.1.

TAXA DE CRIMINALIDADE (‰)



Fonte: ODSlocal



Polícia Municipal da Maia

ODS 17

PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS



OBJETIVOS POLÍTICOS MAIA 2030

Promover o trabalho em rede para desenvolver ações com impacto direto na vida dos cidadãos.

«O progresso global em direção ao Objetivo 17 demonstrou avanços e desafios persistentes na última década. Embora os fluxos financeiros para os países em desenvolvimento tenham aumentado, impulsionados por financiamento oficial e privado, os custos recordes do serviço da dívida em 2023 pressionam as economias de baixo e médio rendimento. Isso é agravado por um déficit anual de investimento de US\$ 4 trilhões para realizar o Objetivo nos países em desenvolvimento. O acesso às tecnologias da informação e comunicação tem crescido de forma constante, embora as disparidades digitais permaneçam acentuadas, especialmente nas regiões de baixo rendimento. Embora os sistemas de dados e as capacidades estatísticas nacionais tenham melhorado, muitos países ainda lutam para garantir o financiamento necessário para acompanhar e implementar integralmente os Objetivos, retardando o progresso em áreas-chave. O fortalecimento do apoio e a renovação da cooperação global são essenciais para superar essas disparidades e acelerar o progresso do Objetivo».¹³¹

¹³¹ Fonte: [Nações Unidas – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais 2025](#)

Progressos

A Maia tem criado e gerido redes de colaboração a nível local, nacional e global em coerência com políticas de desenvolvimento. Esta ação inclui parcerias multissetoriais, com a mobilização de atores de vários eixos de atuação. Destaque para a capacidade de mobilização de fundos europeus.

Oportunidades de melhoria

O plano de ação Maia Cidade Amiga das Crianças e a Capital Europeia do Voluntariado 2026 apresentam elevado potencial para a construção de parcerias. O Município tem espaço para otimizar os impactos da ação internacional.

Metas 2030

TARGET17-1



MOBILIZE RESOURCES TO IMPROVE DOMESTIC REVENUE COLLECTION

TARGET17-2



IMPLEMENT ALL DEVELOPMENT ASSISTANCE COMMITMENTS

TARGET17-3



MOBILIZE FINANCIAL RESOURCES FOR DEVELOPING COUNTRIES

TARGET17-6



KNOWLEDGE SHARING AND COOPERATION FOR ACCESS TO SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION

TARGET17-7



PROMOTE SUSTAINABLE TECHNOLOGIES TO DEVELOPING COUNTRIES

TARGET17-9



ENHANCE SDG CAPACITY IN DEVELOPING COUNTRIES

TARGET17-13



ENHANCE GLOBAL MACROECONOMIC STABILITY

TARGET17-16



ENHANCE THE GLOBAL PARTNERSHIP FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

TARGET17-17



ENCOURAGE EFFECTIVE PARTNERSHIPS

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos para melhorar a capacidade municipal de cobrança de impostos e outras fontes de receita.

17.2 Implementar de forma plena os compromissos em matéria de ajuda pública ao desenvolvimento (APD), incluindo o compromisso de muitos países desenvolvidos de atingir a meta de 0,7% da APD/RNB para os países em desenvolvimento e de 0,15 a 0,20% da APD/RNB para os países menos desenvolvidos.

17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.

17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular ao nível regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar a partilha de conhecimento em termos mutuamente acordados, inclusive através de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento.

17.13 Aumentar a estabilidade macroeconómica global, inclusive através da coordenação e da coerência de políticas.

17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e partilhem o conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos ODS.

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil.

Indicadores		2015	2025	2030	Meta	Estado	PT
17.1.1	Receita municipal (€/hab.) ¹³²	481	584	744	1939	↑	829
	Dívida municipal (€/hab.) ¹³³	299	201	-93,3	134	↑	---
	Receita/despesa municipal (%) ¹³²	105,1	111,8	133,2	128,8	↑	102,9
17.1.2	Impostos/receita municipal (%) ¹³²	54,2	57,3	57,2	51	↑	35736,4
17.2.1	Ajuda Pública ao Desenvolvimento (% RNB) ¹³⁴	0	0	0	0,7	→	0,2 ¹³⁵
17.3.1	Recursos financeiros mobilizados para países em desenvolvimento de várias fontes ¹³⁴	0	0	---	---	↔	---
17.6.1	Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes (N) ¹³⁶	32,3	41,7	---	---	↑	43,8
17.7.1	Financiamento para países desenvolvidos e em desenvolvimento para promover o desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente seguras e racionais (€) ¹³⁴	0	0	---	---	↔	---
17.9.1	Assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular) destinada a países em desenvolvimento (€) ¹³⁴	0	0	---	---	↔	---
17.13.1	Painel de indicadores macroeconómicos: população residente (N) ¹³⁷	134563	144664	---	---	↑	10749635
	Painel de indicadores macroeconómicos: empresas (N) ¹³⁸	14752	18452	---	---	↑	1510274
	Painel de indicadores macroeconómicos: exportações de bens (milhões de €) ¹³⁹	1392	1938,1	---	---	↑	78895
	Painel de indicadores macroeconómicos: Valor acrescentado bruto (milhões €) ¹⁴⁰	1572	2310	---	---	↑	129486,5
	Painel de indicadores macroeconómicos: população empregada (N) ¹⁴¹	37315	49291	---	---	↑	2570047
17.16.1	Relatório Voluntário Local (N) ¹³⁴	0	1	---	2	↑	2 ¹⁴²
17.17.1	Montante destinado a parcerias público-privadas para infraestruturas (€) ¹³⁴	0	0	---	---	↔	---

132 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2021).

133 Fonte: [ODSlocal](#) (dados 2015 e 2019).

134 Fonte: Município da Maia.

135 Fonte: [OCDE](#) (dados 2024).

136 Fonte: [ANACOM](#) (dados 2015 e 2024).

137 Fonte: [INE](#) (dados 2015 e 2024).

138 Fonte: [INE](#) (dados 2015 e 2023).

139 Fonte: [INE](#) (dados 2015 e 2024).

140 Fonte: [INE](#) (dados 2015 e 2022).

141 Fonte: [INE](#) (dados 2015 e 2023).

142 [Portugal Sustentável](#).

49. COMPROMISSUM – CENTRO DE VOLUNTARIADO



O Município da Maia procura ser um catalisador de cidadania e responsabilidade social, contribuindo para a coesão social e igualdade de oportunidades. No coração desta política está o Compromissum – Centro de Voluntariado, que disponibiliza uma estrutura de proximidade para gestão da oferta e procura de voluntariado, capacitação de agentes de voluntariado, e divulgação de oportunidades. O Compromissum reforça a capacidade e a articulação institucional e o impacto direto do voluntariado na qualidade de vida. A política de voluntariado da Maia foi reconhecida com o título de Capital Portuguesa do Voluntariado 2025 e Capital Europeia do Voluntariado 2026.

Responsável: Município da Maia.

Parceiros: 75 organizações promotoras de voluntariado.

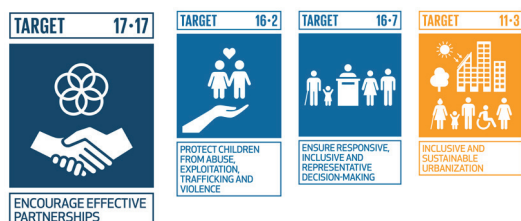
Impactos: 2.000 voluntários, 883 ações e mais de 246 mil horas de voluntariado em 2025.

Indicadores ODS: 17.17.1.



Ação de voluntariado enquadrada no Compromissum– Centro de Voluntariado

50. CIDADE AMIGA DAS CRIANÇAS UNICEF



O Município da Maia aderiu à iniciativa Cidades Amigas das Crianças da UNICEF, que pretende assegurar o bem-estar das crianças, potenciar a participação jovem e o trabalho em rede. Este compromisso visa garantir a aplicação efetiva dos Direitos da Criança nas políticas e programas locais. Neste sentido, o Município está a desenvolver o plano de ação «nada sobre nós, sem nós», que promove a participação efetiva de crianças na elaboração do diagnóstico local e nas decisões que as impactam. A participação da Maia na Rede de Cidades Educadoras e na Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude reforçam o papel de «Cidade Educadora».

Responsável: Município da Maia.

Parceiros: UNICEF Portugal, agrupamentos de escolas, instituições de ensino superior, associações de estudantes, juntas de freguesia, Confederação Nacional das Associações de Pais, Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho da Maia, Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, CPCJ Maia.

Recursos investidos: 5 mil euros/ano

Impactos: Cultura de governação participativa, que coloca a criança no centro das políticas locais. Criação de mecanismos de monitorização e avaliação das políticas locais com vista à efetivação dos Direitos da Criança.

Indicadores ODS: 17.17.1, 16.7.2, 11.3.2.

51. ESTRATÉGIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



O Município da Maia está ligado à Europa e ao mundo para reforçar a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. O Município tem 11 parcerias bilaterais com cidades europeias, africanas, asiáticas e norte-americanas e participa em 7 redes internacionais, com realce para a Eurocities. A colaboração com embaixadas, consulados e câmaras de comércio e indústria posicionam a Maia como território aberto ao investimento inteligente e sustentável. O serviço de informação jovem Eurodesk aproxima os jovens dos valores e programas europeus. O Município participa em projetos europeus ao abrigo dos programas Erasmus+, Horizonte Europa e URBACT. O «Compromisso da Maia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável» enquadra a ação municipal na Agenda 2030.

Responsável: Município da Maia.

Parceiros: cidades parceiras e redes internacionais.

Recursos investidos: 59 mil euros (orçamento 2025).

Impactos: Disseminação e inovação de políticas locais com impacto na qualidade de vida.

Indicadores ODS: 17.17.1, 16.6.2.

CONCLUSÕES E PRÓXIMOS PASSOS

Entre 2015 e 2025, o Município da Maia demonstrou um compromisso crescente com a Agenda 2030, traduzido em políticas públicas com impacto positivo nos ODS. Esta integração reflete-se em diversas áreas como planeamento urbano, políticas sociais, gestão ambiental ou participação pública.

A Maia destaca-se pela gestão eficiente de recursos públicos, pelos avanços em áreas-chave como água e saneamento, energia, mobilidade, educação, economia circular e uma governação cada vez mais sólida e transparente. Estes esforços resultaram numa melhoria tangível da qualidade de vida e da coesão territorial. Contudo, apesar dos progressos, persistem ainda desafios estruturais, incluindo no âmbito da coesão, emissões de carbono e dependência de energia não renovável.

A cooperação institucional, através de parcerias estratégicas, reforçou a capacidade técnica e o alinhamento com os ODS. O grande desafio reside na institucionalização e monitorização da Agenda 2030. A recolha e análise de dados locais ainda é limitada, dificultando a monitorização e o planeamento assente em evidências. A elaboração deste primeiro RVL permitiu identificar espaço para reforçar a integração dos ODS nas políticas e estratégias municipais, incluindo ao nível do orçamento e da contratação pública. Em termos de monitorização, considera-se útil avançar novas edições do RVL para avaliação intercalar de progressos em 2028 e uma avaliação final em 2030 ou através de edições temáticas anuais.

A Maia evidencia progressos rumo às metas 2030. O ciclo 2025-2030 deve consolidar o contributo de políticas setoriais para uma abordagem integrada da sustentabilidade local, com métricas claras, cooperação ativa e mobilização da sociedade civil e empresas.

FONTES

Bibliografia

AON (2025) «Relatório da Perceção de Clima e Catástrofes»

Governo de Portugal (2017) «Relatório Voluntário Nacional 2017»

Governo de Portugal (2023) «Relatório Voluntário Nacional 2023»

Nações Unidas (2015) «Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável» (Resolução A/RES/70/1)

Nações Unidas (2019) «Avançando para uma década de ação e resultados para o desenvolvimento sustentável: declaração política da Cimeira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável»

Nações Unidas (2025) «Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2025»

ODSlocal (2022) «Relatórios Locais Voluntários – Linhas Orientadoras para a sua Elaboração»

OECD (2020): «Uma abordagem territorial aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável»

Plataforma ODSlocal (2025) «Integração da Agenda 2030 na Orgânica Autárquica»

Secção de Municípios para os ODS da ANMP (2023) «Proposta de Relatório – Relatórios Voluntários Locais»

UCLG (2025) «Rumo à localização dos ODS – Relatório dos governos locais e regionais ao HLPF 2025»

UN-Habitat (2016) «Nova Agenda Urbana»

UN-Habitat (2024) «Cidades e Ação Climática - Relatório das Cidades Mundiais 2024»

UN-Habitat e Cidades e Governos Locais Unidos (2020) «Diretrizes para Relatórios Voluntários Locais Volume 1: Uma Análise Comparativa de RVLs Existentes»

UN-Habitat e Cidades e Governos Locais Unidos (2021) «Diretrizes para Relatórios Voluntários Locais Volume 2: Rumo a uma Nova Geração de RVLs: Explorando o vínculo local-nacional»

UN-Habitat e Cidades e Governos Locais Unidos (2024) «Relatórios Voluntários Locais orientados para a ação»

União Europeia (2023) «Relatório Voluntário da UE sobre os progressos na implementação da Agenda 2030»

Webgrafia

Comissão Europeia, [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

Comissão Europeia, [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

Conselho Europeu, Conselho da União Europeia: [Acordo de Paris \(2015\)](#)

[Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural](#)

[Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência](#)

Freedom House: [Mapa da liberdade](#)

[Instituto do Emprego e Formação Profissional](#)

[Instituto Nacional de Estatística](#)

Nações Unidas (2015): [Comunicado de Imprensa pelo Secretário-Geral Adjunto | A batalha dos ODS vai ser ganha ou perdida nas cidades](#)

Nações Unidas (2019): [Cimeira dos ODS 2019](#)

Nações Unidas (2020): [Secretário Geral da ONU fala sobre a Década de Ação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

Nações Unidas, Alterações Climáticas: [Conferências das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas \(COP\)](#)

Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais: [Desenvolvimento Sustentável](#)

Nações Unidas, Programa de Desenvolvimento: [Índice de Desenvolvimento Humano](#)

Nações Unidas, Programa de Desenvolvimento: [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

Nações Unidas: [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico | [Indicadores Portal ODSlocal](#)

[Portugal Sustentável](#)

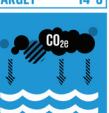
[Revisão da População Mundial: Países mais seguros do mundo](#)

SDG-Cities: [Relatórios Voluntários Locais](#)

Unidade de Inteligência do Economista: [Índice de democracia](#)

ANEXOS

Metas não incluídas

TARGET 2-5  MAINTAIN THE GENETIC DIVERSITY IN FOOD PRODUCTION	TARGET 2-B  PREVENT AGRICULTURAL TRADE RESTRICTIONS, MARKET DISTORTIONS AND EXPORT SUBSIDIES	TARGET 2-C  ENSURE STABLE FOOD COMMODITY MARKETS AND TIMELY ACCESS TO INFORMATION	TARGET 3-C  INCREASE HEALTH FINANCING AND SUPPORT HEALTH WORKFORCE IN DEVELOPING COUNTRIES	TARGET 3-D  IMPROVE EARLY WARNING SYSTEMS FOR GLOBAL HEALTH RISKS	TARGET 4-C  INCREASE THE SUPPLY OF QUALIFIED TEACHERS IN DEVELOPING COUNTRIES	TARGET 5-A  EQUAL RIGHTS TO ECONOMIC RESOURCES, PROPERTY OWNERSHIP AND FINANCIAL SERVICES	TARGET 5-B  UNIVERSAL ACCESS TO REPRODUCTIVE HEALTH AND RIGHTS	TARGET 5-C  ADOPT AND STRENGTHEN POLICIES AND ENFORCEABLE LEGISLATION FOR GENDER EQUALITY	
TARGET 7-B  EXPAND AND UPGRADE ENERGY SERVICES FOR DEVELOPING COUNTRIES	TARGET 8-4  IMPROVE RESOURCE EFFICIENCY IN CONSUMPTION AND PRODUCTION	TARGET 8-7  END MODERN SLAVERY, TRAFFICKING AND CHILD LABOUR	TARGET 8-9  PROMOTE BENEFICIAL AND SUSTAINABLE TOURISM	TARGET 8-A  INCREASE AID FOR TRADE SUPPORT	TARGET 9-3  INCREASE ACCESS TO FINANCIAL SERVICES AND MARKETS	TARGET 10-3  ENSURE EQUAL OPPORTUNITIES AND END DISCRIMINATION	TARGET 10-5  IMPROVED REGULATION OF GLOBAL FINANCIAL MARKETS AND INSTITUTIONS	TARGET 10-B  ENHANCED REPRESENTATION FOR DEVELOPING COUNTRIES IN FINANCIAL INSTITUTIONS	
TARGET 10-A  SPECIAL AND DIFFERENTIAL TREATMENT FOR DEVELOPING COUNTRIES	TARGET 10-C  REDUCE TRANSACTION COSTS FOR MIGRANT REMITTANCES	TARGET 12-2  SUSTAINABLE MANAGEMENT AND USE OF NATURAL RESOURCES	TARGET 12-A  SUPPORT DEVELOPING COUNTRIES' SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL CAPACITY FOR SUSTAINABLE CONSUMPTION AND PRODUCTION	TARGET 12-B  DEVELOP AND IMPLEMENT TOOLS TO MONITOR SUSTAINABLE TOURISM	TARGET 12-C  REMOVE MARKET DISTORTIONS THAT ENCOURAGE WASTEFUL CONSUMPTION	TARGET 13-A  IMPLEMENT THE UN FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE	TARGET 13-B  PROMOTE MECHANISMS TO RAISE CAPACITY FOR CLIMATE PLANNING AND MANAGEMENT	TARGET 14-2  PROTECT AND RESTORE ECOSYSTEMS	
TARGET 14-3  REDUCE OCEAN ACIDIFICATION	TARGET 14-4  SUSTAINABLE FISHING	TARGET 14-5  CONSERVE COASTAL AND MARINE AREAS	TARGET 14-6  END SUBSIDIES CONTRIBUTING TO OVERFISHING	TARGET 14-7  INCREASE THE ECONOMIC BENEFITS FROM SUSTAINABLE USE OF MARINE RESOURCES	TARGET 14-A  INCREASE SCIENTIFIC KNOWLEDGE, RESEARCH AND TECHNOLOGY FOR OCEAN HEALTH	TARGET 14-B  SUPPORT SMALL SCALE FISHERS	TARGET 14-C  IMPLEMENT AND ENFORCE INTERNATIONAL SEA LAW	TARGET 15-4  ENSURE CONSERVATION OF MOUNTAIN ECOSYSTEMS	
TARGET 15-6  PROMOTE ACCESS TO GENETIC RESOURCES AND FAIR SHARING OF THE BENEFITS	TARGET 15-7  ELIMINATE POACHING AND TRAFFICKING OF PROTECTED SPECIES	TARGET 15-9  INTEGRATE ECOSYSTEM AND BIODIVERSITY IN GOVERNMENTAL PLANNING	TARGET 15-C  COMBAT GLOBAL POACHING AND TRAFFICKING	TARGET 16-4  COMBAT ORGANIZED CRIME AND ILLICIT FINANCIAL AND ARMS FLOWS	TARGET 16-8  STRENGTHEN THE PARTICIPATION IN GLOBAL GOVERNANCE	TARGET 16-9  PROVIDE UNIVERSAL LEGAL IDENTITY	TARGET 16-A  STRENGTHEN NATIONAL INSTITUTIONS TO PREVENT VIOLENCE AND COMBAT TERRORISM AND CRIME	TARGET 16-B  PROMOTE AND ENFORCE NON-DISCRIMINATORY LAWS AND POLICIES	
TARGET 17-4  ASSIST DEVELOPING COUNTRIES IN ATTAINING DEBT SUSTAINABILITY	TARGET 17-5  INVEST IN LEAST DEVELOPED COUNTRIES	TARGET 17-8  STRENGTHEN THE SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION CAPACITY FOR LEAST DEVELOPED COUNTRIES	TARGET 17-10  PROMOTE A UNIVERSAL TRADING SYSTEM UNDER THE WTO	TARGET 17-11  INCREASE THE EXPORTS OF DEVELOPING COUNTRIES	TARGET 17-12  REMOVE TRADE BARRIERS FOR LEAST DEVELOPED COUNTRIES	TARGET 17-14  ENHANCE POLICY COHERENCE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT	TARGET 17-15  RESPECT NATIONAL LEADERSHIP TO IMPLEMENT POLICIES FOR THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	TARGET 17-18  ENHANCE AVAILABILITY OF RELIABLE DATA	TARGET 17-19  FURTHER DEVELOP MEASUREMENTS OF PROGRESS

Indicadores não incluídos

Indicadores não incluídos por não se enquadrarem nas competências dos Municípios, não se aplicarem ao contexto da Maia, ou por dizerem respeito a países em desenvolvimento

ODS 2 Erradicar a Fome

2.b.1 Subsídios exportações agrícolas (€)

2.c.1 Indicador de anomalias dos preços de alimentação

ODS 3 Saúde de Qualidade

3.c.1 Intensidade per capita dos profissionais de saúde e repartição por especialidade

ODS 4 Educação de Qualidade

4.7.1 Grau de disseminação da educação global na formação de professores

Grau de disseminação da educação global na avaliação de estudantes

4.c.1 Educadores qualificados pré-escolar (%)

Professores qualificados 1.º CEB (%)

Professores qualificados 2.º CEB (%)

Professores qualificados 3.º CEB (%)

Professores qualificados ensino secundário (%)

Professores qualificados ensino superior (%)

ODS 5 Igualdade de Género

5.6.2 Países com legislação que garante o pleno acesso de mulheres e homens com >15 anos a informação, educação e cuidados de saúde sexual e reprodutiva (N)

5.a.2 Países onde o quadro jurídico garante direitos iguais de propriedade da terra às mulheres (%)

5.c.1 Países com sistemas de monitorização e divulgação pública das dotações disponíveis para igualdade de género e capacitação das mulheres (%)

ODS 7 Energias Renováveis e Acessíveis

7.b.1 Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento

ODS 8 Trabalho Digno e Crescimento Económico

8.8.2 Nível de cumprimento nacional dos direitos laborais

8.a.1 Compromissos e desembolsos no âmbito da Iniciativa de Ajuda ao Comércio

ODS 10 Reduzir as Desigualdades

10.6.1 Membros e direito de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais (%)

10.7.2 Países com políticas de migração ordenada, segura, regular e responsável (N)

10.a.1 Tarifas a importações de países menos desenvolvidos e em desenvolvimento com taxa 0 (%)

ODS 12 Produção e Consumos Sustentáveis

- 12.4.1 Parceiros em acordos multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e produtos químicos (N)
- 12.8.1 Grau de disseminação da educação global na formação de professores
Grau de disseminação da educação global na avaliação de estudantes
- 12.a.1 Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento
- 12.c.1 Subsídios aos combustíveis fósseis/PIB (%)
Subsídios aos combustíveis fósseis/despesa nacional em combustíveis fósseis (%)

ODS 13 Ação Climática

- 13.3.1 Grau de disseminação da educação global na formação de professores
Grau de disseminação da educação global na avaliação de estudantes
- 13.a.1 Verba mobilizada por ano em relação ao compromisso de \$100 mil milhões até 2025 (€)
- 13.b.1 Países menos desenvolvidos com contribuições determinadas nacionalmente, estratégias de longo prazo, planos nacionais de adaptação, estratégias como reportadas em comunicações de adaptação e comunicações nacionais (N)

ODS 14 Proteger a Vida Marinha

- 14.2.1 Países que usam abordagens ecossistémicas na gestão de áreas marinhas (N)
- 14.3.1 Acidificação do oceano (pH médio)
- 14.4.1 Unidades populacionais de gestão pesqueira (stocks) dentro dos limites biológicos sustentáveis (%)
- 14.5.1 Cobertura de áreas marinhas protegidas relativamente às áreas marinhas
- 14.6.1 Implementação de instrumentos internacionais destinados ao combate da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (%)
- 14.7.1 PIB atribuído à pesca sustentável nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, nos países menos desenvolvidos e em todos os países (%)
- 14.a.1 Orçamento total para a investigação na área da tecnologia marinha (%)
- 14.b.1 Aplicação de enquadramento legal/regulamentar/político/institucional que reconhece e protege o direito de acesso da pequena pesca (%)
- 14.c.1 Países que fizeram progressos na ratificação, aceitação e implementação, através de enquadramentos legais, de políticas e institucionais, de instrumentos relacionados com o oceano que implementam o direito internacional, tal como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos (N)

ODS 15 Proteger a Vida Terrestre

15.4.1 Áreas de biodiversidade montanha protegida (%)

15.4.2 Índice de cobertura vegetal nas montanhas

15.6.1 Países que adotaram quadros legislativos, administrativos e políticos para assegurar a partilha justa e equitativa de benefícios (N)

15.9.1 Países que estabeleceram metas de Biodiversidade de Aichi, do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, na sua estratégia e planos de ação nacionais para a biodiversidade (N)

Integração da biodiversidade nos sistemas nacionais de contas e relatórios (Sistema de Contas Económico-Ambientais)

ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

16.8.1 Países em desenvolvimento com direito de voto em organizações internacionais (%)

16.10.2 Países que adotaram e implementaram garantias constitucionais, estatutárias e/ou políticas para acesso público à informação (N)

16.a.1 Existência de instituições nacionais independentes de direitos humanos, de acordo com os Princípios de Paris

ODS 17 Parcerias para a Implementação dos Objetivos

17.4.1 Serviço da dívida como proporção das exportações de bens e serviços

17.5.1 Países que adotam e implementam regimes de promoção de investimentos para países em desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos (N)

17.10.1 Média ponderada das tarifas aduaneiras à escala mundial

17.12.1 Média ponderada de tarifas aduaneiras aplicadas aos países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

17.14.1 Países com mecanismos para reforçar a coerência política do desenvolvimento sustentável (N)

17.15.1 Extensão do recurso a quadros de resultados e instrumentos de planeamento delineados pelos beneficiários, por parte dos países fornecedores de cooperação para o desenvolvimento

17.18.1 Capacidade estatística para monitorização dos ODS

17.18.2 Países com legislação estatística nacional que cumpre os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais (N)

17.18.3 Países com plano estatístico nacional totalmente financiado e em execução, por fonte de financiamento (N)

17.19.1 Valor de todos os recursos disponibilizados para fortalecer a capacidade estatística nos países em desenvolvimento (€)

17.19.2 Países que realizaram Recenseamento da População e da Habitação nos últimos 10 anos (N)

Países que atingiram 100% de registos de nascimento e 80% de registos de óbitos (N)

Indicadores não incluídos por não haver dados disponíveis para a Maia

ODS 2 Erradicar a Fome

- 2.1.1 Subnutrição
- 2.1.2 Insegurança alimentar
- 2.2.1 Atrasos crescimento crianças (<5): altura (%)
- 2.2.2 Malnutrição crianças (<5): peso baixo (%)
Malnutrição crianças (<5): peso excessivo (%)
- 2.2.3 Prevalência anemia em mulheres de 15 a 49 anos, segundo o estado de gravidez (%)
- 2.3.2 Rendimento médio pequenos produtores alimentares (€)
- 2.4.1 Superfície Agrícola Utilizada afeta a práticas agrícolas produtivas e sustentáveis (%)
- 2.5.1 Recursos genéticos vegetais e animais protegidos (N)
- 2.5.2 Raças locais classificadas em risco de extinção (%)

ODS 3 Saúde de Qualidade

- 3.3.3 Incidência da malária (%)
- 3.3.5 Pessoas que necessitam de intervenções contra doenças tropicais negligenciadas (%)
- 3.5.1 Cobertura do tratamento do abuso de substâncias
- 3.5.2 Consumo de litros de álcool puro per capita (pessoas com 15 ou mais anos) por ano
- 3.7.1 Mulheres que usam métodos de planeamento familiar modernos (%)
- 3.8.2 População com sobrecarga das despesas de saúde (%)
- 3.9.1 Mortalidade poluição ar (%)
- 3.9.2 Mortalidade água, saneamento ou higiene deficiente (%)
- 3.b.1 Cobertura do Programa Nacional de Vacinação (%)
- 3.b.3 Unidades de saúde que dispõem de conjunto básico de medicamentos a custo acessível (%)
- 3.d.1 Capacidade para o Regulamento Sanitário Internacional e emergências de saúde
- 3.d.2 Infecções da corrente sanguínea devido a organismos resistentes a antimicrobianos selecionados (%)

ODS 4 Educação de Qualidade

- 4.1.1 Crianças 2.º CEB proficientes em leitura e matemática (%)
- 4.1.2 Jovens 3.º CEB proficientes em leitura e matemática (%)
- 4.2.1 Crianças <5 anos dentro dos parâmetros desenvolvimento (%)
- 4.4.1 Jovens e adultos com competências TIC (%)
- 4.6.1 População proficiente em leitura e matemática, por sexo (%)

ODS 5 Igualdade de Género

5.2.2 Mulheres e raparigas (>15 anos) vítimas de violência sexual por pessoas que não parceiras (%)

5.3.2 Raparigas e mulheres (15-49 anos) submetidas a mutilação genital feminina (%)

5.4.1 Tempo gasto em trabalho doméstico e prestação de cuidados não pagos (%)

5.6.1 Mulheres (15-49 anos) que decidem de forma informada sobre a sua vida sexual, uso de contraceptivos e saúde reprodutiva (%)

5.a.1 Mulheres entre proprietários agrícolas (%)

5.b.1 Mulheres com telemóvel (%)

ODS 6 Água Potável e Saneamento

6.2.1 População com instalação de lavagem das mãos com água e sabão (%)

6.4.2 Nível de stress hídrico: descargas de água doce no total dos recursos de água doce disponíveis (%)

6.5.1 Grau de gestão integrada de recursos hídricos

ODS 7 Energias Renováveis e Acessíveis

7.1.2 População com acesso a energias limpas (%)

7.3.1 Intensidade energética/PIB

ODS 8 Trabalho Digno e Crescimento Económico

8.2.1 Variação anual do PIB real por pessoa empregada (%)

8.3.1 Emprego informal (%)

8.4.1 Pegada material

Pegada material/per capita

Pegada material em percentagem do PIB

8.4.2 Consumo de materiais

Consumo de materiais/per capita

Consumo de materiais em percentagem do PIB

8.5.1 Salário médio trabalhadores por conta de outrem: grupo etário (€)

Salário médio trabalhadores por conta de outrem: população com incapacidade (€)

8.5.2 Desemprego: população com incapacidade (%)

8.6.1 Jovens NEET 15-24 anos (%)

8.7.1 Crianças 5-17 anos em trabalho infantil (%)

8.8.1 Acidentes de trabalho mortais e não mortais (N/100 mil habitantes)

8.9.1 Turismo/PIB (%)

8.10.2 Adultos (>15 anos) com conta bancária ou serviço financeiro móvel (%)

ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestruturas

- 9.1.2 Passageiros e carga transportados por modos de transporte
- 9.3.1 Valor acrescentado bruto das microempresas industriais (%)
- 9.3.2 Microempresas industriais com empréstimos ou linhas de crédito (%)
- 9.4.1 Emissão CO₂ por unidade de valor acrescentado

ODS 10 Reduzir as Desigualdades

- 10.1.1 Crescimento das despesas das famílias entre os 40% mais pobres da população (%)
 - Crescimento do rendimento per capita entre os 40% mais pobres da população (%)
- 10.2.1 Pessoas que vivem em agregados familiares com rendimento <50% média nacional (%)
- 10.3.1 População que reportou ter sido alvo de discriminação ou assédio nos últimos 12 meses (%)
- 10.4.1 Trabalho (% do PIB)
- 10.7.1 Custo do recrutamento suportado pelo empregado/rendimento mensal no país de destino (€)
- 10.7.3 Migrantes mortos ao tentar atravessar fronteiras marítimas, terrestres e aéreas (N)
- 10.7.4 População refugiada (%)
- 10.b.1 Total de fluxos de recursos para o desenvolvimento: Investimento direto estrangeiro (€)
- 10.c.1 Remessas em proporção do valor remitido (€)

ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis

- 11.3.1 Rácio entre taxa de consumo do solo e taxa de crescimento da população
- 11.7.2 População vítima de assédio físico ou sexual nos últimos 12 meses (%)

ODS 12 Produção e Consumos Sustentáveis

- 12.2.1 Pegada material
 - Pegada material/per capita
 - Pegada material em percentagem do PIB
- 12.2.2 Consumo de materiais
 - Consumo de materiais/per capita
 - Consumo de materiais em percentagem do PIB
- 12.3.1 Desperdício alimentar
- 12.6.1 Empresas que publicam relatórios de sustentabilidade (N)
- 12.b.1 Implementação de contabilidade organizada para monitorizar aspetos económicos e ambientais da sustentabilidade do turismo

ODS 15 Proteger a Vida Terrestre

15.2.1 Progressos para a gestão florestal sustentável

15.5.1 Índice de listas vermelhas

15.7.1 Animais comercializados alvo de furto ou tráfico ilícito (%)

15.c.1 Animais comercializados alvo de furto ou tráfico ilícito (%)

ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

16.1.3 População objeto violência física últimos 12 meses (%)

População objeto violência psicológica últimos 12 meses (%)

População objeto violência sexual últimos 12 meses (%)

16.1.4 População que se sente segura a caminhar sozinha à noite (%)

16.2.1 Crianças (1-17 anos) objeto de castigos físicos ou agressão psicológica por parte de cuidadores no último mês (%)

16.2.2 Vítimas tráfico humano (N/100 mil hab.)

16.2.3 Jovens (18-29 anos) objeto violência sexual à idade 18 anos (%)

16.3.1 Vítimas violência últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes (%)

16.3.2 Reclusos em prisão preventiva (%)

16.3.3 População que recorreu a mecanismos de resolução de disputas nos últimos dois anos (%)

16.4.1 Total de entradas e saídas de fluxos financeiros ilícitos (€)

16.4.2 Armas de origem ilícita apreendidas, encontradas ou entregues a autoridade competente (%)

16.5.1 Pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno nos últimos 12 meses (%)

16.5.2 Empresas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno nos últimos 12 meses (%)

16.7.2 População que considera os processos de tomada de decisão inclusivos e adequados (%)

16.9.1 Crianças com <5 anos com registo de nascimento (%)

16.10.1 Homicídio, rapto, desaparecimento, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, sindicalistas e defensores de direitos humanos nos últimos 12 meses (N)

16.b.1 População que reportou ter-se sentido discriminada ou assediada nos últimos 12 meses (%)

ODS 17 Parcerias para a Implementação dos Objetivos

17.3.2 Remessas/PIB (€)

17.8.1 Proporção de indivíduos que utilizam a Internet (%)

17.11.1 Exportações globais provenientes dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos (%)

